

PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS DAS PSICOLOGIAS

Prof. Dr. Rodrigo Diaz de Vivar y Soler



Indaiatã – 2021

1ª Edição



Copyright © UNIASSELVI 2021

Elaboração:

Prof. Dr. Rodrigo Diaz de Vivar y Soler

Revisão, Diagramação e Produção:

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri
UNIASSELVI – Indaial.

S685p

Soler, Rodrigo Diaz de Vivar y

Princípios epistemológicos das psicologias. / Rodrigo Diaz de
Vivar y Soler. – Indaial: UNIASSELVI, 2021.

196 p.; il.

ISBN 978-65-5663-373-2

ISBN Digital 978-65-5663-369-5

1. Ciência psicológica. – Brasil. II. Centro Universitário
Leonardo da Vinci.

CDD 150

APRESENTAÇÃO

Olá, caro acadêmico! O livro sobre os princípios epistemológicos da psicologia foi pensado e estruturado de modo a oferecer a você um conteúdo atrativo e interativo sobre as bases científicas do pensamento psicológico a partir de uma leitura crítica e investigativa em torno dos processos pelos quais a ciência psicológica pode construir os seus objetos de investigação e de análise.

Isso significa que os conteúdos abordados, aqui neste livro, refletem a necessária articulação entre a ciência psicológica e os desafios contemporâneos pelos quais passa a nossa sociedade. Em um mundo altamente tecnológico é necessário que você, ao longo da sua formação procure exercer o pensamento crítico, de modo a favorecer e a potencializar as suas futuras intervenções no campo psicológico.

É importante destacar que a disciplina de epistemologia é importante para a sua formação em psicologia por conta de dois aspectos. O primeiro deles refere-se ao fato de que essa disciplina constitui-se como o pilar de sustentação teórica e metodológica para as suas futuras intervenções em psicologia, independentemente da sua escolha de atuação. Quer dizer, aprender sobre epistemologia significa estar preparado para os futuros desafios profissionais inerentes aos fazeres da psicologia.

O segundo ponto refere-se ao fato de que, mesmo vivendo em uma sociedade altamente desenvolvida do ponto de vista tecnológico, podemos pressentir certa ambiguidade sobre a importância da ciência para as nossas vidas, bem como a própria experiência do pensamento crítico e reflexivo. Tal ambiguidade caracteriza-se pela dificuldade de precisarmos fazer uma diferenciação entre a quantidade de informações disponíveis e acessíveis para cada um de nós, e o conhecimento necessário para a produção de uma experiência de vida e profissional balizadas em princípios éticos e de responsabilidade para com as nossas vidas e daqueles que estão ao nosso redor.

Nesse sentido, é importante destacar que as diferentes epistemologias, são possibilidades de análises sobre temas específicos a partir dos elementos que vão desde o papel do sujeito na história, com os seus consequentes desdobramentos na cultura, na economia e na vida psíquica, somente para ilustrarmos alguns exemplos.

O presente livro está dividido em três unidades de aprendizagem. Na primeira destas unidades você será apresentado aos desdobramentos históricos da epistemologia e sua relação com a psicologia. Deste modo, estabeleceremos um percurso, desde a antiguidade até os nossos dias para que você possa refletir sobre os impactos do conhecimento científico a partir das suas diferentes ramificações.

Já a segunda unidade é dedicada a compreender as correntes filosóficas e epistemológicas do século XX e suas possíveis conexões com o pensamento psicológico. De certo modo, o nosso objetivo nesta unidade será o de estabelecer as relações entre diferentes escolas do pensamento filosófico e suas ressonâncias sobre os processos de subjetivação no mundo contemporâneo.

Por fim, a terceira unidade procurará tecer os seus comentários críticos a respeito das leituras epistemológicas sobre o contemporâneo. Esse percurso é construído de forma transversal, no sentido de lhe oferecer os elementos contemporâneos sobre o saber psicológico e suas possíveis formas de intervenção.

Lembramos a você que ao final de cada tópico você encontrará alguns exercícios de fixação que servirão para lhe auxiliar na potencialização de seus conhecimentos sobre a epistemologia. Este livro, conta ainda com a indicação de uma série de filmes e documentários que irão enriquecer muito a sua trajetória profissional.

Desejamos a você, uma boa formação em psicologia e esperamos que você aproveite ao máximo este livro preparado com tanto carinho e dedicação.

Bons Estudos!

Prof. Dr. Rodrigo Diaz de Vivar y Soler



Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, tablet ou computador.

Eu mesmo, UNI, ganhei um novo layout, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveito o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!



BATE SOBRE O PAPO ENADE!



Olá, acadêmico!

Você já ouviu falar sobre o ENADE?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades.



Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE.



Que prova é essa?

É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O MEC – Ministério da Educação.

O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso.



Fique atento! Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.

Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas.



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.

Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE!





Olá, acadêmico! Iniciamos agora mais uma disciplina e com ela um novo conhecimento.



Com o objetivo de enriquecer seu conhecimento, construímos, além do livro que está em suas mãos, uma rica trilha de aprendizagem, por meio dela você terá contato com o vídeo da disciplina, o objeto de aprendizagem, materiais complementares, entre outros, todos pensados e construídos na intenção de auxiliar seu crescimento.

Acesse o QR Code, que levará ao AVA, e veja as novidades que preparamos para seu estudo.

Conte conosco, estaremos juntos nesta caminhada!

SUMÁRIO

UNIDADE 1 – OS LABIRINTOS DA EPISTEMOLOGIA: UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE	1
TÓPICO 1 – CIÊNCIA E SENSO COMUM	3
1 INTRODUÇÃO	3
2 POR QUE A CIÊNCIA É IMPORTANTE NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO?.....	6
3 CIÊNCIA E NEGACIONISMO.....	8
4 O RACIONALISMO, O EMPIRISMO E A CONSTRUÇÃO DO DEBATE CIENTÍFICO.....	13
5 CIÊNCIA E ESPIRITUALIDADE PODEM CAMINHAR JUNTAS?.....	17
6 O SENSO COMUM: SEUS ALCANCES E SEUS RISCOS.....	21
RESUMO DO TÓPICO 1.....	24
AUTOATIVIDADE	25
TÓPICO 2 – EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS NOS HORIZONTES DOS SABERES PSICOLÓGICOS	27
1 INTRODUÇÃO	27
2 OS MÚLTIPLOS LUGARES DE ENUNCIÇÃO EPISTEMOLÓGICA: UMA VISÃO A PARTIR DE GASTÓN BACHELARD	28
3 A CRISE DA CIÊNCIA MODERNA E O RELATIVISMO PARADIGMÁTICO DE THOMAS KUHN	32
4 O POSITIVISMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SABER PSICOLÓGICO.....	36
RESUMO DO TÓPICO 2.....	40
AUTOATIVIDADE	41
TÓPICO 3 – RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS E OLHARES CRÍTICOS NECESSÁRIOS	43
1 INTRODUÇÃO	43
2 O CONHECIMENTO COMO SINÔNIMO DE GUERRA: NIETZSCHE E A VONDADE DE PODER.....	44
3 A INDÚSTRIA 4.0 E O RENASCIMENTO DA DIALÉTICA SENHOR/ESCRAVO EM HEGEL	48
4 AS ENCRUZILHADAS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: MARX, DIALÉTICA E MATERIALISMO	52
LEITURA COMPLEMENTAR.....	56
RESUMO DO TÓPICO 3.....	58
AUTOATIVIDADE	59
REFERÊNCIAS.....	60
UNIDADE 2 – AS CORRENTES FILOSÓFICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO SÉCULO XX	63
TÓPICO 1 – O SÉCULO XX E A CRISE DA RAZÃO	65
1 INTRODUÇÃO	65

2 OS CAMINHOS DA LIBERDADE E A RADICALIZAÇÃO ONTOLÓGICA: SARTRE, A PSICOLOGIA E O EXISTENCIALISMO	66
3 O SER DA LINGUAGEM E O CONHECIMENTO O ESTRUTURALISMO, A LINGUÍSTICA E A ANTROPOLOGIA CULTURAL	69
4 A RAZÃO QUE ENGENDRA A BARBÁRIE: A ESCOLA DE FRANKFURT, A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO E AS NOVAS FORMAS DE TOTALITARISMO NO SÉCULO XXI.....	73
RESUMO DO TÓPICO 1.....	78
AUTOATIVIDADE	79
TÓPICO 2 – FOUCAULT E LACAN: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DO SUJEITO E DO CONHECIMENTO	81
1 INTRODUÇÃO	81
2 LACAN, O LAÇO SOCIAL, AS NOVAS ESTRUTURAS CLÍNICAS E O SUJEITO DO (DES)CONHECIMENTO.....	81
3 O CONHECIMENTO ENTRE A DISCIPLINA E O CONTROLE SOB A ÓTICA DE MICHEL FOUCAULT	84
4 CIÊNCIA, BIOPOLÍTICA E ÉTICA EM MICHEL FOUCAULT	91
LEITURA COMPLEMENTAR.....	96
RESUMO DO TÓPICO 2.....	99
AUTOATIVIDADE	100
TÓPICO 3 – WALTER BENJAMIN E A MELANCOLIA DA HISTÓRIA E DO CONHECIMENTO	101
1 INTRODUÇÃO.....	101
2 BENJAMIN E O AVISO DE INCÊNDIO SOBRE A TÉCNICA.....	102
3 EXPERIÊNCIA E POBREZA	106
4 AS TESES SOBRE A HISTÓRIA E A EPISTEMOLOGIA.....	110
5 A REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA E O CONHECIMENTO.....	114
LEITURA COMPLEMENTAR.....	119
RESUMO DO TÓPICO 3.....	124
AUTOATIVIDADE	125
REFERÊNCIAS.....	127
UNIDADE 3 – LEITURAS DO CONTEMPORÂNEO.....	129
TÓPICO 1 – AS LEITURAS EPISTEMOLÓGICAS DO CONTEMPORÂNEO.....	131
1 INTRODUÇÃO	131
2 AS CRISES DAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS DE EXCEÇÃO: DIÁLOGOS A PARTIR DE AGAMBEN.....	132
3 TODO O MONUMENTO É UM DOCUMENTO? DERRIDA E A EPISTEMOLOGIA DA DESCONSTRUÇÃO	139
4 FETICHISMO DA MERCADORIA E O MAL-ESTAR CONTEMPORÂNEO: LEITURAS DE BAUMAN	143
RESUMO DO TÓPICO 1.....	149
AUTOATIVIDADE	150
TÓPICO 2 – EPISTEMOLOGIA, PSICANÁLISE E NECROPOLÍTICA	153
1 INTRODUÇÃO	153
2 ENTRE MONSTROS E PERVERSOS: ELISABETH ROUDINESCO, A PSICOLOGIA, A PSICANÁLISE E O BIOLOGISMO.....	154

3 400 ANOS DE EPISTEMICÍDIO: ACHILE MBEMBE E A NECROPOLÍTICA	158
RESUMO DO TÓPICO 2.....	167
AUTOATIVIDADE	168
TÓPICO 3 – POLÍTICA, EPISTEMOLOGIA E CONTEMPORANEIDADE	171
1 INTRODUÇÃO	171
2 FAZENDO GÊNERO NA EPISTEMOLOGIA	172
3 A EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL	176
4 SUBJETIVIDADE E NEOLIBERALISMO: HOMOECONOMICUS, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ANARCOCAPITALISMO	180
5 PARA ONDE VAMOS COM O NOSSO CONHECIMENTO: QUESTIONAMENTOS (IM)PERTINENTES SOBRE A EDUCAÇÃO E A CIÊNCIA.....	184
LEITURA COMPLEMENTAR.....	188
RESUMO DO TÓPICO 3.....	191
AUTOATIVIDADE	192
REFERÊNCIAS.....	194

OS LABIRINTOS DA EPISTEMOLOGIA: UMA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- delimitar os aspectos históricos da epistemologia desde a antiguidade até o tempo presente;
- contextualizar os elementos diferenciais entre ciência e senso comum;
- apresentar o panorama das epistemologias críticas e suas ressonâncias sobre os saberes psicológicos;
- analisar as rupturas epistemológicas e os olhares críticos necessários à psicologia.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos. No decorrer da unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – CIÊNCIA E SENSO COMUM

TÓPICO 2 – EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS NOS HORIZONTES DOS
SABERES PSICOLÓGICOS

TÓPICO 3 – RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS E OLHARES CRÍTICOS
NECESSÁRIOS



Preparado para ampliar seus conhecimentos? Respire e vamos em frente! Procure um ambiente que facilite a concentração, assim absorverá melhor as informações.

CIÊNCIA E SENSO COMUM

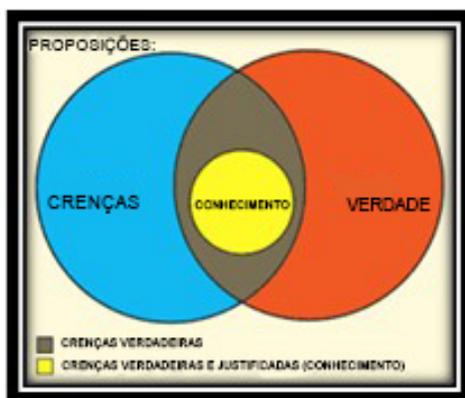
1 INTRODUÇÃO

O primeiro tópico desta unidade é dedicado a pensar as relações e tensionamentos entre a ciência e o senso comum. De início, podemos falar que essas são duas formas de procedermos a nossa relação com a realidade. **Enquanto que a ciência é resultado de um processo que envolve os seus desdobramentos teóricos e metodológicos, o senso comum é uma forma de conhecimento que resulta da experiência e da tradição humana.**

A palavra epistemologia possui suas origens na língua grega, significando basicamente **episteme = conhecimento** e **logos = discurso**. Portanto, **a epistemologia compreende o estudo do conhecimento científico**. Toda epistemologia procura refletir sobre as aplicações, limites e condições de possibilidades do conhecimento científico a partir das suas dimensões históricas, políticas e sociais.

Falar de epistemologia é, portanto, falar da aplicabilidade da ciência, os sistemas de verdades e o conjunto de práticas responsáveis por identificar a argumentação teórica das experiências produzidas pela ciência, seus impactos e sua função em diferentes momentos históricos.

FIGURA 1 – O ESQUEMA DO CONHECIMENTO EM CONJUNTO DE CRENÇAS VERDADEIRAS E JUSTIFICADAS



FONTE: <<https://philgeland.com/tag/images/>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

Essas características da epistemologia são muito importantes para delimitar o fato de que, antes de qualquer coisa, a ciência possui implicações históricas e políticas e, portanto suas demandas refletem os contornos de diferentes culturas e sociedades, ou seja, as demandas da ciência do século XVI eram diferentes das demandas da ciência do século XXI. Enquanto que a primeira designava a relevância dos processos identificados para o desenvolvimento das primeiras formas de capitalismo, da exploração colonial e do início da Revolução Industrial, a ciência contemporânea procura identificar a resolução de problemas ligados às questões da sustentabilidade ambiental, das políticas de saúde e dos caminhos da tecnologia na relação entre virtualidade e realidade.

Outro ponto muito importante a respeito desse processo de diferenciação é que, em diferentes momentos históricos, a ciência sempre foi hostilizada por grupos hegemônicos. Se na Idade Média, a Igreja Católica fez tudo ao seu alcance para evitar o interesse do desenvolvimento científico punindo pensadores ilustres e humanistas como Galileu Galilei (1564–1642) e Giordano Bruno (1548–1600), foram vítimas de processos que contribuíram para que a obscuridade insistisse em se colocar nos caminhos do conhecimento científico.

FIGURA 2 – GALILEU GALILEI (1564-1642)

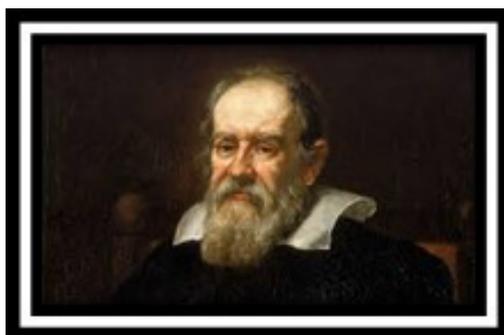
FONTE: <<http://glo.bo/3at7EOR>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

FIGURA 3 – GIORDANO BRUNO (1548-1600)

FONTE: <<http://bit.ly/3s9NpLZ>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

Da mesma forma, neste instante em que vivemos assolados por uma pandemia passamos situação semelhante, pois o negacionismo se institui como força responsável por politizar os aspectos relacionados à defesa da vida pelas mãos da ciência. Esses processos nos levam a concluir que a **ciência é perfilada por inúmeros desafios, logo sua consideração deve levar em conta a partir das demandas históricas e políticas da nossa sociedade.**

Nesta primeira unidade, você será apresentado aos labirintos da epistemologia no nosso tempo presente. No Tópico 1 nós lhe apresentaremos as diferentes tensões entre a ciência e o senso comum, identificando a relevância da ciência na sociedade do conhecimento, as divergências políticas entre a ciência e o negacionismo, os apontamentos entre o racionalismo, empirismo na construção do debate científico, as relações entre a ciência e a espiritualidade e, por fim os alcances e os riscos do senso comum.



Não devemos pensar o conhecimento a partir de um sistema hierárquico, mas sim a partir da sua relação. Tanto a ciência quanto o senso comum possuem as suas implicações necessárias para a leitura da realidade.

Os elementos categóricos da relação entre ciência e senso comum são muitos importantes para a psicologia. Pois, um dos objetos desse saber é a subjetividade. Desse modo, é imprescindível que possamos analisar não somente a estruturação do próprio conhecimento científico, seus limites e possibilidades, mas também as experiências subjetivas das quais as categorias do senso comum fazem parte.

Essas categorias envolvem as emoções, a memória e a tradição de diferentes formas de espiritualidades que podem estar devidamente articuladas com as propostas efetivadas pela ciência. Desse modo, é imprescindível que se analisem essas condições e esses mesmos tensionamentos.

Segundo Dourado (2018), uma das questões mais importantes a partir da epistemologia seria a de analisar as possíveis confluências e divergências entre a ciência e o senso comum. Neste primeiro tópico você será apresentado aos seguintes debates:

- Por que a ciência é importante na sociedade do conhecimento?
- Ciência e negacionismo.
- O racionalismo, o empirismo e a construção do debate científico.
- Ciência e espiritualidade podem caminhar juntas?
- O senso comum: seus alcances e seus riscos.

2 POR QUE A CIÊNCIA É IMPORTANTE NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO?

O sociólogo espanhol Manuel Castells (2007) costuma referir-se à contemporaneidade, como a época da sociedade em rede. Tudo está definitivamente hiperconectado por meio de diversos dispositivos presentes no componente globalizado, desde os países em desenvolvimento até os países mais desenvolvidos, do ponto de vista tecnológico. Desde as culturas originárias até as culturas pós-modernas. Ou seja, o mundo do século XXI é marcado pelas constantes conexões que estabelecem a simbiose perfeita entre realidade e virtualidade.

Nesse sentido, a relevância de uma sociedade tecnológica efetiva-se pela proliferação das informações e da transmissão do próprio conhecimento. Entretanto, tal perspectiva revela-se desafiadora, uma vez que a quantidade excessiva de informações pode acabar gerando alguns problemas relacionados às dinâmicas da vida e das práticas sociais. Essas dificuldades envolvem, portanto, os horizontes da política, as disputas ideológicas e a própria crise de muitos sistemas democráticos.

Refletir sobre essas problemáticas torna-se condição relevante para pensarmos os caminhos da ciência para esta sociedade do conhecimento. Esses caminhos revelam-se necessários não somente no campo das ciências exatas e naturais, mas também nos próprios contornos das ciências humanas.

FIGURA 4 – O SOCIÓLOGO ESPANHOL MANUEL CASTELLS (1942)



FONTE: <<https://bit.ly/3dpACBh>>. Acesso em: 8 jan. 2021.

Neste mundo globalizado e altamente tecnológico era de se esperar que a ciência estivesse amplamente consolidada enquanto forma de pensamento, enquanto estrutura de resolução de problemas e desafios contemporâneos. Entretanto, nessa sociedade do conhecimento, nessa sociedade das redes, cresce assustadoramente visões no mínimo contraditórias do papel e da relevância da ciência para o nosso cotidiano.



Em 21 de junho de 2019, o jornal O Globo divulgava que 1/3 da população brasileira **desconfiava da ciência**. Você pode ler a reportagem na íntegra em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/um-terco-dos-brasileiros-desconfia-da-ciencia-23754327>.

No cenário de um mundo altamente globalizado, a defesa da ciência sinaliza os aspectos relacionados às dinâmicas necessárias aos desafios contemporâneos. O aquecimento global, a pandemia da COVID-19, a sustentabilidade e a vida nas grandes, médias e pequenas cidades são desafios colocados constantemente à ciência, no sentido de se pensar os seus possíveis desdobramentos na resolução de tais problemas.

A ciência lida, portanto, com essas resoluções a partir da aplicabilidade de várias perspectivas metodológicas que irão favorecer o desenvolvimento das ações na relação entre os sujeitos, a sociedade, a cultura e a história.

O desenvolvimento dessas tecnologias deve oferecer os caminhos necessários para o desenvolvimento de estratégias voltadas à inovação tecnológica em um mundo no qual os recursos naturais tornam-se cada vez mais escassos, ou seja, o papel da ciência consiste em conseguir desenvolver os caminhos necessários para a melhoria da qualidade de vida em um espaço de tempo cada vez mais reduzido.

O grande problema é que não se desenvolve ciência sem tempo. Toda inovação demanda estudo, debate, interlocução e análise e, em um cenário pós-moderno em que as relações são cada vez mais marcadas pela hipervelocidade e pela fluidez, a ciência vê-se diante de inúmeros impasses no contexto contemporâneo.

O negacionismo, os interesses econômicos e as disputas políticas são apenas alguns dos grandes desafios para o desenvolvimento científico e tecnológico dos processos vivenciados por pesquisadores e pesquisadoras no mundo inteiro.

O debate sobre a aplicabilidade da energia limpa é um exemplo nítido deste processo. Recentemente, líderes de países desenvolvidos têm adotado uma posição cada vez mais conservadora em relação ao fomento de pesquisas que poderiam auxiliar no processo de recuperação da degradação ambiental e da resolução, ao menos parcial, da poluição nas cidades. Neste sentido, o investimento em torno dessas tecnologias é de fundamental importância para o nosso mundo.

FIGURA 5 – A ENERGIA SOLAR UM EXEMPLO DE ENERGIA LIMPA



FONTE: <<https://bit.ly/3rY0KqS>>. Acesso em: 26 out. 2020.

3 CIÊNCIA E NEGACIONISMO

Um dos maiores dilemas enfrentados pela sociedade em rede se origina da gigantesca produção e proliferação de dados no mundo contemporâneo. A expansão da internet como o principal meio de comunicação global nos últimos 30 anos proporcionou não só a ampliação do acesso à informação, mas também a hiperprodução de conteúdos.

O que parecia, em um primeiro momento, a realização da grande promessa iluminista do século XVIII, o grande sonho enciclopedista de tudo conhecer, converteu-se em um cenário distópico, marcado pelo descontrole ante uma hiperprodução não regulada de informações e pela impossibilidade de checagem qualitativa de dados em tempo real.

Desse modo, é importante destacarmos que, atualmente, existe uma espécie de tensionamento entre as informações e o conhecimento. Isso significa que a produção de informações e o seu livre acesso, nos levam a questionar cada vez mais qual seria exatamente o papel do conhecimento.

Portanto, é importante que possamos estabelecer os contornos e os horizontes das formas de utilização desse conhecimento a partir dos desafios éticos, políticos e subjetivos da nossa própria existência.

Atualmente, seu efeito mais impactante tem sido a produção organizada de informações falsas, as chamadas *fake news*, as quais têm gerado um impacto direto nas principais instituições modernas, tornando mais instáveis as instituições políticas, abalando estruturas democráticas consolidadas e alavancando golpes de Estado, comprometendo, assim, a segurança da sociedade civil ao se insuflar o caos social. Estes e outros efeitos têm convertido nossa época no que se convencionou denominar de era da pós-verdade (D'ANCONA, 2018).



O caso das *fake news* se tornou objeto de debate no Brasil a partir da abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que tem investigado a possível organização de milícias digitais. Confira uma das reportagens na seção de notícias da Câmara dos Deputados em: <https://www.camara.leg.br/noticias/622252-joyce-hasselmann-denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-na-disseminacao-de-fake-news/>.

FIGURA 6 – PEDIDO DE EDUARDO BOLSONARO PARA SUSPENDER CPI DAS *FAKE NEWS* É NEGADO NO STF



FONTE: <<https://www.redebrasilatual.com.br/wp-content/uploads/2020/04/cpmi-das-fake-news.jpeg>>. Acesso em: 29 out. 2020.

O conceito de verdade sempre foi central para a elaboração do pensamento científico moderno. Contudo, o questionamento dos limites da ciência e da verdade passaram a ser colocados por filósofos do final do século XIX, como Friedrich Nietzsche.

Costuma-se afirmar que, a partir de então, adentramos em uma era denominada pós-modernidade. Apesar das divergências com relação ao uso desse conceito, podemos afirmar que alguns pensadores pós-modernos foram responsáveis durante o século XX por fortalecer o questionamento da relatividade do conhecimento e, portanto, a relatividade da verdade.

Inspirado em Nietzsche, Michel Foucault estabeleceu a relação entre saber e poder, procurando questionar a naturalidade do conhecimento, recolocando-o como uma elaboração discursiva do real e demonstrando a centralidade da ciência para a determinação dos modos de vida, problematizando seus limites como instrumento de emancipação e liberdade para os seres humanos. Ambos os autores serão estudados com mais profundidade no decorrer de nosso livro.

Contudo, apesar da presença desses pensadores terem relativizado a relação entre ciência e verdade, demonstrando os limites do sonho iluminista em que a ciência levaria ao progresso humano, suas análises jamais poderiam ser confundidas com o fenômeno contemporâneo da pós-verdade. Diferentemente desses autores, a experiência da pós-verdade é o resultado de um outro movimento, ligado menos ao pensamento filosófico/intelectual e mais a conjunção de três fenômenos de ordem política, econômica e social:

- a cultura de massa desenvolvida pelo sistema capitalista moderno;
- a transformação da sociedade em rede em um laboratório de experiências cruzadas de informação e desinformação em favor de interesses econômicos;
- a explicitação da relação entre interesse político, informação, capitalismo e manipulação das massas.



Sobre o tema da manipulação das massas para finalidades eleitorais durante a campanha presidencial de Donald Trump nos EUA em 2016, veja o caso da Cambridge Analítica no endereço: <https://exame.com/tecnologia/cambridge-analytica-se-declaraculpada-por-uso-de-dados-do-facebook/>.

É na interconexão entre esses elementos que podemos compreender o avanço de uma prática devastadora para qualquer ato concreto de compreensão da realidade: o negacionismo. Enquanto fenômeno social, o negacionismo representa uma ameaça direta aos processos democráticos e as garantias fundamentais. Isso significa que, o negacionismo coloca em suspensão todo o processo civilizatório

presente desde o nascimento da Modernidade. Estes impactos são refletidos em assuntos que envolvem os direcionamentos políticos, ideológicos, culturais e morais que colocam sob suspeita questões ligadas à ciência, à sustentabilidade e a defesa do meio ambiente, somente para ilustrarmos alguns exemplos.

Diante do fenômeno da multiplicação infindável de dados, informações e narrativas, o conhecimento massificado passou a dispor de uma espécie de cardápio de informações. Cada qual pode se servir dessas informações, sejam elas checadas ou não, de acordo com a sua visão de mundo, com as suas crenças e posicionamentos políticos.

Esse aspecto individual, personalista, no modo como a informação deve chegar aos usuários/consumidores de dados foi demonstrado recentemente no documentário “O dilema das redes”. Tal documentário acaba por problematizar a relação entre custo e benefício da cibernética e do fortalecimento das empresas desenvolvedoras de tecnologia, responsáveis por estruturar novos padrões, ou melhor, novos modelos de subjetivação.

Em suma, sabe-se hoje que empresas como o Google dispõem de um controle contínuo sobre o perfil de seus usuários, o qual serve para a distribuição de informações não de acordo com a qualidade, cientificidade e confiabilidade, mas conforme o gosto do cliente. Uma pesquisa no buscador Google, portanto, não é o resultado das melhores e mais qualificadas informações disponíveis para todos, mas responde ao tipo de usuário que usa o seu sistema de busca. Este exemplo demonstra claramente como o acesso à informação não é equitativo e qualitativo, mas sim de que age de acordo com o perfil dos consumidores de dados.

FIGURA 7 – DOCUMENTÁRIO “O DILEMA DAS REDES”



FONTE: <<https://img.youtube.com/vi/7X54fS0SQyw/mqdefault.jpg>>. Acesso em: 29 out. 2020.

Assim, torna-se compreensível como as ações mais explícitas de negação do conhecimento científico agem não apenas pela má-fé individual ou pelo excesso de crenças e visões políticas, mas é o resultado de um fenômeno social contemporâneo do qual a internet está diretamente implicada.

Diferente da sonhada democratização da informação, a qual muitos criadores da internet defendiam até a década de 1990, o ciberespaço se converteu em instrumento central aos novos agenciamentos do sistema econômico capitalista (SANTAELLA, 2003). Essa afirmação significa que os dispositivos presentes no ciberespaço representam uma configuração que assujeita o indivíduo perante novos mecanismos muito mais sutis de controle sobre os próprios processos de subjetivação.

Mais ainda, a internet tem se mostrado determinante para uma nova produção do capitalismo que tem no usuário das redes o seu próprio produto. Este consumidor/produto é o alvo principal das estratégias econômicas que envolvem tipos de informações que denegam por vezes o papel da ciência, servindo a propósitos políticos, ao final, sempre remetidos aos interesses econômicos.

O resultado mais drástico desta nova modalidade de capitalismo tem se refletido em uma militância política anticientífica, que ganhou espaço a partir das eleições de Donald Trump nos EUA, em 2016 e Jair Bolsonaro, no Brasil, em 2018. O movimento QAnon, os grupos terraplanistas e outros, como os recentemente contrários à vacinação contra o COVID-19, são algumas das expressões mais graves do negacionismo anticientificista contemporâneo.



Sobre o movimento QAnon confira a reportagem do UOL na íntegra, em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/10/02/qanon-teoria-da-conspiracao-chegano-brasil-com-acusacoes-de-pedofilia.htm>.

A essa altura se torna claro o porquê de a ciência ser uma das instituições mais importantes para o desenvolvimento da sociedade moderna. Isso não significa que a ciência tenha dado conta de resolver todos os dilemas da vida humana moderna, nem que seja isenta de erros e envolvimento em catástrofes humanitárias e globais – como podem comprovar o desenvolvimento das armas de destruição em massa – mas de que sua presença é inquestionavelmente central para a organização e melhoramento de nosso modelo de vida.

É importante destacarmos que o conhecimento científico necessita ser compreendido a partir das suas próprias responsabilizações. Isto é, produzir ciência significa, acima de tudo, comprometer-se eticamente com as demandas e os desafios sociais aos quais nós somos diretamente afetados. Nesse sentido, podemos afirmar que a produção científica nunca é descolada da realidade, mas sim o resultado direto de estudos e sistematizações que devem procurar contribuir com soluções aplicáveis para o contexto das práticas sociais.

4 O RACIONALISMO, O EMPIRISMO E A CONSTRUÇÃO DO DEBATE CIENTÍFICO

Para compreendermos melhor como a ciência se consolidou como uma instituição central para a vida moderna é necessário remontarmos o debate científico entre racionalismo e empirismo, que marcou a sua origem a partir do século XVI, início da Idade Moderna.

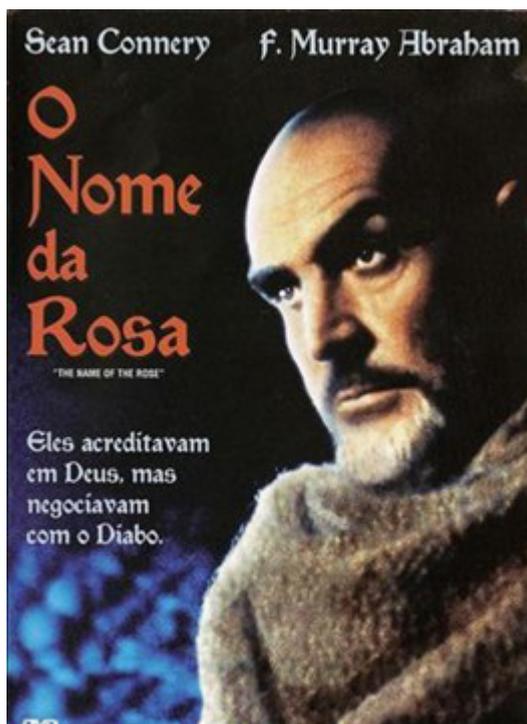
Entretanto, é necessário antes considerar que a ciência não esteve ausente durante o período medieval. A despeito da tutela permanente da Igreja Católica, esse período foi marcado pelo surgimento das primeiras universidades e os primeiros modelos formais de pesquisa e ensino. Dois modelos científicos estiveram presentes, sempre atrelados ao pensamento cristão: a patrística e a escolástica.

Do ponto de vista filosófico e epistemológico, a patrística era o resultado de uma atualização cristã do racionalismo platônico e enquanto a escolástica estava mais inclinada ao empirismo aristotélico. Pode-se dizer que a partir do século XII o modelo científico aristotélico se tornou formalmente mais presente nas universidades.

Isso significava que o modo de fazer ciência predominante no final da Idade Média tinha por base a investigação e a observação baseada na experiência. Contudo, era um tipo de experiência que possuía limites, um teto de possibilidade limitado pela fé.

Ainda, nesse contexto, o conhecimento era efetivado pelo que se conhece como **escolástica**, isto é, uma doutrina filosófica responsável por investigar as categorias das formas do sujeito conhecer perfilada pelos horizontes da fé. Os filósofos escolásticos pressupunham que a teologia era a grande figura ilustrativa do saber humano, seja por uma inspiração platônica, seja pela inspiração aristotélica. Desse modo, ideia e matéria deveriam ser mediadas pela própria crença nas experiências teológicas do cristianismo.

FIGURA 8 – FILME “O NOME DA ROSA”



FONTE: <<https://bit.ly/37qZFjy>> Acesso em: 17 jan. 2017.

Foi com a Revolução Científica iniciada no século XVI que se colocou por terra a interdependência entre ciência e fé, abrindo espaço para uma produção científica independente. Entretanto, não se pode afirmar que a Revolução Científica tenha abandonado a metafísica como fundamento de suas reflexões e análises. Ao contrário, tal revolução científica visa muito mais demarcar um distanciamento claro do aristotelismo medieval, valorizador da experiência e da observação, do que se distanciar de seu vínculo com a metafísica cristã.

Conforme afirma Boaventura de Souza Santos “Descartes, por seu turno, vai inequivocamente das ideias para as coisas e não das coisas para as ideias e estabelece a prioridade da metafísica enquanto fundamento último da ciência” (SANTOS, 1997, p. 14).

Para René Descartes a ideia, o pensamento, é a base de toda a existência. Ao afirmar o poder do pensamento segundo a fórmula “cogito, ergo sum” (penso, logo existo), Descartes conferiu à racionalidade um papel central na explicação da realidade. Neste sentido, o conhecimento só poderia ser reconhecido como científico quando abandonasse a presunção de encontrar a verdade através da experiência.

Pode-se dizer, assim, que a ciência moderna que nasce com a Revolução Científica desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata (SANTOS, 1997). Como veremos adiante, é por este mesmo motivo que a ciência moderna irá fundar a separação entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum.

FIGURA 9 – RENÉ DESCARTES



FONTE: <<https://static.todamateria.com.br/upload/de/sc/descartes3.gif>>. Acesso em: 8 jan. 2021.

Se a experiência é negada como a base do conhecimento científico, o que passa a sustentar a ciência moderna é o racionalismo. O racionalismo, assim, tem por base a convicção de que a razão é o único instrumento capaz de organizar o conhecimento. É daí que se derivam o método científico moderno, baseados na medição e quantificação matemáticas, na simplificação em oposição à complexidade, na divisão e na classificação.

Este modelo metodológico pretende, portanto, ser capaz de elaborar as leis gerais de funcionamento da natureza, que demonstrem a regularidade, a repetição dos fenômenos, tornando a ciência capaz de não só conhecer as causas como também prever o comportamento futuro destes mesmos fenômenos.

A inspiração do racionalismo cartesiano era composta pela matemática. Isso significa que os elementos investigados por Descartes pressupunham a organização universal do saber a partir da geometria e da lógica. Diferentemente da escolástica que valorizava a fé, Descartes pressupunha que a organização do mundo e os sistemas de acesso ao saber eram provenientes de uma ordem matemática sobre o corpo e sobre a própria subjetividade.

É por este motivo que o determinismo mecanicista “[...] é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar” (SANTOS, 1997, p. 17).

Contudo, alguns pensadores propuseram outra forma de compreensão do método científico no século XVII. Francis Bacon, por exemplo, propunha um método ao mesmo tempo racionalista e experimental.

Deste modo, fundava as bases do empirismo moderno, buscando através do método indutivo valorizar os aspectos qualitativos registrados pela observação regular dos fenômenos. A proposta efetivada por Bacon propunha descobrir a natureza, a causa e a essência das coisas, de modo a propiciar o domínio do homem sobre a natureza observada.

FIGURA 10 – FRANCIS BACON



FONTE: <<https://bit.ly/3uarvKC>>. Acesso em: 8 jan. 2021.

David Hume irá incrementar no século XVIII as proposições do empirismo ao definir o fundamento do conhecimento na percepção dos sentidos. As ideias seriam o resultado das impressões (sensações e emoções) geradas pela percepção.

Um dos pontos fundamentais de Hume seria o fato de que o desenvolvimento do conhecimento científico somente poderia ser efetivado pelo ceticismo. Dessa maneira, ele entendia que as experiências humanas eram passíveis de uma problematização constante do cientista que, a seu ver, deveria estabelecer a dúvida como ponto de partida para as suas investigações.

Deste modo, os hábitos e costumes permitiriam organizar as relações entre dois ou mais fenômenos, fornecendo coerência entre causalidade e efeito. Não menos do que Bacon, Hume acreditava que a ciência, tal como a compreendia, deveria ser capaz de orientar o homem no controle da natureza.

Contudo, tal controle para Hume estaria orientado no sentido da superação dos instintos e da irracionalidade humana, da qual o fanatismo religioso seria um de seus elementos mais perniciosos (LOPES, 2010).

O debate entre racionalismo e empirismo lançou, desse modo, as bases do método científico das ciências naturais e, posteriormente, das próprias ciências humanas do século XVIII e XIX. Mais ainda, pode-se afirmar que somente a partir deste longo debate a ciência pôde se solidificar como uma instituição moderna central na organização da vida social e na resolução dos problemas lançados pela vida humana na sua relação com o mundo.

Tanto o racionalismo, quanto o empirismo são bases imprescindíveis também para o nascimento da própria ciência psicológica, ainda no final do século XIX. A reflexão direta sobre as bases da produção do conhecimento foram imprescindíveis para uma interlocução capaz de validar uma ciência responsável, por analisar os aspectos individuais da experiência humana. Muito embora, tais aspectos estivessem perfilados a partir de uma leitura racionalista da própria subjetividade.

5 CIÊNCIA E ESPIRITUALIDADE PODEM CAMINHAR JUNTAS?

Na esteira dos debates entre racionalismo e empirismo, surge um movimento intelectual responsável por solidificar a ciência como uma instituição central na modernidade: o iluminismo. No século XVIII, o pensamento iluminista se converteu no paradigma científico dominante.

A base deste pensamento científico se valia das experiências do racionalismo e do empirismo, acrescentando uma oposição mais contundente entre fé e razão. A razão, base do pensamento científico, era reivindicada não só como condição de possibilidade para a ciência, como se convertia na única faculdade humana capaz de dirigir os seres humanos ao progresso.

A razão, em certo sentido, seria capaz de iluminar, esclarecer e retirar os seres humanos da obscuridade da ignorância. Em grande medida, tal obscuridade passou a ser compreendida como um efeito das religiões, particularmente do papel da Igreja Católica no impedimento do conhecimento científico.

Nasce aqui uma interpretação um tanto quanto equivocada da Idade Média, período de predomínio do poder católico, como Idade das Trevas, em contraposição ao período moderno vivido pelos iluministas, marcado pelo esclarecimento.

Parte desta crítica à Igreja Católica e às religiões de um modo geral foram apresentadas por pensadores considerados anticlericais, como Voltaire e Hume. Voltaire considerava o clero católico e a religião de um modo geral uma ameaça ao bom governo e a ordem social.

Por sua vez, Hume considerava que a religião não poderia ser sustentada por qualquer espécie de argumento racional senão pela fé, o que não significava sua deposição como experiência humana, mas um apontamento claro para a dimensão e os limites da racionalidade, da experiência e do próprio conhecimento científico.

Na pior das hipóteses, a religião poderia ser convertida em fanatismo religioso, o que na análise de Hume significava uma ameaça às formas de governo, na medida em que o fanático seria um personagem movido por convicções irracionais, inflexíveis e radicais (LOPES, 2010).

Seja como experiência religiosa, seja como fanatismo, o que Hume estava a apontar era para um fenômeno mais amplo na modernidade do século XVIII em diante: a dissociação total entre ciência e religião.

Tal dissociação seria reiterada por diversos filósofos e cientistas ao longo do século XVIII e XIX, ligando-se diretamente às experiências mais amplas de secularização, como o que se daria no âmbito da política, da economia e da vida social de um modo geral.

A Revolução Francesa de 1789 foi um dos grandes eventos que colocaria em curso esse processo acelerado de secularização da vida, a qual marcaria a modernidade a partir de então. Charles Darwin fundaria, no século XIX, uma nova explicação para a origem da vida e Nietzsche colocaria a última pá de terra sobre o túmulo do criacionismo, declarando a morte de Deus como centro de significação do sentido da vida e da história humana.

Apesar do peso de todos esses acontecimentos, dos sinais de deterioração de um mundo velho que não voltaria jamais, as religiões não morreram, menos ainda os vínculos e reciprocidades entre espiritualidade e ciência.

Espinoza pode ser considerado o primeiro grande interlocutor moderno desta experiência de conciliação entre ciência e espiritualidade no século XVII. Na metafísica espinozana encontramos uma relação contínua entre o imutável e o mutável, entre uma essência eterna denominada de “substância” e as diversas formas mutáveis de existência denominadas de “modo”.

Essa substância eterna e imperecível é Deus, enquanto a natureza é a expressão mutável, organizada segundo esta lei universal encontrada em Deus. Contudo, trata-se de um Deus que não se encontra para além do que se vê, para além do que é perecível e impermanente.

Não se trata, portanto, de um Deus transcendente, mas sim imanente, pois está presente em todas as formas individuais e perecíveis da natureza sem, no entanto, confundir-se com esta. Conforme afirma Will Durant sobre a relação entre Deus e natureza na obra *Ética* de Espinoza:

Com a vontade de Deus e as leis da natureza sendo uma única realidade exposta de maneira diversa, segue-se que todos os eventos são o funcionamento mecânico de leis invariáveis, e não o capricho de um autocrata irresponsável sentado nas estrelas. O mecanismo que Descartes via somente na matéria e no corpo, Spinoza vê também em Deus e na mente. É um mundo de determinismo, não de desígnio. Como nós agimos visando a fins conscientes, supomos que todos os processos têm esses fins em vista; e porque somos humanos, supomos que todos os eventos levam ao homem e são destinados a subservir as necessidades do homem. Mas isso é uma ilusão antropocêntrica, a exemplo de grande parte de nossos pensamentos. A raiz dos maiores erros em filosofia está em projetar nossos propósitos, critérios e preferências humanas no universo objetivo (DURANT, 2001, p. 142).

FIGURA 11 – BARUCH ESPINOZA



FONTE: <<https://www.ofrases.com/imagenes/Baruch-Spinoza.jpg>>. Acesso em: 8 jan. 2021.

Podemos abordar de muitas formas as relações entre espiritualidade e ciência que se desenrolam a partir daí. No mundo contemporâneo, de modo didático, podemos apontar ao menos duas formas possíveis, uma positiva e outra negativa. A primeira, que qualificamos como positiva, pode ser exemplificada através do modelo oriental da medicina tradicional chinesa.

Um estudo realizado pelo antropólogo Pedro Paulo Gomes Pereira (UNIFESP) e pela professora Maria Elisa Rizzi Cintra no Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa/Butantã (CSEB), localizado no município de São Paulo, apontou os resultados do uso da acupuntura em pacientes e a alteração no modo de suas percepções sobre o corpo (PEREIRA; CINTRA, 2012).

O aspecto positivo dessa experiência pode ser sumarizado na modificação tanto do estado de saúde quanto na percepção renovada das dores e sofrimentos dos pacientes, a partir de uma visão holística, que engloba não só os sintomas identificados, como também a relação dos sintomas com o modo de vida integral do paciente.

Percebe-se aqui um tipo de experiência com as práticas científicas de cura que não só produz resultados eficazes, mas que contribui para a reformulação da compreensão a respeito das doenças e de um conceito de saúde que não se limita ao conceito materialista de corpo fornecido pela medicina ocidental.



O artigo completo *Percepções de corpo identificadas entre pacientes e profissionais de medicina tradicional chinesa do Centro de Saúde Escola do Butantã* pode ser encontrado em: <http://bit.ly/3pwwGyT>.

Conforme podemos observar, as relações entre espiritualidade e ciência podem ser efetivas para uma leitura em torno dos processos de subjetivação. Essa relação também é importante no contexto das políticas públicas e cuidados com a saúde. O desenvolvimento de ações dedicadas a promover uma intervenção qualitativa sobre o corpo e sobre a subjetividade podem favorecer a melhoria da qualidade de vida da população.

Entretanto, é preciso destacar que essa mesma relação - ciência e espiritualidade - não deve ser confundida com as práticas relacionadas ao fundamentalismo religioso e ao militantismo de alguns grupos presentes tanto no mundo ocidental, como no mundo oriental. A perspectiva do fundamentalismo religioso, quase sempre se transforma em conflitos políticos e ideológicos responsáveis pela violação de direitos e garantias fundamentais.

De todo o modo, é preciso destacar que os elementos estratégicos da ciência não excluem a espiritualidade como um fator imprescindível para as boas práticas de saúde, para a melhoria da qualidade de vida e o incentivo a tolerância e a diversidade.

Por conta de tais aspectos, é de fundamental importância que esse complexo tema seja tratado sempre de maneira crítica e, ao mesmo tempo, com o merecido respeito e diálogo, necessários ao desenvolvimento do espírito científico crítico e reflexivo.



Damares diz que menina de dez anos estuprada deveria ter feito cesárea.
 Acesse entrevista na íntegra no endereço: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/09/18/damares-diz-que-menina-de-10-anos-estuprada-deveria-ter-feito-cesarea.htm>.

6 O SENSO COMUM: SEUS ALCANCES E SEUS RISCOS

Um dos grandes efeitos da Revolução Científica do século XVI e da consolidação do paradigma científico moderno até o século XVIII foi ter consolidado um conjunto de tipos e métodos de conhecimento que, ato reflexo, reduziu à denominação de “senso comum” todas as demais formas de conhecimentos resultantes da experiência popular, das tradições, as quais passaram a ser consideradas ilegítimas, quando não, absolutamente erradas ou supersticiosas.

Foi na tensão constante entre a consolidação da ciência como instituição moderna e o seu monopólio como único conhecimento legítimo que se constituiu o que Boaventura de Souza Santos (1997, p. 17) denomina de “paradigma dominante”.

Tal paradigma científico seria o resultado da consolidação hegemônica da ciência como forma exclusiva de acesso à verdade. Em certa medida, a ciência cartesiana e racionalista substituiu a religião no que diz respeito à prerrogativa da revelação do verdadeiro significado e sentido do conhecimento e da vida. Deste modo, sua postura ante as demais formas de conhecimentos, que não compartilhavam de seus conceitos, categorias e métodos científicos de explicação, foi de absoluta recusa ao diálogo e ao reconhecimento.

Essa postura inflexível garantiu, contudo, a própria materialização da unidade epistemológica da ciência moderna. Porém, impediu que a finalidade precípua do pensamento científico se consolidasse, ou seja, impediu que o conhecimento científico se convertesse em senso comum e de que, em contrapartida, o senso comum abastecesse o conhecimento científico com os desafios lançados pela experiência de novos problemas, os quais só são detectados e contemplados a partir da experiência do vivido.

Contudo, atualmente podemos perceber um efeito de quanto o senso comum também busca suplantar o discurso científico. O negacionismo ao se converter em experiência no senso comum e ao receber sustentação política passa a ser um problema para a inserção da própria ciência na sociedade. O

negacionismo oblitera, barra, impede ou procura impedir o diálogo entre ciência e senso comum do mesmo modo como outrora o paradigma científico dominante impediu seus pontos de contato.

O negacionismo, assim, não é propriedade ou substância do senso comum, mas sim um instrumento político que visa reformular a relação entre senso comum e pensamento científico, buscando aniquilar a legitimidade da ciência e a capacidade de inserção social da instituição científica enquanto tal.

Deste modo, podemos diferenciar ao menos duas formas do senso comum na sua relação com a ciência. A primeira seria um tipo de relação saudável, na medida em que o senso comum seja o espaço de uma experiência de produção de conhecimento ligado à cultura. Um exemplo disso são as práticas de benzedura que vigoram como parte dos saberes populares.

O reconhecimento dessa prática é de legítima importância, pois benzedoras e benzedores participam da realidade social como personagens dotados de tipos de saberes tradicionais, ligados tanto à religiosidade popular quanto às formas de cura.

Trabalhando na interseção entre religião e medicina, estes personagens oferecem soluções concretas e abastecem uma tradição cultural preservada e transmitida fora do circuito da ciência oficial. Contudo, já existem casos em que a aproximação entre esta prática e a ciência médica tem sido estimulada e celebrada. Esse seria um exemplo possível dos muitos modos como os saberes do senso comum podem dialogar diretamente com o saber científico institucional.



Em 2012, o portal G1 noticiou o caso do projeto de lei criado no município de Rebouças/PR, que se tornou o primeiro município a oficializar práticas de benzedura no SUS. Na íntegra em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/05/benzedoras-sao-consideradas-profissionais-da-saude-no-parana.html>.

A segunda forma de relação entre ciência e senso comum pode ser definida como nociva, já que, por conta de uma série de equívocos, quase sempre de origem política, ela tenta desqualificar ideologicamente conhecimentos e saberes alheios aos interesses de grupos econômicos, grupos étnicos ou partidos políticos, somente para ilustrarmos alguns exemplos.

Podemos destacar, já nos horizontes da modernidade, isto é, desde o processo de colonização das américas a estruturação de diferentes formas de conhecimentos que foram responsáveis por profundas cicatrizes históricas e estruturais cuja herança é sentida até os dias de hoje.

Recentemente, no século XX, regimes totalitários como o fascismo, o nazismo e o comunismo também foram responsáveis por inúmeras violações de direitos e de garantias fundamentais de grupos étnicos ou supostos “inimigos dos aparelhos de Estado” a partir da aplicabilidade de saberes e experiências científicas.

Nesse sentido, compreende-se o porquê das tentativas constantes de alteração das leis no sentido de incluir uma narrativa que não possui cientificidade mínima e menos ainda espaço nas universidades. O fracasso do projeto de lei para implementação das diretrizes do Escola sem Partido é um claro exemplo disso.

O ataque contra a liberdade de cátedra dos professores da educação básica, contra a autonomia das universidades públicas, o apelo à lei como instrumento de manipulação ideológica, são algumas facetas de um mesmo projeto predatório e parasitário, que mesmo não atingindo seus objetivos, produz um efeito imenso sobre o senso comum.

Ao ganhar espaço nas mais diversas camadas sociais, o negacionismo e o anticientificismo não enfraquecem apenas a ciência, mas comprometem a estabilidade das instituições, da estrutura democrática como um todo e, no pior dos casos, ameaçam a segurança pública e sanitária, pondo em risco a própria vida.



Sobre o efeito do Escola Sem Partido nas escolas, leia a reportagem da BBC Brasil na íntegra em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46006167>.

Leia também: *O fenômeno da pós-verdade e suas implicações na percepção pública da ciência*, por Marcia Garcia, (UFRJ). Acesse na íntegra em: <http://www.cienciaexplica.com.br/2020/09/23/o-fenomeno-da-pos-verdade-e-suas-implicacoes-na-percepcao-publica-da-ciencia/>.



RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu que:

- As reflexões necessárias sobre a ciência na sociedade do conhecimento são fundamentais para a sua formação em psicologia.
- As análises a partir dos elementos ligados à ciência e ao negacionismo são um dos maiores desafios para a nossa atualidade.
- Os elementos ligados às relações entre o racionalismo e o empirismo foram responsáveis pela estruturação da epistemologia na modernidade.
- Ciência e a espiritualidade podem caminhar juntas desde que não sejam perfiladas por doutrinações ideológicas e partidárias.
- Os alcances e riscos do senso comum nas experiências da era da pós-verdade representam uma imediata necessidade de estruturação do conhecimento científico.



1 Disserte sobre o significado da palavra epistemologia.

2 Disserte sobre a relação entre racionalismo e empirismo.

3 Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () O senso comum é resultado direto da construção do conhecimento científico.
- b) () O senso comum só pode ser validado por meio da ideologia.
- c) () O senso comum é o resultado da construção secular de valores e crenças transmitidas entre os cientistas.
- d) () O senso comum é o resultado da construção secular de valores transmitidos, sobretudo a partir de diferentes gerações.

4 Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () Nazismo, comunismo e fascismo foram experiências bem sucedidas da relação entre ciência e senso comum.
- b) () A ciência é objeto de interesse da coletividade, já que ela procura desenvolver as relações entre o desenvolvimento tecnológico e a qualidade de vida das pessoas.
- c) () A epistemologia possui um papel importante para o desenvolvimento da ciência, já que ela procura pensar as conexões entre a realidade as possíveis aplicações do conhecimento científico.
- d) () O mundo contemporâneo é perfilado pelo que chama-se de “pós-verdade”.

5 Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () No mundo contemporâneo, os desafios significativos podem ser representados pela relação integral entre ideologia e senso comum.
- b) () Ciência e ideologia são uma criação do racionalismo.
- c) () O racionalismo foi uma corrente epistemológica criada por Rene Descartes.
- d) () O empirismo valoriza apenas as características inatas para a produção do conhecimento.

EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS NOS HORIZONTES DOS SABERES PSICOLÓGICOS

1 INTRODUÇÃO

O contexto das epistemologias críticas envolve diversas articulações políticas, culturais e sociais desde a nossa modernidade. A partir das perspectivas elencadas sobre as condições de possibilidade do conhecimento, inúmeros intelectuais desenvolveram importantes contribuições sobre o saber psicológico.

Esses intelectuais foram responsáveis por problematizar a ideia de um sujeito racional. Isto é, pensadores como Nietzsche, Hegel, Kuhn e Popper, cada qual a sua maneira, procuraram estabelecer outras leituras sobre as formas de conhecimento e o processo de constituição da subjetividade.

Muito embora a psicologia tenha se constituído como ciência tardiamente – no final do século XIX – as epistemologias críticas sempre favoreceram o debate sobre os processos de constituição do sujeito a partir das mais diferentes perspectivas.

Essas diferentes perspectivas, envolviam a leitura sobre a subjetividade e as formas de conhecimento. Isto é, tratava-se de compreender os traços da própria constituição do sujeito, seja pelo viés naturalista e inatista, seja pelo viés das experiências empíricas. O nascimento da ciência psicológica focava, portanto, na racionalidade do indivíduo deixando de lado os aspectos relacionados a saúde mental, ou melhor, a própria loucura. Desse modo, a crítica em relação aos desdobramentos epistemológicos promovidas, a partir do século XIX, abriu caminho para a própria contextualização da racionalidade científica. Seja pelo crivo racionalista, seja pelo crivo das dinâmicas do inconsciente, da vontade e do desejo, como forças intrínsecas a subjetividade.

É na esteira de tal debate que devemos perceber esse conjunto de epistemologias como responsáveis por interpelarem as ciências humanas e, entre elas, a psicologia a partir dos seus mais diferentes objetos e métodos de análise e de intervenção.

Neste tópico, você será apresentado ao panorama das epistemologias críticas nos horizontes dos saberes psicológicos. O objetivo do tópico consiste em apontar os desdobramentos destas epistemologias críticas e suas possíveis conexões com o saber psicológico.

Em primeiro lugar, falaremos sobre as contribuições promovidas por Gastón Bachelard a partir das múltiplas enunciações epistemológicas. As contribuições de Bachelard são de fundamental importância para uma leitura histórica sobre as ciências humanas.

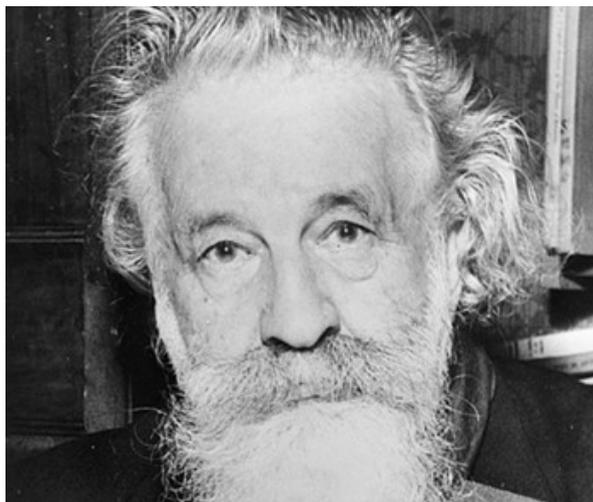
O segundo ponto do tópico será dedicado à compreensão do relativismo científico presente em Thomas Kuhn. Esse importante filósofo da ciência foi o responsável por desenvolver um conceito muito importante para os desdobramentos das ciências humanas, sobretudo por meio do conceito de paradigma.

Finalmente, o terceiro ponto do tópico irá abordar as dimensões políticas e científicas do positivismo para o saber psicológico a partir das contribuições de Karl Popper e suas investigações sobre o método científico da psicologia a partir do relativismo.

2 OS MÚLTIPLOS LUGARES DE ENUNCIÇÃO EPISTEMOLÓGICA: UMA VISÃO A PARTIR DE GASTÓN BACHELARD

Gaston Bachelard (1884-1962) é, sem sombra de dúvidas, um dos maiores nomes do pensamento científico da nossa Modernidade. Ele nasceu durante um período muito conturbado na nossa história, no caso, a passagem do século XIX para o século XX, vivenciando vários aspectos da transformação social e política do mundo ocidental. Entre esses aspectos podemos destacar acontecimentos como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917), a epidemia de Gripe Espanhola (1918), a Crise da Bolsa de Valores (1929) e, por fim, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

FIGURA 12 – GASTON BACHELARD (1884-1962)



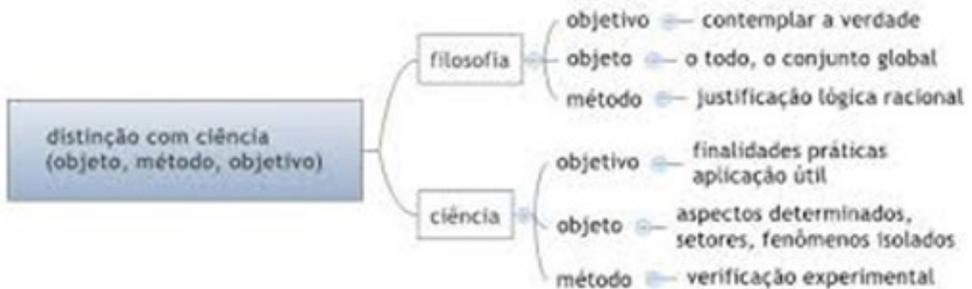
FONTE: <<https://bit.ly/2Ztp6MP>>. Acesso em: 8 jan. 2021.

Basicamente, pode-se afirmar que o pensamento de Bachelard se configura a partir do que podemos chamar de **Filosofia da Ciência**. Esta área do saber é responsável por pensar, desde Kant, as condições de possibilidade para o conhecimento. Em linhas gerais, toda filosofia da ciência procura pensar quais os critérios necessários para a produção do conhecimento científico.

Um dos pontos presentes na investigação geral empreendida pela filosofia da ciência consiste na leitura histórica sobre os acontecimentos científicos. Por exemplo, é um ponto de investigação muito importante estabelecer as bases e as condições necessárias para os processos que levaram ao desenvolvimento do espírito científico a partir dos elementos que favoreceram saberes como a física, a química e a biologia.

De acordo com Chibeni (2001), este processo linear opera como a base estrutural de todo o pensamento científico, bem como seus critérios de objetividade e de levantamento metodológico. Deste modo, a filosofia da ciência se interessa por analisar cada um dos processos responsáveis por identificar o movimento do conhecimento científico.

FIGURA 13 – O ESQUEMA DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA



FONTE: <<https://bit.ly/2M3OtBX>>. Acesso em: 28 out. 2020.

Entretanto, ao contrário desta perspectiva tradicional da filosofia da ciência, Bachelard (1988) propõe a construção de uma pluralidade de sentidos para a epistemologia. No contexto dessa pluralidade sua filosofia não se ocupa com o progresso do conhecimento ou suas aplicabilidades técnicas, mas sim com os tensionamentos entre as mais variadas formas de saber que podem se configurar como regimes de verdades.

Deste modo, tanto a química quanto a alquimia possuem as suas conexões possíveis a partir de critérios que envolvem desde a relação entre as formas de conhecimento centrais até as mais periféricas. O horizonte investigativo da filosofia da ciência é perfilado pelas correlações políticas entre distintas formas de saber.

Em torno desse aspecto, Bachelard (1988) propõe que o caminho da filosofia da ciência seja perfilado a partir de um duplo movimento, no caso, as bases realistas e as bases idealistas. Enquanto que as bases realistas compõem

a etapa diurna da obra bachelardiana a partir das estruturas da lógica do saber científico no horizonte das histórias das ciências a partir do racionalismo. As bases idealistas, por sua vez, estruturam a etapa noturna da obra de Bachelard.

Essas bases idealistas perfilam a inclinação, por parte de Bachelard (1988) pelas questões que refletem os seus interesses pelas artes e pela poética, por exemplo. Entretanto, é muito importante ser destacado que, essa dupla relação não é marcada por uma **experiência dialética**, ou seja, não são perfiladas pela tese e pela antítese. Ao contrário desta perspectiva, Bachelard (1988) irá propor a experiência de um acontecimento epistemológico responsável por identificar os elementos da imaginação poética em conjunto com o saber científico.

Existe, portanto, na obra de Bachelard (1988), cujo emblema se efetiva pela complementaridade entre os saberes, pois, como lembram Lima e Martinelli (2011, p. 396), “Ambas vertentes coexistem e se complementam, pois também a ciência requer imaginação e sonho para ir adiante e avançar na construção de novos conhecimentos, assim como a vertente artística necessita do espírito racionalista para compreender de modo imaginativo”.

Conforme essas palavras sugerem, a epistemologia proposta por Bachelard (1988) acaba por apontar um novo percurso para as ciências humanas. Este percurso passaria a ser envolvido a partir de questões históricas necessárias as suas rupturas e continuidades. Por conta de tais aspectos, é que a obra de Bachelard (1998) acaba por sinalizar que a história da filosofia da ciência passa, necessariamente, por um olhar poético a partir de um diálogo aberto com as artes e com o percurso das ciências naturais.

Segundo aponta Bachelard (1988), ao invés de se espelharem no modelo das ciências naturais, as ciências humanas podem pensar os seus desdobramentos metodológicos e seus elementos conceituais a partir de uma tessitura dialógica entre a racionalidade exigida, na construção do conhecimento e as afeições promovidas pela arte.

Em seu livro *A Formação do Espírito Científico*, Bachelard (1996) aponta que o processo de construção do projeto científico crítico para a sociedade ocidental pode ser caracterizado a partir de três movimentos ondulatórios.

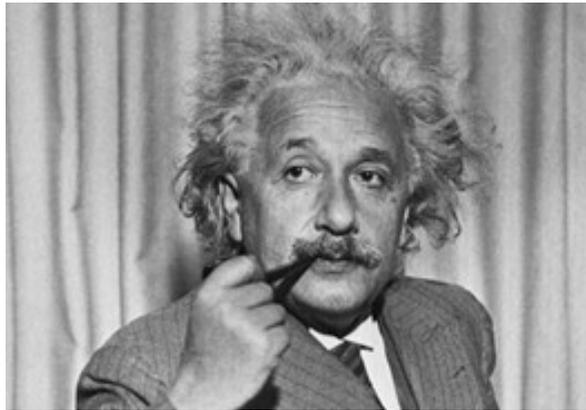
O primeiro destes movimentos configura-se pelo que ele chama de estado pré-científico. Esse período perfila as primeiras reflexões, ainda filosóficas promovidas pelas culturas grega e romana sobre a ciência, passa pelo Renascimento e seu **giro hermenêutico em torno do humanismo científico**, até chegar ao Iluminismo e a Revolução Industrial do século XVIII.

O segundo movimento ondulatório, compreende o final do século XVIII e o final do século XIX, época de constantes transformações políticas e tecnológicas da sociedade. Por fim, o terceiro movimento ondulatório configura-se a partir das primeiras décadas do século XX e a grande novidade introduzida por Einstein sobre a teoria da relatividade.

É justamente em torno deste terceiro movimento ondulatório que se apresentará as possibilidades de um novo fazer, mas também um novo sentir das ciências humanas. Os trabalhos promovidos pela física de Einstein acabam por ilustrar, portanto, os elementos estratégicos pelos quais a ciência moderna foi obrigada a promover uma nova atitude em relação as dinâmicas até então consideradas imutáveis, como por exemplo a relação entre espaço-tempo.

Até o aparecimento de Einstein, essa relação era compreendida a partir de uma dinâmica dicotômica e, portanto, imutável, na perspectiva da teoria da relatividade, tempo e espaço se conectam continuamente e, assim sendo, não existe separação entre passado, presente e futuro.

FIGURA 14 – ALBERT EINSTEIN (1879-1955)



FONTE: <<https://bit.ly/3bmMkK4>>. Acesso em: 29 out. 2020.

É diante deste cenário que Bachelard (1996) argumenta que, a produção do conhecimento, por parte das ciências humanas, necessita levar em conta os traços fundamentais dos obstáculos epistemológicos, sobretudo aqueles relacionados às questões psicológicas.

Se, quem produz o conhecimento é sempre **um sujeito**, deve-se perceber que, nos horizontes deste terceiro movimento ondulatório os problemas relacionados à produção do conhecimento deverão ser pautados a partir de elementos abstratos e complexos. Essa marca, do novo espírito do conhecimento será de fundamental importância para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre as ciências humanas.

No contexto da psicologia, a leitura sobre as contribuições de Bachelard (1988) oportunizarão as dimensões práticas do desenvolvimento científico deste saber que, nos horizontes da contemporaneidade acaba por migrar, cada vez mais de modo pulsante, de uma prática meramente experimental para uma leitura analítica e sensível sobre a condição humana.

Os caminhos propostos por Bachelard (1988) evidenciam o processo pelo qual uma ciência como a psicologia vem a se constituir muito mais como uma experiência analítica a partir das dimensões afetivas do que propriamente pelas características positivistas que marcaram o seu desenvolvimento no final do século XIX. A inspiração promovida por Bachelard (1988) perfila o olhar poético e sensível sobre a experiência da ciência psicológica.

A leitura bachelardiana sobre a psicologia compreende um elemento voltado para a compreensão da subjetividade para além da própria racionalidade. Nesse sentido, essa leitura foi de fundamental importância pela qual as emoções, o inconsciente e o desejo se tornam como partes integrantes da subjetividade.

Por fim, essa leitura envolve os pressupostos de que, a investigação histórica sobre o conhecimento psicológico, a partir do estudo das ideias psicológicas, pode refletir uma leitura imprescindível para o conhecimento científico.

3 A CRISE DA CIÊNCIA MODERNA E O RELATIVISMO PARADIGMÁTICO DE THOMAS KUHN

O filósofo Thomas Samuel Kuhn (1922-1996) é, sem sombra de dúvidas, uma das mais importantes vozes dentro do pensamento científico da nossa modernidade. Sua formação envolve uma profunda crítica em torno dos desafios das ciências humanas a partir da sua história.

FIGURA 15 – THOMAS KUHN (1922-1966)



FONTE: <<https://bit.ly/3dq3yZV>>. Acesso em: 29 out. 2020.

Segundo Jacobina (2000), Kuhn elabora uma leitura sobre os diferentes modelos epistemológicos existentes a partir de um modelo descrito pelas emergências dos paradigmas. Todas as ciências, segundo Kuhn, passam por momentos revolucionários que serão responsáveis por efetivar a sua possível consolidação.

Essas revoluções paradigmáticas compreendem uma visualização explícita nos horizontes das ciências naturais. Entretanto, no campo das ciências humanas, esta revolução é permeada por intensos processos que vão desde o embate entre distintas perspectivas teóricas, quanto às próprias definições metodológicas das ciências humanas.

Por conta desses aspectos é que o pensamento desenvolvido por Kuhn (1996) sinaliza que as ciências humanas encontram-se em uma etapa pré-revolucionária, do ponto de vista das suas articulações paradigmáticas.

Mas, o que vem a ser um paradigma? Essa noção refere-se às distintas visões de mundo que integram uma mentalidade histórica específica. Ou seja, os elementos paradigmáticos refletem toda uma atitude de época. Por exemplo, o paradigma da nossa contemporaneidade pode ser sintetizado a partir das experiências tecnológicas mediadas pela cibernética.

De certa forma, a importância do conceito de paradigma reflete os elementos estratégicos responsáveis por favorecer o aparecimento de atitudes ligadas ao desenvolvimento do conhecimento científico. Por conta de tal aspecto, o conhecimento científico é sempre marcado pelas revoluções que marcarão a passagem de uma época à outra.

Como apontamos anteriormente, o aspecto fundamental de um paradigma configura-se a partir de uma mentalidade que reflete a sua época. É neste sentido que Kuhn (1996) elabora em seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* todo um percurso historiográfico sobre as diferentes formas, ou melhor, os diferentes modelos de paradigmas a partir da história.

Este processo se inicia a partir do nascimento do que Kuhn (1996) chama de epistemologia especulativa. Neste modelo, o que está em jogo são as reflexões filosóficas promovidas desde os Pré-Socráticos até o Renascimento.

Dentro de tal modelo paradigmático, encontramos inúmeros elementos que irão se esforçar por categorizar os elementos relacionados ao conhecimento nos horizontes da racionalidade filosófica. Kuhn (1996) conclui que essa atividade configura-se por meio da elaboração de um raciocínio especulativo que se circunscreve nas finalidades do conhecimento humano como tarefa da racionalidade.

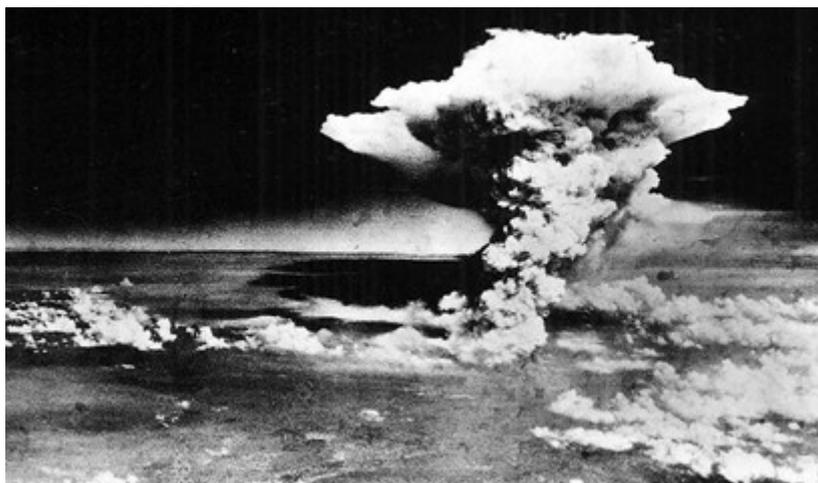
A partir do Renascimento, emerge uma nova modalidade de paradigma chamada por Kuhn (1996) de epistemologia normativa. Neste modelo paradigmático é que passam a se configurar os novos elementos do saber científico com a emergência da física newtoniana e da química de Lavoisier, por exemplo.

Os estudos desenvolvidos por esses dois cientistas, inauguraram uma nova modalidade para o pensamento e, pela primeira vez na história, a ciência se emancipa das atribuições especulativas para adentrar no terreno da aplicabilidade e no desenvolvimento tecnológico das primeiras sociedades capitalistas.

Essa experiência foi responsável, aos olhos de Kuhn (1996) pela formação da base estrutural do conhecimento moderno, ao agregar o desenvolvimento científico às bases estruturais das ciências naturais responsáveis por intervirem de maneira efetiva na realidade.

Por fim, a terceira modalidade de conhecimento histórico é nomeada por Kuhn (1996) de epistemologia histórico-interpretativa. Essa nova relação procura pensar os seus desdobramentos a partir da chamada **crise das ciências**, isto é, quando as próprias ciências naturais mostraram-se incapazes de promoverem respostas efetivas aos problemas concretos vivenciados pela sociedade ocidental.

FIGURA 16 – A BOMBA ATÔMICA E O RELATIVISMO CIENTÍFICO



FONTE: <<https://bit.ly/3bmNeWY>>. Acesso em: 29 out. 2020.

É por meio deste diagnóstico que Kuhn (1996) entende que o terceiro movimento ondulatório da epistemologia histórico-interpretativa acaba por inaugurar um novo modelo de paradigma pelos quais, mesmo as ciências naturais foram desafiadas em torno do seu estatuto de confiabilidade, por conta de novos processos desencadeados pelas descobertas relacionadas à física quântica e a teoria da relatividade, por exemplo.

Essas reflexões elaboradas por Kuhn (1996) fazem de sua obra uma importante ferramenta para uma problematização dos aspectos relacionados ao contexto das ciências humanas e, conseqüentemente, da própria psicologia.

Segundo aponta Caniato (2005), no campo psicológico as regulações paradigmáticas referem-se ao contexto de nascimento deste saber ainda no final do século XIX. Como sabemos, este é o momento de forte associação e aproximação das ciências humanas com as ciências naturais.

Entretanto, tais aproximações revelam o ponto fundamental a partir do movimento de articulação entre a psicologia com a fisiologia da época. Ainda assim, por conta dos seus objetos e métodos quase sempre subjetivos, a psicologia acaba passando por inúmeras crises que vão desde a aplicação dos seus estudos por meio das questões experimentais até mesmo as implicações relacionadas às questões voltadas à saúde mental e, o seu consequente trabalho clínico.

Por conta de tais aspectos é que, segundo a visão de Kuhn (1996), a ciência psicológica – diferentemente de outras perspectivas científicas – é um saber perfilado por uma crise paradigmática em aberto.

FIGURA 17 – A VARIEDADE EPISTEMOLÓGICA DA PSICOLOGIA



FONTE: <<https://bit.ly/3avnRD6>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

Neste sentido, a partir da proposta elencada por Kuhn (1996) constata-se que **os elementos fundamentais da crise das ciências psicológicas é um projeto permanente. Isso significa que, possivelmente, jamais tenhamos uma psicologia universal, mas sim diferentes modalidades de saber e condições de aplicabilidade.**

Não sendo uma ciência universal, a psicologia encontra-se, segundo Kuhn (1996), **em uma etapa pré-paradigmática.** Tal afirmação compreende os desafios postos aos saberes psicológicos, a partir dos elementos presentes, sem um consenso aparente a partir dos seus métodos e objetos de análise.

Uma vez que a ciência depende dos seus processos revolucionários para passar de um paradigma a outro, o caminho para o desenvolvimento da ciência psicológica passa pelos caminhos dos processos responsáveis por identificar esse saber a partir da sua pluralidade.

Tal perspectiva é de extrema importância para sinalizar os elementos categóricos voltados à produção do saber psicológico, a partir da sua multiplicidade, marcados pelos movimentos paradigmáticos propostos por Kuhn (1996).

4 O POSITIVISMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SABER PSICOLÓGICO

A Europa do início do século XX foi uma sociedade marcada pelo processo de consolidação de grandes instituições educacionais responsáveis por pensar os desdobramentos do conhecimento científico.

Talvez a mais importante destas instituições seja o **Círculo de Viena**. Esse círculo era composto por filósofos que, procuravam pensar, as contribuições do pensamento científico a partir do olhar da filosofia. Possuindo como objetivo longitudinal promover uma crítica em relação à metafísica filosófica, ao psicologismo e ao historicismo.

O Círculo de Viena existiu entre os anos de 1922 e 1936, mas acabou por deixar um importante legado para os desdobramentos dos modelos científicos nas ciências humanas ao longo de todo o século XX.



Os filósofos do Círculo de Viena estavam preocupados em pensar os desdobramentos do conhecimento científico ainda nas primeiras décadas do século XX. Eles procuraram desenvolver uma série de críticas em relação ao neokantismo e a fenomenologia. Para os filósofos pertencentes ao círculo de Viena, enquanto que o neokantismo limitava o seu campo de análise conceitual em relação a um contexto metafísico, a fenomenologia permanecia incapaz de se sustentar, do ponto de vista científico. A essas duas concepções, o Círculo de Viena, procurava pensar as suas bases a partir da criação do positivismo lógico.

Basicamente, os filósofos pertencentes ao Círculo de Viena procuravam responder à seguinte pergunta: **quais deveriam ser os caminhos a serem percorridos pela ciência na sociedade do século XX?**

Segundo Cunha (2007), essas preocupações estão formuladas na tentativa, por parte destes filósofos em proceder a uma sustentação lógica para os desdobramentos científicos a partir da perspectiva crítica, da qual é proveniente uma nova maneira de se sustentar o empirismo dos estudos científicos.

Em linhas gerais, os elementos estratégicos produzidos pelo Círculo de Viena consistiam em dois objetivos:

- constituir os elementos científicos a partir da falseabilidade;
- estabelecer os critérios do conhecimento científico a partir da dedução.

FIGURA 18 – OS FILÓSOFOS DO CÍRCULO DE VIENA



FONTE: <<https://bit.ly/2M32obj>>. Acesso em: 2 out. 2020.

Um dos maiores nomes do Círculo de Viena foi o filósofo austríaco Karl Popper (1902-1994). Popper foi responsável pelo desenvolvimento do que se conhece por racionalismo crítico. A sua teoria consistia em pensar os desdobramentos para o positivismo a partir de uma revisão sistemática das suas teses aplicando-a no contexto das ciências humanas e sociais.

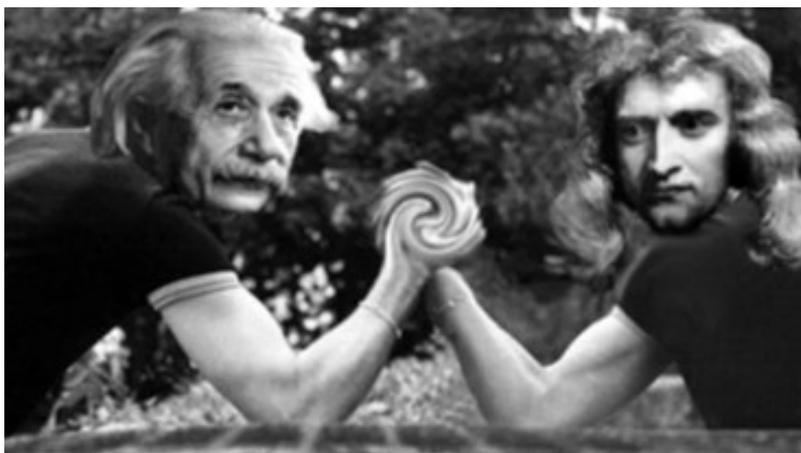
Em seu principal trabalho intitulado *Conjecturas e Refutações*, Popper (1980) aponta que o conhecimento científico deve ser analisado a partir de uma lógica voltada para o estudo do seu desenvolvimento. Porém, tal desenvolvimento deve estar amparado na tese de que uma ciência, para ser devidamente comprovada, deve ter como base o princípio basilar da contestação permanente das suas descobertas.

Isso significa que o conhecimento científico se estrutura a partir do momento em que um saber é colocado à prova e é passível de refutação por toda a comunidade científica. Portanto, o saber científico não se caracteriza como uma verdade universal e insolúvel, mas sim como um saber transitório que necessita sempre passar por um processo de revisão.

Para Popper (1980), uma verdade absoluta nada mais é do que uma ideologia e, portanto, o conhecimento científico deve afastar de si todos os elementos ligados a estratificação e permanência a partir dos critérios das conjecturas e refutações.

Em relação às conjecturas, elas referem-se aos procedimentos analíticos responsáveis por fazer da ciência um saber sempre transitório. Ou seja, diferentemente de outras formas de conhecimento, como o senso comum, a ideologia, as religiões ou os mitos, por exemplo, as descobertas provenientes do saber científico são moduladas e, ao mesmo tempo, estão sujeitas às condições de falseabilidade.

FIGURA 19 – NEWTON X EINSTEIN



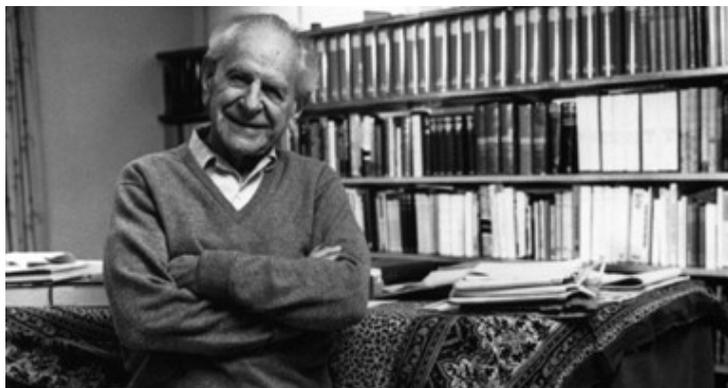
FONTE: <<https://bit.ly/37rkE5z>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

A física é um claro exemplo dessa análise de conjecturas. Sua proveniência remete ao século XVII, quando Issac Newton promoveu suas experiências, nas quais as leis de gravitação universal são responsáveis por fundamentar toda a experiência científica da modernidade.

As leis de gravitação universal foram de suma importância para o desenvolvimento tecnológico da geometria e da matemática como traços fundamentais para a vida social. Contudo, a partir do século XX, Albert Einstein desenvolveu uma nova leitura sobre os fundamentos dessa física moderna ao promover a sua construção teórica em torno da relatividade das dinâmicas entre tempo e espaço.

O tensionamento entre a física moderna e a física de Einstein foi importante para o desenvolvimento de novas pesquisas e olhares sobre as relações entre a física e o desenvolvimento tecnológico da sociedade ocidental.

FIGURA 20 – KARL POPPER (1902-1994)



FONTE: <<https://bit.ly/3s6jBQt>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

Por sua vez, a ideia de refutação compreende uma crítica formulada por Popper (1980) em relação à indução enquanto método científico. Segundo Popper (1980) um determinado conhecimento científico somente pode sustentar-se ao admitir a sua própria falseabilidade, isto é, ser perfilado pela possibilidade do erro.

Neste sentido, os elementos provenientes do conhecimento científico devem sempre estar amparados em hipóteses que podem se confirmar ou não. A ciência, deste modo, para sustentar as suas bases deve sempre ser submetida às comprovações e articulações que irão favorecer o seu desenvolvimento.

Daí em diante que, segundo Araújo Neto e Araújo (2018) as relações entre Popper e a psicologia acabam por sinalizar os elementos estratégicos para o saber psicológico a partir da construção de métodos e procedimentos de estudos que levam em conta os critérios para a formação do conhecimento.

Ao revisitar os aspectos relacionados ao campo psicológico, Popper (1978) indica a possibilidade de pensarmos os desdobramentos científicos da psicologia a partir de objetivos delimitados nos seus estudos experimentais.

Este processo tem sido recorrente no que se refere ao desenvolvimento de estratégias ligadas à experiência do saber psicológico a partir dos critérios que, embora positivistas, acabam por sinalizar os elementos necessários para uma leitura sobre as diferentes dinâmicas do processo psicológico no contexto das suas epistemologias.



Leia a resenha *A Questão dos Paradigmas na Psicologia*, de Ângela Maria Pires Caniato, disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a14v17n3.pdf>.



RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu que:

- As epistemologias críticas nos horizontes dos saberes psicológicos acabam por se configurar como um importante indicativo do pensamento científico.
- A crise dos paradigmas científicos a partir de Thomas Kuhn nos permite pensar as articulações entre as ciências humanas e a psicologia.
- Os impactos relacionados ao positivismo e suas vertentes de falseabilidade e conjecturas a partir das contribuições formuladas por Karl Popper.



1 Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () A filosofia da ciência procura pensar as bases do pensamento metafísico.
- b) () A filosofia da ciência é, acima de tudo, um saber político e ideológico.
- c) () A filosofia da ciência estuda as condições de possibilidade para o conhecimento científico.
- d) () Religião e espiritualidade são elementos de estudo da ciência moderna.

2 Sobre onde deve estar ancorado o conhecimento científico, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Em uma perspectiva teológica.
- b) () No estudo sistemático, metodológico e objetivo dos fenômenos.
- c) () Ser modulado pela política.
- d) () Todas as alternativas anteriores.

3 Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Thomas Kuhn foi o responsável pela criação da corrente epistemológica conhecida como racionalismo.
- b) () A crise de paradigmas, proposta por Kuhn afeta somente o contexto das ciências exatas.
- c) () Thomas Kuhn era um cientista dedicado a compreender as revoluções científicas. Estes estudos foram muito importantes para as ciências humanas.
- d) () Thomas Kuhn e Karl Popper foram responsáveis pela ciência compreendida como paradigma ideológico.

4 Qual a relação entre a conjectura e a refutação pensada por Popper?

5 O que significa o conceito de ruptura epistemológica proposto por Bachelard?

RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS E OLHARES CRÍTICOS NECESSÁRIOS

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste tópico consiste em lhe apresentar um panorama geral sobre as diferentes rupturas epistemológicas de acordo com um olhar crítico e necessário sobre a epistemologia no cenário contemporâneo.

Como apontado anteriormente, o final do século XIX foi um momento pelo qual diversos filósofos iniciaram uma problematização sobre os aspectos relacionados aos desdobramentos da própria racionalidade. Essas constatações foram delineadas a partir dos horizontes do próprio rumo do pensamento científico.

Os caminhos percorridos neste tópico serão dedicados, em primeiro momento, a partir da experiência desenvolvida por Nietzsche em relação ao conhecimento e a vontade de poder. Para o filósofo alemão, o conhecimento não é neutro, mas sim o resultado direto dos tensionamentos entre as relações de força. A verdade, em um sentido nietzschiano é resultado de uma batalha que perfila a história, a ética e a moral.

O segundo momento deste tópico procura articular o renascimento da dialética senhor-escravo, em Hegel, a partir da emergência da indústria 4.0 e a consequente precarização das relações de trabalho e do retorno ao tema do fim da história anunciado por Hegel ainda no século XIX.

Por fim, o terceiro momento do tópico visa compreender os desdobramentos da relação entre Marx, a dialética e o materialismo, a partir da relação com o conhecimento científico. Isto é, trataremos de percorrer os contornos pelos quais a crítica desenvolvida por Marx nos auxilia a pensar o embate entre a ciência e a ideologia a partir das lutas de classes e as questões de infraestrutura.

2 O CONHECIMENTO COMO SINÔNIMO DE GUERRA: NIETZSCHE E A VONDADE DE PODER

Nietzsche (1844-1900) é, sem sombra de dúvidas, um dos maiores críticos da nossa modernidade. As suas análises – sempre cerceadas pela polêmica – nos auxiliam a empreender toda uma desconstrução necessária em relação aos processos de subjetivação, a história, a sociedade e, das formas de conhecimento.

Basicamente, as suas obras podem ser delineadas a partir de algumas experiências possíveis. No primeiro momento, podemos encontrar um Nietzsche dedicado a pensar as condições de um sentido originário para a visão trágica de mundo em oposição à racionalização filosófica e a especulação religiosa do cristianismo (NIETZSCHE, 2007).

Também podemos encontrar em seus trabalhos a construção de um percurso metodológico voltado para a construção de uma leitura histórica e, ao mesmo tempo, sociológica da nossa moral a partir do que Nietzsche (1998) chama de **tresvaloração dos valores**. Este projeto de tresvaloração dos valores se insere em um projeto metodológico chamado por Nietzsche de genealogia. Empreender uma genealogia, segundo Nietzsche (1998) significa entender os motivos pelos quais os nossos próprios valores a partir de acontecimentos como o nascimento da própria filosofia e do cristianismo.

É nesse sentido que Nietzsche (1998) empreende uma dura crítica ao sujeito do conhecimento. Para ele, essa figura é responsável por uma controversa busca pela verdade, sem deter-se a uma problematização da própria moral a partir dos seus contornos históricos.

Dessa forma, ao invés de procurarmos estabelecer a busca por uma verdade inalienável à razão, Nietzsche (1998) nos convida a percorrer os limites do desconhecimento, para entendermos que, acima de tudo, a verdade é objeto de uma disputa política à qual é vinculada a partir do método genealógico.

Portanto, a genealogia da moral deve ser lida não somente como a construção de um percurso epistemológico, uma garantia responsável por subsidiar o conhecimento a partir da fundação de um sujeito livre, autônomo e racional, mas sim, como um procedimento perfilado por aforismos, pela visão trágica de mundo e, que carrega consigo valores humanos, demasiadamente humanos.

Nesse caso, empreender uma genealogia consiste em avaliar um determinado acontecimento a partir das suas condições, emergências e proveniências políticas. Essas características fazem de Nietzsche (1998) um importante analista das minúcias dos pergaminhos empoeirados e embaralhados da história.

Logo, o emblema dessa filosofia é a própria problematização do valor. Nesse contexto, é importante que seja perguntado: quem delimita os valores de alguma coisa? Ou, ainda, quem dá nome às coisas, atribuindo-lhes um

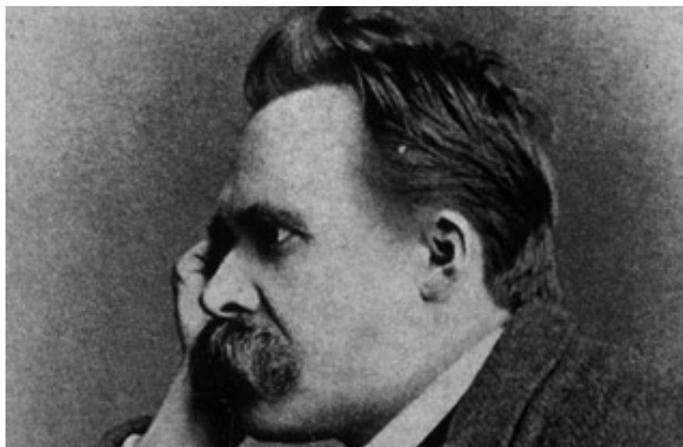
determinado significado? As respostas para tais questionamentos compreende a tese nietzschiana de que a verdadeira crítica é aquela que se detém sobre a problematização dos valores.

É somente a partir desta desconstrução que se opera uma problematização sobre os sentidos como atribuições das palavras. Operando como uma espécie de lente sobre as palavras, a genealogia passa a constatar que, muitas vezes, nossas virtudes podem se apresentar como forças reativas à própria vida.

Para Nietzsche (1998), a epistemologia moderna mostra-se deficiente, uma vez que ela se recusa em analisar os acontecimentos a partir de uma investigação histórica recoberta pela perspectiva genealógica.

Nesse caso, o fundamento dos nossos valores não está na espontaneidade dos nossos próprios sentimentos, mas sim nas suas raízes históricas, ou seja, a questão consiste em investigar como esses valores foram criados pelas práticas de poder presentes na nossa sociedade ocidental.

FIGURA 21 – FRIEDRICH NIETZSCHE (1844-1900)



FONTE: <https://static.dw.com/image/54677145_303.jpg>. Acesso em: 4 nov. 2020.

Existe ainda um terceiro projeto destacado por Nietzsche (2004) em relação aos desdobramentos do **perspectivismo**. Esse projeto compreende a crítica histórica em relação ao conhecimento a partir da genealogia dos valores da nossa sociedade.

Com relação a todas essas críticas, um ponto parece articular a experiência crítica desenvolvida por Nietzsche (2005) em relação à epistemologia. Para Nietzsche, o conhecimento científico não é produto de uma neutralidade, ou seja, a ciência é sempre perfilada por relações de forças e de poder.

Para que possamos compreender tal efeito é necessário esboçarmos um breve quadro histórico sobre alguns acontecimentos sociais referentes ao nosso projeto de modernização.

Nietzsche (1998) elege como inimigos o cristianismo e a filosofia socrática. Essas experiências foram importantes para consolidar um duplo processo: por um lado, a institucionalização das crenças em uma visão reativa da vida e, pelo lado da filosofia, as explicações racionais que repelem toda a compreensão trágica da existência.

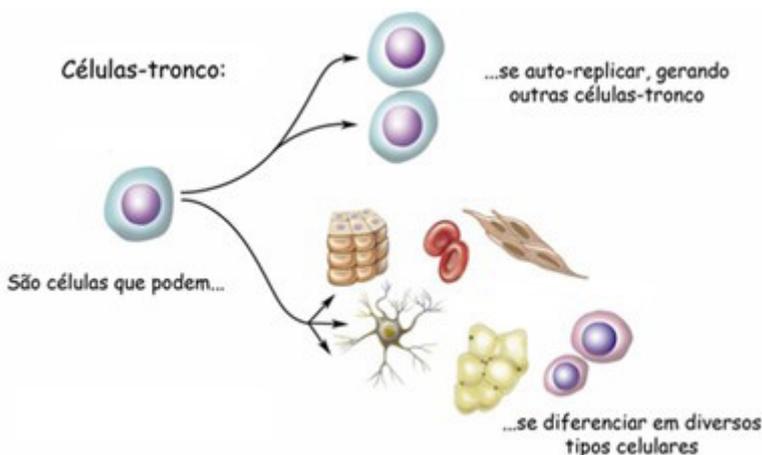
Mesmo as transformações políticas e sociais que culminaram com a emergência da modernidade – no caso as experiências da Revolução Francesa e da Revolução Industrial – não foram capazes de estabelecer o processo de autonomia e de ruptura nos processos tecnológicos e sociais.

O conhecimento científico deve ser visto, segundo Nietzsche (1998), não somente a partir dos encadeamentos lógicos de um saber que procura responder tudo, mas sim a partir dos elementos estratégicos das relações de poder.

Nesse sentido, o conhecimento é resultado de disputas políticas e, logo, não é resultado de uma neutralidade, mas de uma força responsável por impor ao mundo uma vontade criadora, cujos impactos são sentidos a partir do questionamento sistemático de todos os valores.

De toda a maneira Nietzsche (1998) promove uma espécie de deslocamento da máxima formulada por Kant (2009) – que o dever da filosofia seria o de estudar as condições de possibilidade para o conhecimento – propondo que a filosofia deveria estudar as condições de possibilidade para a experiência trágica do conhecimento.

FIGURA 22 – AS CÉLULAS TRONCO: CIÊNCIA X RELIGIÃO



FONTE: <<https://bit.ly/2ORLihK>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

Desse modo, a ciência deveria encontrar-se em constante processo de confronto contra os valores estabelecidos de uma época. Um exemplo nítido deste processo é todo o debate entre o conhecimento proveniente da ciência médica e os grupos religiosos, contrários a essas pesquisas por conceberem que a vida só pode ser gerada a partir do paradigma da reprodução.

Em diversos países esse processo foi judicializado, sendo que os conflitos políticos ganharam o debate em torno de todo o processo. A problemática das células tronco compreende, portanto, as dimensões do conflito aberto entre a ciência e a tradição dos valores. É na esteira de tal debate que Nietzsche (2005) defende que é papel da ciência questionar e inquietar. Deste modo, o desenvolvimento do conhecimento científico é, para Nietzsche (2000), uma tarefa para os **espíritos livres**.

Neste sentido, a figura do cientista deve ser permeada pela aplicação de uma força criadora capaz de se desvencilhar dos dogmas e das crenças metafísicas que foram instituídas dos processos de subjetivação.

Este processo revela o ponto conflituoso do conhecimento científico, qual seja a perspectiva da **vontade de poder**. Sendo uma atividade criadora, a ciência impõe uma força necessária não somente ao progresso, a tecnologia e ao desenvolvimento, mas também pela possibilidade de questionamento de todos os valores. Estes processos acabam por sinalizar as aproximações entre Nietzsche e a psicologia no sentido de estabelecer que o conhecimento produzido por este saber acaba por evidenciar os aspectos necessários às relações de poder.

Isso significa que os elementos estratégicos do desenvolvimento do saber psicológico, a partir de Nietzsche levam em conta os processos de subjetivação. Segundo Vianna (1995), as implicações do conhecimento devem levar em conta a experiência trágica pela qual a psicologia pode ser compreendida, não apenas como uma teoria racional sobre a subjetividade, mas sim um saber que leva em conta as experiências da vontade de potência e da afirmação da vida.

O caminho aberto por Nietzsche sinaliza que a psicologia pode ser analisada a partir das dinâmicas das vontades, dos desejos e dos afetos. Essa experiência rechaça o conhecimento psicológico como elemento categórico da racionalidade. Esse processo descrito por Nietzsche abre o espaço para a compreensão de uma psicologia designada como uma estética da existência, uma psicologia que se refere ao movimento da afirmação da vida, compreendida enquanto um processo de criação permanente.

A psicologia, de acordo com Nietzsche, necessitaria de uma experiência ligada a uma visão dionisíaca do mundo. Trata-se, portanto, de um estilo provocativo pelo qual os processos de subjetivação percorrem os caminhos necessários a partir da afirmação de novos valores que pressentem as dinâmicas da produção de um conhecimento a partir de uma dinâmica mais vivencial do que, propriamente, de aprendizado.

Esse modelo de psicologia sinaliza os aspectos de uma prática afirmativa a partir do diagnóstico dos novos valores contra uma metafísica da presença sinalizada pelos contornos das práticas políticas e dos processos de subjetivação. Esses processos de subjetivação acabam por sinalizar as relações de tensão entre a genealogia e as práticas de poder.

3 A INDÚSTRIA 4.0 E O RENASCIMENTO DA DIALÉTICA SENHOR/ESCRAVO EM HEGEL

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) é um importante filósofo responsável, por introduzir uma leitura histórica sobre a realidade a partir de uma **orientação dialética**.



Você sabia? A dialética é um método filosófico, cujas origens remontam a antiguidade grega, cujo enfoque seria a articulação entre as experiências humanas a partir da contradição. Várias escolas filosóficas foram adeptas dessa perspectiva metodológica, desde Platão até os filósofos da Escolástica.

Hegel desenvolveu grande parte de seus trabalhos em uma época tumultuada e repleta de transformações, no caso, a passagem do século XVIII para o século XIX. No contexto político, essa época foi marcada pela experiência dos ideais Iluministas, seja por meio da Revolução Francesa, seja pela Independência dos Estados Unidos, seja pela independência do Haiti.

FIGURA 23 – GEORG WILHELM FRIEDRICH HEGEL (1770-1831)



FONTE: <<https://bit.ly/3pzM27G>>. Acesso em: 4 nov. 2020

O principal livro escrito por Hegel (1992) chama-se *Fenomenologia do Espírito*. Nele, o filósofo alemão procura estabelecer toda uma leitura histórica sobre as dimensões científicas, lógicas, epistemológicas, éticas e ontológicas.

De toda essa constelação de análises, a que mais chama a atenção no pensamento hegeliano é o olhar sobre novo movimento histórico cuja modernidade é tributária. Mais do que uma mera transição entre o passado e futuro, Hegel (1992) enxerga na modernidade uma dinâmica violenta que compreende a transformação radical dos modos de agir e de pensar.

Dentre essas transformações, podemos destacar os elementos relacionados à **dialética senhor-escravo**. Essa constatação percorre os horizontes da história pela qual Hegel (1992) compreende a constituição do embate entre a **consciência-de-si** a partir de seus dois desdobramentos: o **para-si** e o **em-si**.

A consciência-de-si refere-se ao processo de constituição de identidade do sujeito. Ocorre quando, segundo Hegel (1992), o sujeito só pode definir quem ele é mediante a existência do outro. Ao longo da história da humanidade e consequentemente da nossa civilização, esse processo foi mediado por diferentes categorias identitárias.

Desse modo, a aristocracia, por exemplo, só poderia definir-se tendo como espelho dialético, os escravos. A consciência-de-si reflete, portanto, as relações entre atividade e negatividade. Ou seja, reconhecer o outro sem aceitá-lo, mas sim lutar pelo reconhecimento e pela diferenciação.

FIGURA 24 – A INDEPENDÊNCIA DO HAITI (1791-1804)



FONTE: <<https://bit.ly/3k0Bai2>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

De certa forma, em momentos anteriores da nossa Modernidade, esse processo dialético era permeado por um processo de transformação social muito lento.

Na Grécia Antiga, por exemplo, a categoria de cidadão era restrita somente aos nascidos em Atenas e possuidores de posses, todo o restante não possuía qualquer relação com o processo democrático e civilizatório. Entretanto, acontecimentos como a Independência do Haiti (1791-1804) aceleraram esses processos de transformação e de luta para o desenvolvimento de uma consciência-de-si.

Ou seja, nos horizontes da Modernidade a luta pela consciência-de-si, ou pelo reconhecimento das identidades torna-se cada vez mais acentuada. Esse processo é vinculado às experiências ligadas aos projetos políticos e revolucionários pela formação dos Estados modernos, mas também pelo desenvolvimento do capitalismo e a formação das classes sociais. É neste contexto que o **para-si** revela o tom da dialética senhor e escravo em Hegel (1992), qual seja, o fato de que, a afirmação de si é tensionada pela negação do outro.

Deste modo, na dialética senhor e escravo, enquanto o primeiro designa-se como o **em-si** o segundo constitui-se como um **para-si**, pois, segundo Hegel (1992, p. 131), “o que o escravo faz é justamente o agir do senhor, para o qual somente é o ser-para-si, a essência: ele é a pura potência negativa para a qual a coisa é nada, e é também o puro agir essencial nessa relação”.

Neste sentido, os elementos ligados a estas experiências refletem os tensionamentos entre as lutas políticas pela identidade e pelo reconhecimento nesse processo dialético que, segundo Hegel (1992), tornam-se cada vez mais intensos desde a emergência da modernidade, ou seja, é na dialética senhor e escravo que se intensificam os confrontos entre as políticas de identidade e de reconhecimento.

Para Hegel (1992), este processo de confrontação somente tornar-se-ia possível com a superação das contradições existentes desde a Modernidade a partir das teses, antíteses e sínteses experimentadas pelas constantes transformações ocorridas nos planos econômicos, jurídicos, sociais e culturais.

Este processo é chamado por Hegel (1992) de **fim da história**, ou seja, quando as instituições atingissem o equilíbrio necessário em todas as instâncias. Com o final do século XX, quando assistimos à derrocada da experiência socialista, esse processo foi pressentido pelo filósofo Francis Fukuyama (1992), para quem a imagem arquetípica da Queda do Muro de Berlim (1989) representava a síntese da experiência dialética do fim da história e o conseqüente declínio da dialética **senhor e escravo**.

No livro *O Fim da história e o último homem*, Fukuyama (1992) aponta que o desenvolvimento do capitalismo financeirizado levaria ao desenvolvimento do processo de eliminação das contradições sociais.

Entretanto, os desdobramentos políticos e econômicos do neoliberalismo – próprio ao capitalismo financeirizado – não eliminou as contradições existentes. Práticas econômicas como a uberização, por exemplo, levaram ao desenvolvimento de novas experiências ligadas ao **renascimento da dialética entre senhor e escravo**.

FIGURA 25 – A UBERIZAÇÃO E A DIALÉTICA SENHOR ESCRAVO

UBERIZAÇÃO

O que é uberização?

É um termo geral caracterizando os **trabalhadores informais** de aplicativos de celular que atuam, principalmente, como prestadores de serviço na área de **transporte** (Uber, 99 taxi, Cabify...) ou entrega de **comida** (Ifood, UberEats, Rappi...) e de outras áreas.

Quais os problemas da uberização?

– É uma forma **precarização do trabalho** pois além da baixa remuneração e da longa e exaustiva jornada de trabalho estão desamparados pela legislação trabalhista, estando sujeitos a acidentes e prejuízos à saúde e nem sequer são segurados pelo INSS.

– Os donos de aplicativos defendem que os trabalhadores são empreendedores e autônomos. Contudo, eles estão mais enquadrados na **subordinação ou servidão**, pois arcam com as suas próprias despesas de trabalho (como combustível, veículo próprio ou alugado...) e são constantemente avaliados pelos usuários de aplicativos, sendo totalmente dependente desse ranking de avaliação, e inclusive, podendo até ser penalizado ou banido.



Autoria: @geografianovestibular e @rafaelavcarvalhoadvogada

FONTE: <<https://bit.ly/37pM3EY>>. Acesso em: maio 2020.

O desenvolvimento de experiências como as do trabalho imaterial e a flexibilização das relações econômicas levaram, nos últimos anos, a acentuação das desigualdades sociais. Deste modo, os processos de luta por reconhecimento e pela designação das diferenças levam aos surgimentos de novas experiências ligadas aos desdobramentos das relações que envolvem as classes sociais.

Sai de cena a presença do Estado garantidor de direitos e emerge a figura do indivíduo que reconhece em si mesmo a responsabilidade de gerenciar as próprias relações econômicas e de mercantilização da própria existência. Neste sentido, o renascimento da dialética senhor e escravo acaba por tensionar os movimentos sociais em que se priorizam as lutas políticas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela renda sem as mínimas garantias fundamentais.

Por conta de tais aspectos, o próprio pensamento hegeliano nos auxilia a compreender que, na dinâmica das práticas sociais, os elementos alegóricos dessa dialética revelam os novos processos de subjetivação a partir das experiências éticas dos sujeitos, iniciando o empresariamento de si mesmo como uma luta permanente em que se observa os acontecimentos contemporâneos.

4 AS ENCRUZILHADAS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: MARX, DIALÉTICA E MATERIALISMO

O século XVIII viu emergir uma série de tensões políticas, sociais e econômicas devido ao conturbado processo de passagem de uma sociedade feudal, para uma sociedade capitalista. Em especial, o processo decorrente da Revolução Industrial em países como Inglaterra, Holanda e Estados Unidos levou a uma constante aceleração do ritmo de vida, do desenvolvimento tecnológico e de crescimento desordenado das cidades que, em menos de um século, tiveram um aumento considerável nas suas densidades populacionais.

FIGURA 26 – LONDRES NO SÉCULO XVIII



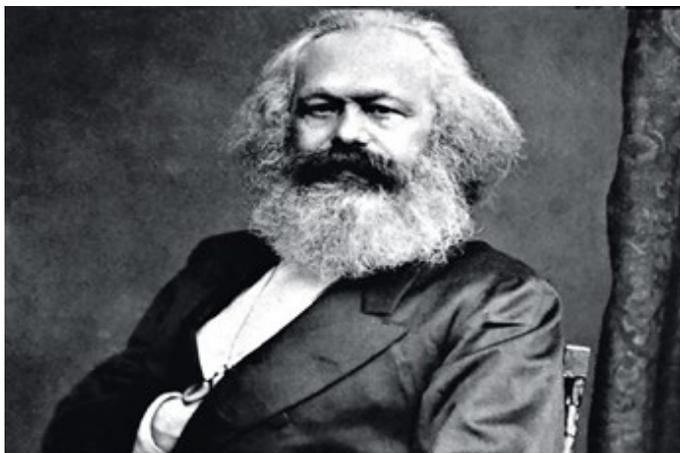
FONTE: <<https://bit.ly/3u7dk9f>>. Acesso em: 9 nov. 2020.

Todos esses fatores foram responsáveis pelo desenvolvimento de um novo modo de vida tipicamente marcado pelas questões relacionadas ao desenvolvimento do sistema capitalista. Entretanto, essas práticas foram marcadas por intensos processos relacionados ao desenvolvimento da exploração do **homem pelo próprio homem**.

Esse processo foi descrito por Marx (1818-1883), em seu livro *O Capital* (MARX, 1998), como **capitalismo selvagem**, isto é, um processo de acumulação econômica e originária presente nas primeiras décadas da modernidade que levava em conta os desdobramentos relacionados à exploração por meio da luta de classes.

O desenvolvimento econômico, portanto, reflete as características pelas quais as classes sociais buscavam a sua emancipação no contexto das sociedades capitalistas. Entre essas classes sociais emergem duas categorias que serão de fundamental importância para as análises promovidas por Marx (2006) sobre o processo dialético da relação entre o capitalismo e as classes sociais.

FIGURA 27 – KARL MARX (1818-1883)



FONTE: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/media/_versions/karlmarxcapabiografia_widelg.jpg>. Acesso em: 9 nov. 2020.

Este processo dialético revela o caráter conflitante das lutas empreendidas entre as classes sociais a partir da dinâmica do capitalismo. Marx (2006) considera que o desenvolvimento desse novo modelo econômico viu emergir, de um lado, a burguesia responsável por possuir os modos de produção da economia e, de outro lado, o proletariado responsável por vender a sua própria força de trabalho como garantia para a sua própria sobrevivência.

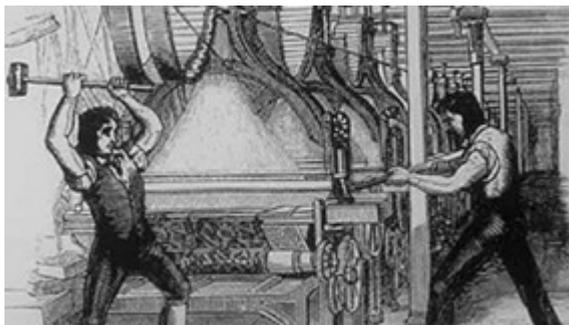
Essa dinâmica dialética é nomeada por Marx (1998) como um processo de **mais-valia**. Isto é, quando a força de trabalho empregada nunca está de acordo com o valor recebido pelo proletariado. Tal processo corrobora com o diagnóstico empreendido por Marx (1998) pela tese de que as dinâmicas referentes às práticas sociais são mobilizadas a partir desses conflitos entre trabalhadores assalariados e os detentores do Capital.

Por conta de tais aspectos, o mundo do trabalho opera como um espelho desse jogo em que se deve levar em conta os processos de acumulação do Capital, o desenvolvimento tecnológico das dinâmicas do mundo do trabalho e a formação da ciência moderna.

Na esteira deste debate entre as lutas de classes encontra-se também o processo de formação da ciência na modernidade. Neste sentido, o paradigma da ciência moderna reflete os desdobramentos dos processos contraditórios existentes nas dinâmicas do mundo do trabalho.

Os percursos científicos que suscitaram o desenvolvimento tecnológico, mas que ao longo do tempo, foram responsáveis pelo processo de exclusão de trabalhadores e trabalhadoras. Deste modo, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento científico e tecnológico, reflete uma melhoria da qualidade de vida para alguns, ele também é responsável pela tecnificação das experiências humanas presentidas pela reflexão de que as máquinas poderão, em algum dia, substituir o sujeito.

FIGURA 28 – O MOVIMENTO LUDISTA (SÉCULOS XVIII E XIX)



FONTE: <<https://bit.ly/3s7TEjK>>. Acesso em: 9 nov. 2020.

Conforme Perissinotto (2010), as possíveis relações entre Marx (1998) e a epistemologia reflete o papel decisivo por meio do qual se deve perceber os contornos pelos quais todo o processo de desenvolvimento tecnológico deve ser tensionado a partir das dinâmicas do mundo do trabalho e da sociedade capitalista.

As constantes alterações econômicas são, portanto – desde a Revolução Industrial – fruto de um intenso debate em torno das práticas sociais. Deste modo, para Marx (1998) torna-se imprescindível discutir os desdobramentos do conhecimento científico a partir dos problemas políticos referentes às lutas de classes. O problema da ciência e seus contínuos avanços sistemáticos revelam a necessidade de se aprofundar, segundo Marx (1998), as relações entre capitalismo, ciência, sociedade e subjetividade.

O materialismo histórico e dialético opera um importante diagnóstico desses processos que podem ser presentidos pelas constantes transformações no mundo do trabalho. Essas referências podem ser sinalizadas desde a emergência do **fordismo**, do **taylorismo** e do **toyotismo** como modos de produção ao longo do século XX, mas também pelas constantes transformações dessas mesmas dinâmicas no contexto da nossa contemporaneidade.

Importante lembrar que tais perspectivas são, do mesmo modo, necessárias para pensarmos os desdobramentos do conhecimento científico a partir das suas matrizes **ideológicas** e, muitas vezes, ligadas às demandas das sociedades capitalistas.

FIGURA 29 – A VACINA CONTRA A MALÁRIA



FONTE: <<https://bit.ly/2NFYBRC>>. Acesso em: 9 nov. 2020.

Um exemplo significativo deste processo pode ser apresentado também a partir do desenvolvimento e da transferência de tecnologia científica entre países desenvolvidos e altamente industrializados e economias emergentes.

Países mais pobres e que enfrentam toda uma escassez de recursos tecnológicos são mais vulneráveis ao processo de adoecimento da sua própria população a partir de doenças que poderiam ter sido erradicadas, desde há muito tempo, pelos contornos da ciência. É o caso da malária, uma doença tipicamente vinculada ao paradigma de países tropicais pobres e que não dispõem de recursos para o investimento de tecnologias ligadas à prevenção e ao tratamento dessa enfermidade.

Como podemos observar, as dinâmicas relacionadas às perspectivas da vida em sociedade passam, na visão do materialismo histórico, pela dimensão efetiva dos desdobramentos da ciência como fenômeno político e dialético.

LEITURA COMPLEMENTAR**IDEOLOGIA NA CIÊNCIA NO BRASIL**

Josué de Souza Martins

Nestes tempos de crise do pensamento crítico no Brasil, um dos aspectos de consideração urgente é o da dificuldade de muitos cientistas para ver sua própria ciência como objeto de conhecimento de outra ciência. E de compreender criticamente o caráter relativo e de certo modo provisório do conhecimento já acumulado em seu respectivo campo de saber.

É frequente, entre nós, que análises baseadas nas ciências sociais sejam confundidas com interpretações de senso comum por parte de cientistas das demais áreas do conhecimento. Não levam em conta o que é metodologicamente próprio das diferentes ciências. Provavelmente, nem sabem que uma das funções das ciências sociais é a de estudar e diagnosticar as consequências socialmente problemáticas do próprio desenvolvimento científico.

Uma inovação agrícola lucrativa e produtiva pode levar à miséria milhares de pessoas. Uma inovação médica, como uma vacina, pode aterrorizar multidões. Tivemos no Rio a Revolta da Vacina, em 1904, em reação à obrigatoriedade da vacinação contra varíola. A alta racionalidade da ciência não é imune a irracionalidades sociais sociologicamente explicáveis.

Num momento politicamente difícil como estas interpretações sociológicas e antropológicas da realidade podem ser essenciais para o desenvolvimento de uma consciência socialmente crítica da situação do País, até mesmo em relação às ameaças que pesam sobre o trabalho científico e o ensino da ciência.

Assim como há uma ciência das ideologias no campo da sociologia do conhecimento, há também a muito pouco analisada ideologia de cada ciência e, por isso, a da ideologia na ciência. Pasteur, que não era médico, foi peitado pelos médicos de sua época em nome de valores extracientíficos que norteavam e limitavam inovações no campo médico. O “errado” estava certo.

O trabalho científico é limitado pelas ideologias não científicas dos cientistas. Em nome de religião que eventualmente professe, um cientista pode cercar-se na pesquisa, suprimindo temas e problemas de investigação que contrariem suas convicções religiosas. Ou, em nome de determinada opção político-partidária, mesmo um cientista social pode fazer danosas correções de interpretação para que não colida com suas ideias não científicas.

Essas invasões podem não afetar o rigor técnico e formal da pesquisa científica em si, porque a interferência se dá, antes, na escolha dos temas e na definição dos problemas de investigação, mas erguem as muralhas intransponíveis do proibido à descoberta científica.

Quando governantes louvados em seu poder, se arvoram em autoridade em campos como o da ciência e estabelecem condições e limites para o que deve ser pesquisado e estudado, ou para o que deve ser ensinado, estamos em face de pressões para ideologizar a produção e a disseminação do conhecimento. Ainda que sob o pretexto de combater ideologias onde supostamente ideologias não devem interferir. Os danos do extravasamento dessa premissa autoritária são mais do que prováveis.

Não é raro que haja quem pense que a função do cientista se baseia no pressuposto da condição de ateu. Em alguns casos, nas culturas de religiosidade extremada e ultramontana, a opção pelo ateísmo favoreceu defensivamente a indagação científica. Nos cientistas de opção preferencial pela ciência deixou aberta a iluminadora porta da dúvida em relação ao propriamente extracientífico. Exatamente porque a ciência não é campo de certeza absoluta.

Ciência só é ciência cercada pela margem da incerteza, da dúvida. Todo o tempo, a ciência põe em dúvida o já sabido. Ainda que acumulativo, o conhecimento científico é provisório e relativo. Não obstante, o senso comum do cientista é peculiar, diverso do da pessoa comum.

É claro que há situações em que um campo não científico, como uma religião, pode contribuir poderosamente para destravar bloqueios ao conhecimento científico oriundos da própria religião. Em 1994, novo catedrático da Universidade de Cambridge, fui um dos convidados do Master e dos fellows de St. John's College para participar das celebrações de São João Batista, patrono da instituição.

Na cerimônia religiosa, na capela, o pregador dissertou sobre a importância do calvinismo no desenvolvimento da ciência em Cambridge. De fato, Cambridge foi um cenário decisivo nas controvérsias e debates sobre a Reforma protestante no século XVI. O púlpito da Igreja de Santo Eduardo, Rei e Mártir, ainda é o mesmo em que se pregou o primeiro sermão protestante da Inglaterra, em 1525.

Os elementos racionais e, mesmo, seculares do calvinismo abriam perspectivas responsáveis por um novo senso comum que iluminava aspectos vetados ou obscuros da realidade da vida.

FONTE: <<https://jornal.usp.br/artigos/ideologia-na-ciencia-no-brasil/>>. Acesso em: 9 nov. 2020.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu que:

- As rupturas epistemológicas foram desencadeadas a partir da experiência nietzschiana da vontade de poder e das relações com o conhecimento.
- O processo dialético descrito por Hegel em torno da relação senhor e escravo acaba por suscitar uma leitura importante sobre relações de trabalho do mundo contemporâneo.
- As dimensões dialéticas da ciência devem ser analisadas a partir das lutas entre as classes sociais.



Ficou alguma dúvida? Construímos uma trilha de aprendizagem pensando em facilitar sua compreensão. Acesse o QR Code, que levará ao AVA, e veja as novidades que preparamos para seu estudo.





1 Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () O materialismo dialético foi desenvolvido por Freud.
- b) () Os processos históricos da nossa moral foram desenvolvidos por Nietzsche.
- c) () Marx compreendeu que a ciência é um conhecimento neutro e sem impactos sobre o mundo do trabalho.
- d) () Nenhuma das alternativas anteriores.

2 Sobre Hegel, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Suas reflexões sobre os processos de trabalho no mundo globalizado compreende as dinâmicas de atualização da dialética senhor e escravo.
- b) () Hegel enfatizou de maneira pouco importante o problema da dialética.
- c) () As dinâmicas naturais e essencialistas são mais importantes do que os processos históricos.
- d) () Hegel foi um importante interlocutor do pensamento nietzschiano.

3 Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Nietzsche é um importante defensor do positivismo como forma de conhecimento.
- b) () A dialética marxista é uma forma de conhecimento voltada ao estudo da naturalização do homem.
- c) () Nietzsche é um importante interlocutor do marxismo e do materialismo histórico.
- d) () A vontade de potência é um conceito muito importante para a epistemologia nietzschiana.

4 Qual a relação entre a dialética e as formas de conhecimento propostas por Marx?

5 O que é a tresvaloração dos valores proposta por Nietzsche?

REFERÊNCIAS

ARAUJO NETO, G. A., FONTENELE, G. B. Karl Popper e a questão da mente. **Revista Natureza Humana**, v. 20, p. 69-82, 2018. Disponível em: <http://revistas.dwwe.com.br/index.php/NH/article/view/327>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BACHELARD, G. **A Poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BACHELARD, G. **A Formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CANIATO, A. M. P. Resenha: a questão dos paradigmas na psicologia. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 89-91, set./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 nov. 2020.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHIBENI, S. S. Observações sobre as relações entre a ciência e a filosofia. *In*: SEMANA DA FÍSICA, 1., 2001, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Unicamp, 2001. p. 1-5. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/cienciaefilosofia.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, v. 75, p. 76-84, 2007.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DOURADO, I. P. Senso comum e ciência: uma análise hermenêutica e epistemológica do senso comum de oposição. **Educar em revista**, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 213-229, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000400213&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 out. 2020.

DURANT, W. **A História da filosofia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUKUYAMA, F. **O Fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCIA, M. O Fenômeno da pós-verdade e suas implicações na percepção pública da ciência. **A Ciência Explica**, [S. l.], 23 set. 2020. Disponível em: <http://www.cienciaexplica.com.br/2020/09/23/o-fenomeno-da-pos-verdade-e-suas-implicacoes-na-percepcao-publica-da-ciencia/>. Acesso em: 9 nov. 2020.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

LOPES, M. A. Brigadas do antifanatismo: a invenção da tolerância religiosa. **História**, São Paulo v. 29, n. 2, p. 24-39, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000100003&script=sci_abstract. Acesso em: 11 jan. 2021.

JACOBINA, R. R. O Paradigma da epistemologia histórica: a contribuição de Thomas Kuhn. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 609-630, fev. 2000. Disponível em: <http://bit.ly/3pBrfk8>. Acesso em: 29 out. 2020.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KUHN, T. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LIMA, M.A.M. MARINELLI, M.A. Epistemologia de Gaston Bachelard: uma ruptura com as filosofias do imobilismo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45 n. 2, p. 393-406, out. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/2178-4582.2011v45n2p393/22358/82984>. Acesso em: 29 out. 2020.

MARTINS, J. S. Ideologia na ciência no Brasil. **Valor Econômico**. São Paulo. 15 mar. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/ideologia-na-ciencia-no-brasil/>. Acesso em: 9 nov. 2020.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Global, 2006.

NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, F. W. **Crepúsculo dos ídolos ou como se filosofa com o martelo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2000.

NIETZSCHE, F. W. **Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NIETZSCHE, F. W. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

NIETZSCHE, F. W. **O anticristo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CINTRA, M. El. R. PEREIRA, . P.o G. Percepções de corpo identificadas entre pacientes e profissionais de medicina tradicional chinesa do Centro de Saúde Escola do Butantã. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n 1, p. 193-205, 2012 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000100019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jan. 2021.

PERISSINOTTO, R. Marxismo e ciência social: um balanço crítico do marxismo analítico. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 25 n. 73, p. 113-128, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 nov. 2020.

POPPER, K. **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: UNB, 1978.

POPPER, K. **Conjecturas e refutações**. Brasília: UnB, 1980.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

VIANNA, G. M. Psicologia/arte no pensamento filosófico de Nietzsche. **Psicologia, ciência e profissão**, v. 15 n. 1-3, p. 30-31, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jan. 2021.

AS CORRENTES FILOSÓFICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO SÉCULO XX

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- delimitar os aspectos históricos das correntes filosóficas e epistemológicas do século XX;
- apontar os olhares analíticos sobre principais conceitos das correntes filosóficas e epistemológicas do século XX;
- analisar os apontamentos metodológicos de autores dedicados à compreensão crítica da epistemologia e das formas de conhecimento;
- estabelecer uma correlação entre a epistemologia e os desafios sociais e dos processos de subjetivação no contexto da sociedade do século XX.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos. No decorrer da unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – O SÉCULO XX E A CRISE DA RAZÃO

TÓPICO 2 – FOUCAULT E LACAN: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DO SUJEITO E DO CONHECIMENTO

TÓPICO 3 – WALTER BENJAMIN E A MELANCOLIA DA HISTÓRIA E DO CONHECIMENTO



Preparado para ampliar seus conhecimentos? Respire e vamos em frente! Procure um ambiente que facilite a concentração, assim absorverá melhor as informações.

O SÉCULO XX E A CRISE DA RAZÃO

1 INTRODUÇÃO

O breve século XX. É dessa maneira que o historiador egípcio Eric Hobsbawn (1917-2012) costumava referir-se a esse tempo histórico. De certa maneira, tal afirmação perfila todos os acontecimentos presentes desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) até a queda do Muro de Berlim (1989).

FIGURA 1 – ERIC HOBSBAWN (1917-2012)



FONTE: <<https://bit.ly/3s0P1b4>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Para Hobsbawm (1995) todo o século XX foi marcado por disputas políticas, econômicas e sociais que levaram a humanidade a vivenciar inúmeros conflitos e crises sistemáticas. Com a epistemologia e a filosofia isso não foi diferente. Pois, ao longo do século passado, emergiram uma série de saberes responsáveis por problematizar os elementos categóricos do saber científico a partir de demandas específicas, ou seja, respeitando as diferenças entre todo o conjunto de

constelações que vai do existencialismo, passando pela Escola de Frankfurt, pelo estruturalismo, pela filosofia da diferença e pela psicanálise podemos rastrear nos seus interstícios uma crítica fundamental ao estatuto da razão, bem como do progresso científico.

E não é exagero nenhum afirmar que, ao longo do século XX, **a razão foi colocada em uma espécie de berlinda**, isto é, ela mereceu atenta vigilância epistemológica e política pela qual se configuraram grandes vozes na formação de um olhar mais crítico e, ao mesmo tempo, mais político a respeito dos usos do conhecimento e suas ideologias. É diante de tal cenário que, esta segunda unidade pretende percorrer as principais contribuições dessas escolas para o contexto da epistemologia da psicologia.

O objetivo deste tópico é apresentar a você, acadêmico, as principais contribuições das epistemologias críticas no que se refere à problematização da racionalidade. Este processo percorre muitos caminhos necessários à compreensão e desdobramento da ciência.

Essas epistemologias críticas estabeleceram uma leitura atenta dos processos pelos quais **não podemos pensar a produção do conhecimento a partir de um paradigma de neutralidade, mas sim como uma construção histórica e, acima de tudo, política**. Entretanto, existe outro ponto imprescindível para pensarmos sobre esses contornos, no caso, o estatuto do próprio sujeito nas encruzilhadas da Modernidade. Desde Marx, passando por Nietzsche e Freud, vários outros intelectuais – Dentre os quais podemos destacar Foucault, Lacan, Sartre, Benjamin e Adorno, por exemplo – procuraram, a seu modo, **desconstruir a tese de que um sujeito cognoscente, racional e responsável, poderia promover uma forma confiável e segura de conhecimento**.

É neste sentido que procuraremos pensar sobre essas articulações da dimensão radical da existência ontológica a partir de Sartre e seus caminhos da liberdade.

Em um segundo momento, serão apresentados as contribuições e os desdobramentos do estruturalismo para uma virada linguística e, também, da antropologia cultural. Por fim, elaboraremos uma análise das leituras da Escola de Frankfurt, em torno tanto da dialética do esclarecimento, quanto das novas formas de totalitarismo no século XXI.

2 OS CAMINHOS DA LIBERDADE E A RADICALIZAÇÃO ONTOLÓGICA: SARTRE, A PSICOLOGIA E O EXISTENCIALISMO

Jean-Paul Sartre (1905-1980) foi, sem sombra de dúvidas, uma das vozes mais importantes no que se refere ao desenvolvimento de um olhar crítico sobre o pensamento, a subjetividade e o conhecimento.

Influenciado diretamente por filósofos como Nietzsche, Kierkegaard, Husserl, Marx e Heidegger, Sartre foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento do que se conhece por **existencialismo ateu**.

FIGURA 2 – LIVROS DE FILÓSOFOS EXISTENCIALISTAS



FONTE: <<https://bit.ly/3dtjgmX>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Nas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento tecnológico de países industrializados e a expansão imperialista da Europa e dos Estados Unidos levaram a humanidade a vivenciar experiências dramáticas, seja pela emergência de guerras e revoluções, seja pela proliferação de emergências sanitárias. Com relação ao primeiro aspecto, podemos destacar as experiências da Primeira e da Segunda Guerra Mundial e a Revolução Russa. Já no segundo aspecto, podemos mencionar a **epidemia da Gripe Espanhola**.

É diante de tal cenário que Sartre procura desenvolver os conceitos de sua obra, no sentido de explorar **as condições de possibilidade para a existência a partir dos horizontes da nossa modernidade**. O existencialismo sartreano procura pensar os aspectos relacionados às dinâmicas existenciais a partir de uma dimensão ontológica específica. Em *O Ser e o Nada*, Sartre (1997) afirma que os horizontes existenciais podem ser pensados a partir da materialidade fenomenológica. Esta afirmação significa que, o sujeito primeiro existe para, posteriormente, definir-se no mundo.

Nessa relação ontológica a dinâmica proposta por Sartre (1997) compreende uma visão radical do conhecimento e da existência a partir da relação entre o **em-si** e o **para-si**. Enquanto que o **em-si** designa as coisas, no sentido geral, o **para-si** reflete o estado de consciência transitória e dialética, por meio da qual o sujeito se constitui. Sartre (1997) entende que o **em-si** reflete a terminologia das coisas no sentido geral, isto é, todos os entes que sempre são prisioneiros do tempo presente e, ainda, dependem de uma ação humana para se tornarem outra coisa.

Vejamos um exemplo do que falamos. Uma cadeira somente pode tornar-se um objeto graças à ação de alguém. Se deixássemos ela parada em algum lugar da nossa casa ela permaneceria ali até que alguém a movesse. Na outra ponta desta relação dialética, o sujeito é, para Sartre (1997), o **para-si**, já que ele somente pode se definir à medida que constrói as suas experiências com o mundo no qual vive.

FIGURA 3 – JEAN-PAUL SARTRE (1926-1980)



FONTE: <<https://bit.ly/3pAN9nV>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Desse modo, as dinâmicas existenciais são próprias ao humano, que sempre procura definir quem é a partir da sua ação sobre as coisas. Essa perspectiva dá ao conhecimento e a epistemologia um papel importante pensado por Sartre (1997) a partir de elementos estratégicos pelos quais o conhecimento não é, algo abstrato, ou uma ideologia, mas uma produção destacada a partir das responsabilidades dos sujeitos perante dinâmicas específicas.

Em primeiro lugar, pelo fato de que o sujeito do conhecimento, em Sartre (1997), designa alguém que é comprometido com o seu mundo e com as dinâmicas sociais existentes.

Na opinião de Santos (2013), a visão sartreana do conhecimento designa que, diferentemente de uma matriz idealista, **o conhecimento se constitui em ato pela objetividade do fenômeno**. Isto significa que não existe – para Sartre – uma verdade a ser revelada, um conhecimento originário a ser interpretado, mas as dinâmicas a serem descritas a partir da transitoriedade do fenômeno do ser.

Por sua vez esse fenômeno do ser é sempre descrito a partir de determinadas condições materiais existentes e também pela capacidade originária do ser em promover a transcendência das coisas.

Este enunciado, embora complexo, pode ser exemplificado a partir de alguns acontecimentos históricos específicos que envolvem a relação entre a existência e a tecnologia. Diferentemente do que costumamos pensar, o desenvolvimento tecnológico não é resultado de uma mente brilhante que

primeiro pensa e, a partir daí, materializa as suas ideias ou os seus estudos. Os sujeitos só puderam desenvolver os elementos tecnológicos e científicos a partir da materialidade e das condições necessárias existentes na natureza.

FIGURA 4 – ISSAC NEWTON (1643-1727)



FONTE: <<https://bit.ly/3azxv80>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

A física moderna é um exemplo desta perspectiva elaborada por Sartre (1997) em relação ao conhecimento. As dinâmicas transcendentais em que as possíveis tecnologias foram elaboradas são de fundamental importância para que compreendamos as transformações da natureza como elemento responsável pela mecânica moderna. É por meio da observação da natureza e sua consequente modificação, que o desenvolvimento tecnológico se torna possível.

A experiência de um sujeito responsável pelo conhecimento científico é problematizada por Sartre (1997) a partir de elementos ligados à radicalização da existência, compreendida como uma produção dialética, pela qual interagimos com a realidade.

3 O SER DA LINGUAGEM E O CONHECIMENTO: O ESTRUTURALISMO, A LINGÜÍSTICA E A ANTROPOLOGIA CULTURAL

O estruturalismo foi um método responsável por identificar, nas dinâmicas culturais e linguísticas relações estruturais da nossa sociedade ocidental. A partir do estudo de culturas primitivas, os estruturalistas procuravam estabelecer as possíveis conexões com o processo civilizatório. O criador desse método foi o linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) que, ainda nas primeiras décadas do século XX desenvolveu um curso de linguística geral em que procurava tensionar os efeitos pelos quais os elementos de equivalência e de oposição da linguagem seriam mediados pelas estruturas.

FIGURA 5 – FERDINAND DE SAUSSURE (1857-1913)



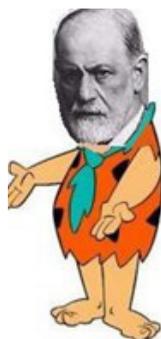
FONTE: <<https://bit.ly/2OSI92m>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Este processo de mediação das estruturas linguísticas é perfilado, segundo Saussure (2004) pela cultura. Deste modo, o estruturalismo procura interpretar os significados culturais das estruturas linguísticas. A linguagem, neste sentido, muito mais do que um veículo de comunicação é um artefato imprescindível pelo qual grupos constituem-se a partir de múltiplos signos linguísticos.

Desse modo, a perspectiva estruturalista procura dar ênfase, não às origens da linguagem, como faziam os filologistas do século XIX, isto é, não se tratava de procurar compreender a evolução biológica e racional dos sistemas linguísticos, mas explorar, na formação das culturas originárias, os elementos linguísticos presentes nas mais diversas manifestações anímicas, ou ainda, nos ritos de passagem presentes em gestos simbólicos nas sociedades ocidentais, mas com traços de ressonâncias de outras culturas.

Outro ponto importante na virada linguística promovido por Saussure (2004) foi o desdobramento da própria concepção da linguagem. Compreendida, não somente como o exercício comunicativo da palavra, mas como o conjunto de símbolos e alegorias presentes na constituição do sujeito. Por conta desse aspecto o estruturalismo procura explorar os tensionamentos entre linguagem e artefatos culturais presentes na constituição do sujeito.

FIGURA 6 – “FREUD FLINTSTONE”, O ENCONTRO DO HOMEM MODERNO COM O HOMEM DAS CAVERNAS



FONTE: <<https://bit.ly/3bpH1d7>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

As matrizes do pensamento estruturalista foram muito importantes para o desenvolvimento da antropologia moderna. Os maiores entusiastas do estruturalismo, enquanto método de interpretação das culturas foram Claude Lévi-Strauss (1908-2008) e Georges Dumézil (1898-1986).

Lévi-Strauss (1996) costumava afirmar que não havia qualquer divisão cultural entre bárbaros ou selvagens e civilizados. Desta maneira, não existe para ele, uma espécie de hierarquia cultural entre os diferentes povos, mas sim um sistema de **bricolagem** em que traços da cultura originária são correlacionados à cultura ocidental. Reside nesta constatação empreendida por Lévi-Strauss (1996) o diagnóstico de que os povos latino-americanos, asiáticos e africanos possuem diferentes ritos alegóricos, diferentes formas de vida, diferentes hábitos alimentares cujas experiências são incorporadas pelos sujeitos ocidentais.

FIGURA 7 – CLAUDE LÉVI-STRAUSS (1908-2009)



FONTE: <<https://revistacontinente.com.br/image/view/news/image/1956>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Para desenvolver essa reflexão Lévi-Strauss (1996) promove uma série de investigações dos hábitos e modos de vida dos povos originários. Estes estudos estão registrados em vários livros escritos sob a forma de relato de viagem. Talvez o mais importante desses relatos seja *Tristes Trópicos* (LÉVI-STRAUSS, 1996) em que, ao analisar os aspectos culturais de diversas etnias no Brasil e na Ásia, opõe-se à visão colonialista de que essas etnias seriam selvagens e primitivas – justificando, dessa maneira, a sua colonização e mesmo a sua escravidão – Lévi-Strauss (1996) propõe que as máquinas culturais produzidas por essas etnias são importantes para destacar uma leitura das sociedades ocidentais.

Reside em tal constatação o diagnóstico de que, os elementos estruturais das culturas possuem um processo permanente de hibridização dos hábitos e costumes nas estruturas sociais, isto é, os mesmos modos de passagem da infância à vida adulta são pressentidos por diferentes culturas, bem como outros processos desencadeados por um constante confronto entre essas matrizes.

Georges Dumézil (1898-1986), por sua vez, procura elaborar a sua leitura estruturalista a partir do estudo em torno da mitologia como categoria da experiência subjetiva. Dumézil (1992) entende que as experiências formuladas pelas culturas indo-europeias sistematizam uma importante configuração em torno dos modos pelos quais os mitos possuem uma relação arquetípica importante na constituição da sociedade ocidental.

As suas contribuições foram importantes por descrever a maneira pela qual, mesmo tendo inventado o conceito de religiosidade, o Ocidente somente pôde fazê-lo ao assimilar os elementos ritualísticos do paganismo e da profanação presentes em povos desaparecidos desde muito tempo.

FIGURA 8 – GEORGES DUMÉZIL (1898-1986)



FONTE: <<https://bit.ly/3sebu4B>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

No campo filosófico, o estruturalismo foi encampado como sistema epistemológico por Louis Althusser (1918-1990). Althusser (1992) foi um importante interlocutor – na França – do marxismo e da psicanálise **pós-freudiana**. Sua obra procura entender como os sistemas ideológicos não são apenas um problema ligado às dinâmicas das superestruturas, mas sim indicativos da produção de subjetividades a partir dos elementos categóricos do inconsciente.

FIGURA 9 – LOUIS ALTHUSSER (1918-1990)



FONTE: <<https://bit.ly/3qOh3GJ>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

As ideias de Althusser (1992) dos aparelhos ideológicos de Estado refletem uma importante interlocução da constatação de que as ideologias não são meras representações distorcidas e naturalizadas da realidade. Para além dessa leitura, Althusser (1992) propõe que as ideologias interpelam os sujeitos enquanto indivíduos. Isso significa que, nas sociedades capitalistas, tão importante quanto à leitura dos desdobramentos econômicos, é pensar as práticas de subjetivação e os modos de vida.

4 A RAZÃO QUE ENGENDRA A BARBÁRIE: A ESCOLA DE FRANKFURT, A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO E AS NOVAS FORMAS DE TOTALITARISMO NO SÉCULO XXI

Como sabemos, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por experiências traumáticas para a humanidade por conta da eclosão de duas guerras mundiais em menos de 20 anos. Com o final da Primeira Guerra em 1918, a Europa encontrava-se profundamente dividida no que se refere às relações bilaterais entre os países.

O acirramento dessas relações foi responsável pela ascensão do totalitarismo em países como Espanha, Itália, Rússia e Alemanha. É em meio a esse cenário conflituoso que, em Frankfurt, pesquisadores ligados ao **Instituto para a Pesquisa Social** trataram de iniciar seus estudos, no sentido de compreender a formação dos regimes autoritários de poder a partir das contribuições do pensamento de Marx e de Freud. Esses intelectuais ficaram conhecidos como pertencentes à **Escola de Frankfurt**.

FIGURA 10 – HORKHEIMER (1895-1973), ADORNO (1903-1969) E HABERMAS (1929)



FONTE: <<https://bit.ly/3aBmldk>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Basicamente, os estudos desenvolvidos pelos filósofos pertencentes à Escola de Frankfurt procuravam identificar as condições infra e superestruturais da formação do **espírito da personalidade autoritária** (ADORNO, 1995).

Para filósofos como Adorno e Horkheimer a emergência do fascismo não estaria ligada apenas aos aspectos econômicos, ou seja, a formação de um regime autoritário não estava ligada apenas ao contexto de uma crise econômica, mas também a partir de **uma ampla propaganda cultural de manipulação ideológica das massas**. Isto é, mais do que tornar o fascismo economicamente viável, é preciso instituir, nos sujeitos, **o desejo e a vocação pelo fascínio do fascismo**. Um exemplo é o filme alemão intitulado *Triumph des Willens – O Triunfo da Vontade* – dirigido pela cineasta Helene Bertha Amalie "Leni" Riefenstahl (1902-2003).

FIGURA 11 – O CARTAZ ORIGINAL DE TRIUMPH DES WILLENS



FONTE: <https://abcine.org.br/uploads/artigos/triunfo/imagem1_silvio.jpg>. Acesso em: 14 jan. 2021.

O filme foi gravado no ano de 1934 – pouco mais de um ano após a chegada de Hitler ao poder como Chanceler da Alemanha – na cidade de Nuremberg. Na ocasião, organizava-se o sexto Congresso do Partido Nacional Socialista. O filme conta com as imagens deste encontro. Devidamente ornamentados, os membros do partido eram mostrados em situações ligadas à organização paramilitar em desfiles orquestrados e também em situações cotidianas e festivas. O filme transmite a ideia de que, a organização partidária da Alemanha nazista era perfeitamente organizada e, desse modo, era necessário transmitir, por meio dessas imagens e da música clássica, a sensação que o futuro da Alemanha dependia da ascensão do Führer, um líder que poderia implementar o que os alemães chamavam de *Lebensraum* – o espaço vital, ou seja a conquista e ampliação territorial (RATZEL, 1990).

Entretanto, mais do que uma proposição geopolítica e econômica, o fascismo necessita de uma permanente convicção ideológica que parte desde as apropriações de símbolos históricos e culturais até o apelo ao culto da personalidade. De acordo com Adorno e Horkheimer (1985), os dispositivos totalitários do século XX foram produzidos pela propaganda de uma guerra cultural contra as formas democráticas e participativas da existência.

Ou seja, para o fascismo, tão importante quanto o domínio territorial, é o domínio ideológico das formas de representação cultural. É preciso fazer com que as pessoas se sintam desacreditadas pelos recursos democráticos, inventando inimigos imaginários por meio de um confronto contra toda ameaça às formas totalitárias de existência. Neste sentido, a cultura ganha um papel de destaque importantíssimo para o debate político. As formas propagandísticas do totalitarismo sempre recorrem, por meio do entretenimento, a propagação de suas ideologias.

Essa constatação revela a importância dos estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt em relação à recente emergência das novas formas de totalitarismo na sociedade ocidental, neste início de século. Na Era Digital, a produção e o compartilhamento de informações têm sido uma propaganda imprescindível para o fortalecimento dos movimentos ondulatórios do fascismo.

FIGURA 12 – CARTAZ DE O DILEMA DAS REDES



FONTE: <<https://bit.ly/3pzi7wv>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

O filme *O Dilema das Redes* é um importante diagnóstico das relações entre o fascismo estrutural e a industrial da cultura. Seus idealizadores nos apresentam as considerações necessárias para o entendimento dos motivos pelos quais as redes sociais têm desempenhado, nos últimos anos, um papel crucial na ameaça à democracia. Para além dos seus elementos voltados à cultura do entretenimento, as redes sociais, no mundo contemporâneo são articuladas a partir de elementos ligados aos algoritmos.



Algoritmo é uma linguagem específica utilizada pelas tecnologias computacionais. Essas tecnologias são responsáveis por identificar problemas e soluções orgânicas que, muitas vezes, não dependem de um usuário. Todos os dispositivos computacionais são cadeias interligadas que devem interagir entre si. É nesse contexto que os elementos categóricos do algoritmo representam o papel de definição de inteligências artificiais.

Diante deste quadro, os estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt oportunizam a possibilidade de identificarmos os elementos das práticas culturais como um importante recurso para uma leitura da nossa atualidade.

Em especial, **o problema da dialética do esclarecimento** (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) **reflete a necessidade de percebermos os horizontes pelos quais as práticas de cultura, são ferramentas da luta da civilização contra a barbárie no século XXI.** A emergência de governos totalitários nos últimos anos revela o problema de uma luta ideológica, no sentido de se desconstruir, sobretudo pelas redes sociais, pautas progressistas e identificadas com os direitos e garantias fundamentais.

No contexto da sociedade do conhecimento, o panorama dessa guerra ideológica, vai muito além de uma mera desinformação. Trata-se, de uma estratégia plenamente identificada com os elementos mais conservadores de um novo movimento ondulatório do fascismo e do autoritarismo às portas do século XXI.

Por conta de tais aspectos, é que a perspectiva de análise da Escola de Frankfurt acaba por nos indicar a necessidade de percebermos a cultura como um assunto importantíssimo no desenvolvimento das ações ligadas às perspectivas governamentais, políticas, econômicas e da sociedade civil organizada. O problema fundamental do estudo das questões culturais e ideológicas torna-se importante por nos mostrar como os artefatos culturais são uma representação em constante disputa entre as formas de totalitarismo e as formas civilizatórias.

FIGURA 13 – AS FAKE NEWS E A GUERRA CULTURAL



FONTE: <<https://bit.ly/3udS69r>>. Acesso em: 14 jan. 2021.



Leia o artigo *Nas Entrelinhas: esfera pública e fake news*, por Luiz Carlos Azevedo, disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-esfera-publica-e-fake-news/>.



RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu que:

- O século XX foi marcado por uma crítica sistemática à racionalização da epistemologia.
- Sartre indica que a ciência não deveria ser neutra já que o conhecimento é produto de uma posição do sujeito em relação ao seu papel no mundo.
- A contribuição do estruturalismo para a epistemologia é o ser da linguagem.
- O debate formulado pela Escola de Frankfurt foi estruturado a partir das experiências de emergência do totalitarismo no século XXI.



1 Sobre o século XX é CORRETO afirmar que:

- a) () O século XX foi totalmente inspirado pelo marxismo cultural.
- b) () O século XX foi totalmente inspirado pela psicanálise.
- c) () O século XX foi totalmente inspirado pelo existencialismo.
- d) () O século XX foi marcado por uma crítica sistemática à razão.

2 Sartre foi um dos maiores filósofos do século XX. Sobre a corrente filosófica criada por ele é CORRETO afirmar que:

- a) () Suas ideias foram responsáveis pela criação da psicanálise.
- b) () Suas ideias foram responsáveis pela criação do marxismo.
- c) () Suas ideias foram responsáveis pela criação do estruturalismo.
- d) () Suas ideias foram responsáveis pela criação do existencialismo.

3 Uma das mais importantes escolas epistemológicas do século XX foi a Escola de Frankfurt. Entre os seus estudos estão a formação do espírito autoritário na modernidade. sobre a Escola de Frankfurt é CORRETO AFIRMAR:

- a) () Os estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt assinalam a importância das ideologias culturais para uma leitura crítica da realidade.
- b) () Os estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt assinalam a importância das práticas inconscientes para uma leitura crítica da realidade.
- c) () Os estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt assinalam a importância das economias culturais para uma leitura crítica da realidade.
- d) () Os estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt assinalam a importância das racionalidades estruturais para uma leitura crítica da realidade.

4 O início do século XX foi marcado por inúmeras turbulências geopolíticas e sanitárias. Esse período foi responsável por enfraquecer sistematicamente às recentes democracias ocidentais. Nesse sentido, pode-se perguntar: quais acontecimentos foram responsáveis pelo sistemático questionamento dos próprios rumos do conhecimento nas primeiras décadas do século XX?

5 O conceito de ideologia desenvolvido por Althusser é extremamente relevante para pensarmos as condições superestruturais da nossa sociedade, assim como as funções dos aparelhos ideológicos de Estado. Nesse sentido, o que significa afirmar que a ideologia interpela os sujeitos a agirem como indivíduos?

FOUCAULT E LACAN: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DO SUJEITO E DO CONHECIMENTO

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste tópico consiste em percorrer as contribuições de dois grandes intelectuais que influenciam, até hoje, as produções epistemológicas do campo psicológico. Michel Foucault e Jacques Lacan são, sem sombra de dúvidas, imprescindíveis para uma leitura crítica e histórica em torno da produção da subjetividade, do sujeito e do próprio conhecimento.

Em um primeiro momento, nós procuraremos demonstrar como as contribuições desenvolvidas por Lacan foram importantes para pensar os elementos de aproximação entre a teoria do laço social, as práticas clínicas e suas aproximações com o sujeito do (des)conhecimento. Trata-se de procurarmos analisar como as dinâmicas e os processos estruturais do inconsciente são ferramentas imprescindíveis para uma leitura do campo epistemológico.

Posteriormente, nos dedicaremos a explorar os tensionamentos entre a disciplina e o controle sob a óptica do pensamento foucaultiano. Por fim, veremos as correlações entre a ciência, a biopolítica e a ética a partir do paradigma foucaultiano.

2 LACAN, O LAÇO SOCIAL, AS NOVAS ESTRUTURAS CLÍNICAS E O SUJEITO DO (DES) CONHECIMENTO

Jacques Lacan (1901-1981) é uma das mais importantes figuras dos campos clínico e psicanalítico. Sua obra destaca uma pertinente leitura dos processos de subjetivação a partir de um diálogo intenso com as artes, com a filosofia, com a matemática e até mesmo com a lógica formal.

Segundo Safatle (2017), Lacan utiliza-se de todas essas ferramentas conceituais e metodológicas para inscrever uma problematização do sujeito do inconsciente a partir de uma dinâmica que procura investigar os caminhos da linguagem e das estruturas simbólicas. O fundamento dessa investigação percorre os limites de uma nova hermenêutica desenvolvida por Lacan em **torno de um**

retorno a Freud. Esse procedimento, segundo aponta Coimbra (2007), no sentido de distanciar a psicanálise do campo de uma psicologia do ego, retomando a matriz originária de Freud no sentido de visibilizar as convergências entre as estruturas do *ich – eu – überwunden – supereu e das – isso*.

FIGURA 14 – JACQUES LACAN (1901-1981)



FONTE: <<https://bit.ly/3pAKkmA>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Lacan (1978) entende que as dimensões efetivas do trabalho clínico percorrem as três estruturas básicas do processo de subjetivação, no caso os campos da neurose, da perversão e da psicose. Em linhas gerais, Lacan (1978) percebe que a instância do **eu é marcada profundamente por um sentimento de alienação fundamentado na busca, por parte do sujeito, em estabelecer um campo de estrutura neurótica.** Tal perspectiva será de fundamental importância para Lacan empreender, no imaginário, a divisão do sujeito entre o significado e o significante.

Especificamente, no *Seminário 17* – intitulado *O Averso da Psicanálise* – Lacan (1992, p. 53) aponta que “o avesso é assoante com a verdade”. Essa afirmação pode ser interpretada como a tarefa de se estabelecer uma análise do sujeito compreendendo-o a partir dos campos da linguagem e do gozo.

Na esteira desse processo, encontramos o elemento imprescindível descrito por Lacan (1992) como laço social. Essa teoria leva em conta as dinâmicas da linguagem a partir das estruturas discursivas.

Segundo Coelho (2006), os discursos não se limitam apenas as palavras. Na verdade, suas estruturas percorrem múltiplos sentidos e significados. Logo, a linguagem apresenta-se como uma alegoria que fundamenta os elementos estratégicos pelos quais os sujeitos constroem seus laços sociais.

Nesse sentido, Lacan (1992) propõe efetivar uma leitura dessas formas de discursividades a partir de quatro elementos, categorias ou, ainda, exemplos proferidos no *Seminário 17*. Essas alegorias são descritas como o discurso do mestre, da histórica, do capitalista e do analista. Todas essas metáforas podem ser traduzidas na problematização lacaniana de que essas discursividades fundamentam a subjetivação.

FIGURA 15 – O SEMINÁRIO 17



FONTE: <<https://bit.ly/2M51fzZ>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Essa leitura empreendida por Lacan (1992) acaba por sinalizar o fato de que, ao invés de um sujeito falante, temos um sujeito que é falado. Ou seja, as estruturas discursivas antecedem a própria singularização do sujeito. Deste modo, não é o sujeito quem domina a linguagem, inventa e cria símbolos, mas sim que este mesmo sujeito se encontra sempre assujeitado às perspectivas da cultura, da economia, da ciência e da história.

É nesse sentido, que a psicanálise lacaniana procura distanciar-se desse sujeito falado para percorrer os elementos de problematização discursiva a partir do campo clínico. Em outras palavras, trata-se, para Lacan (1922), de promover uma ruptura necessária aos cortes efetivados pelos elementos estratégicos de figuras representacionais contra as quais o analisado empreende uma batalha no campo clínico e social.

A tarefa, nesse caso, consiste em estabelecer uma dinâmica hermenêutica dos processos de subjetivação a partir do inconsciente. É nesse contexto que a psicanálise lacaniana procurará tecer os seus comentários a favor de um sujeito que não seja mais sujeitado aos discursos, mas que se constitui a partir dos seus processos de desejos. Neste sentido, a produção de um saber psicanalítico sobre o laço social é mediada pela constatação de que o sujeito pode tornar-se quem é quando se percebe enquanto ser de infinitas possibilidades.

Dito de outro modo, não se trata mais de **ser falado pelo discurso, mas sim empreender uma dinâmica dos fluxos inconscientes a partir das linguagens**. Isto é o grande problema, ou melhor, a grande pergunta não é mais **quem eu sou? E sim, qual é o objeto do meu desejo?**

O laço social repousa na tese de que somente poderemos compreender as nossas dinâmicas e os nossos dispositivos estruturais quando nos questionarmos das diferentes linguagens produzidas pelo nosso desejo. Tal constatação é importante por sinalizar que o desejo é uma parte fundamental dos nossos processos de subjetivação, pois é a partir dele que **almejamos ser**. Enquanto as estruturas formais da discursividade nos preenchem de papéis sociais e representações, o desejo para Lacan (1992) funciona como uma usina permanente.

Para Lacan (1992), o problema do inconsciente reflete a dinâmica das interações entre desejo, linguagem e significado. Interessa, nessa perspectiva, fazer operar o fato de que o sujeito pode mudar de direção entre o seu discurso fundante a partir das condições de possibilidades do devir maquínico do desejo.

FIGURA 16 – LACAN E O DESEJO



FONTE: <<https://bit.ly/3uhQn2X>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Por conta de tais aspectos, a teoria do laço social acaba por sinalizar a pertinência do sujeito do (des)conhecimento, isto é, um sujeito que aprende a se relacionar com as suas estruturas e que fundamenta a sua verdade, não a partir dos critérios de inteligibilidade da razão, mas a partir das dinâmicas alegóricas do inconsciente.

3 O CONHECIMENTO ENTRE A DISCIPLINA E O CONTROLE SOB A ÓTICA DE MICHEL FOUCAULT

Como vimos anteriormente, o conhecimento foi compreendido pela ciência iluminista como a maior das faculdades humanas. Como faculdade humana, o conhecimento foi, assim, considerado uma competência naturalmente potencial aos seres humanos.

Todos nasceriam dotados pela capacidade inerente de tudo conhecer. Isso significava, portanto, que o conhecimento seria um aspecto da natureza humana necessariamente positivo, bom, virtuoso. Contudo, sua principal virtude seria distanciar o ser humano de seus aspectos selvagens, instintivos, rústicos, irracionais.

A irracionalidade seria, desse modo, a parceira da ignorância. Para os iluministas, construtores do ideal racionalista, simbolizado pela luz do conhecimento, nada foi mais combatido do que a irracionalidade e a ignorância, simbolizadas pelas trevas, pela escuridão, pelo fanatismo, responsáveis ao longo da história por cegarem a compreensão das coisas e do mundo.

A ciência seria, assim, a grande promessa da modernidade. Promessa de que, através das habilidades facultadas pelo conhecimento humano, chegaríamos ao melhor de nós mesmos, ao melhor enquanto sociedade e enquanto indivíduos.

A melhoria se traduziria em ordem, paz social, igualdade civil, liberdade, maior controle sobre a natureza, aperfeiçoamento das tecnologias, ampliação da produção industrial, estruturando os fundamentos da moderna civilização ocidental, fundadora de uma nova vida humana: vida bela, produtiva e civilizada.

Entretanto, como a história demonstraria a partir do século XVIII, o conhecimento científico não era uma garantia segura de progresso, ordem e paz social. Indagando os motivos que levaram o projeto iluminista a naufragar, muitos pensadores, sociólogos, filósofos e literatos do século XIX passaram a apontar os equívocos e limitações da perspectiva iluminista.

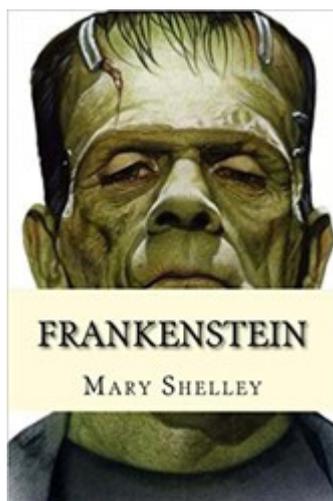
Dentre eles, Nietzsche foi certamente quem melhor amplificou os questionamentos a respeito desse projeto. A partir dele fomos apresentados a outra perspectiva de leitura do conhecimento, da ciência e da própria modernidade.

A começar com o fato de que o conhecimento não é uma garantia para uma vida melhor, nem mesmo uma faculdade ou virtude humana. Nem mesmo a ciência seria um instrumento do qual nos serviríamos para tudo conhecer e tudo dominar.



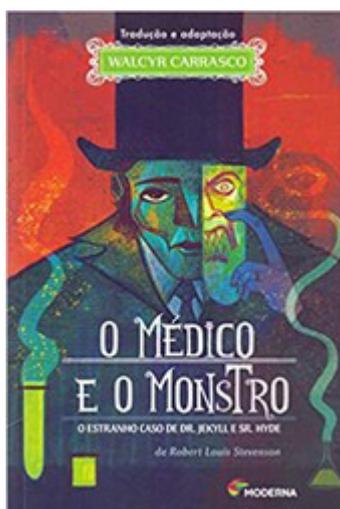
A literatura do século XIX foi repleta de temas sobre os aspectos destrutivos da ciência e os perigos do desejo insaciável de conhecimento. Autores como Johann Wolfgang von Goethe, Mary Shelley e Robert Louis Stevenson apresentaram em seus livros uma crítica contundente à ciência e à modernidade.

FIGURA 17 – MARY SHELLEY (*FRANKENSTEIN*)



FONTE: <<https://bit.ly/37tX7kF>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

FIGURA 18 – ROBERT LOUIS STEVENSON (*O MÉDICO E O MONSTRO: O ESTRANHO CASO DE JEKYLL E MR. HYDE*)



FONTE: <<https://bit.ly/3pApqnQ>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Ao contrário, Nietzsche (1983) compreendeu que o conhecimento possuía uma natureza distinta da que os iluministas imaginaram. A começar, ele não seria uma faculdade natural à vida humana, fruto de uma capacidade racional superior.

O conhecimento seria mais uma invenção humana, como o são as ferramentas e utensílios inventados pelas necessidades humanas, como o são o martelo, o prego e a madeira que servem para a construção de uma casa. Tanto o conhecimento que projeta a casa, quanto os objetos fabricados e utilizados em

sua construção, são igualmente, para Nietzsche (1983), ferramentas inventadas. Neste sentido, o conhecimento é um instrumento que responde às necessidades, aos desafios lançados pela vida. Vida que, segundo o mesmo, está imersa em disputas, em guerras, em relações perpétuas de poder e que, desse modo, se vale do conhecimento como instrumento de guerra.

Sendo assim, o conhecimento para Nietzsche (1983) não nasce como resultado dos primeiros instantes de serena paz de que gozaram os primeiros humanos, o conhecimento não seria uma consequência direta da evolução do pensamento racional, nem mesmo poderia ser definido como a mais alta qualidade de um ser vivente como o ser humano. O conhecimento seria, portanto, um desdobramento das lutas e batalhas pela própria vida. Nesse sentido, ele está intimamente relacionado com os instintos de sobrevivência. Conhecimento, desse modo, pode ser definido como uma forma de poder.

Foi seguindo as experiências do pensamento nietzschiano, que o filósofo Michel Foucault elaborou, na segunda metade do século XX, uma forma inovadora de compreensão do conhecimento científico. Estudando um conjunto de saberes centrais para o desenvolvimento da modernidade, tais como a medicina, a ciência jurídica, a economia, a pedagogia, Foucault (1999a) procurou demonstrar como os saberes instauram tipos variados de poderes, que não só organizam a vida social, como também inventam, fabricam, constroem e administram os modos de vida dos sujeitos modernos.

Pode-se dizer que Foucault (1999a) demonstrou outra qualidade do saber, definida por sua capacidade de padronização ou, como denominava, normalização dos sujeitos e da vida social.

A primeira característica da nova abordagem fornecida por Foucault (1999a), no tocante à compreensão do saber científico, é que todo saber se constitui como discurso. Importante compreender que discurso, aqui, não significa simplesmente retórica, argumentação ou uma forma oratória de convencimento arbitrária.

Discurso, para Foucault (1999a), pode ser melhor definido como um conjunto de regras que se fixam em dada época para dar os contornos, as dimensões e objetivos de determinado saber. Porém, o discurso de cada saber pode ser compreendido em Foucault como um conjunto de operações de disfarce, pois o saber nunca apreende de fato o objeto de seu discurso.

Ao contrário, para Foucault (1999a), o objeto é sempre uma criação do discurso científico. Assim, a medicina, como saber, não é capaz de compreender o que seja o corpo, mas sua empreitada científica fornece modelos discursivos de como dizer o que o corpo é. Nesse sentido, o corpo é um território sempre vago e impreciso, inapreensível ao conhecimento humano, mas ao buscar defini-lo a ciência médica cria, institui um modo possível de se enunciar o corpo, de se dizer o que ele é. No entanto, o saber médico inventa o corpo e não o contrário.

A segunda característica central é a de que os discursos se vinculam a determinadas práticas, ou seja, o discurso científico não se limita a pesquisar, analisar e definir hipóteses de seus objetos de pesquisa. Mais do que isso, o discurso científico é feito para ser colocado em funcionamento na prática social. É aqui que Foucault (1999a) identifica a maior força de impacto do saber científico sobre a vida, isto é, o poder que os saberes articulam e movimentam sobre a realidade.

No livro *Vigiar e Punir*, de 1975, Michel Foucault (1999a) irá apresentar de modo bastante claro as relações entre o surgimento de novos saberes, o desenvolvimento de novas práticas e a organização de modalidades novas de poder na modernidade. O desenvolvimento deste conjunto (saberes, práticas e poderes) irá produzir um modelo de sociedade a que dará o título de “sociedade disciplinar”.

Esse tipo de sociedade passa a ser organizada no século XVIII na Europa no contexto das revoluções burguesas, Revolução Industrial e Revolução Francesa. Foucault (1999a) não analisa estas revoluções, porém apresenta outra abordagem na qual as transformações geradas coincidem com as mudanças que se encontram em curso na sociedade burguesa. No entanto, essa coincidência ocorre apenas na medida em que uma sociedade nova, de tipo capitalista, se encontra em curso. No mais, toda a estrutura de abordagem e análise realizada por Foucault (1999a) para explicar estas mudanças parte de premissas bastante distintas.

E a base dessas premissas está em uma contradição interna ao nascimento da sociedade burguesa. A começar pelo fato de que as propostas iluministas, no sentido de criar uma sociedade mais livre, justa e igualitária, só puderam se realizar na medida em que novas tecnologias de poder, novas práticas de coerção e violência entraram em vigor. Nesse sentido, a tese apresentada por Foucault (1999a) coloca em questionamento a ideia iluminista de um processo de ampliação da humanização e da liberdade na nascente sociedade burguesa.

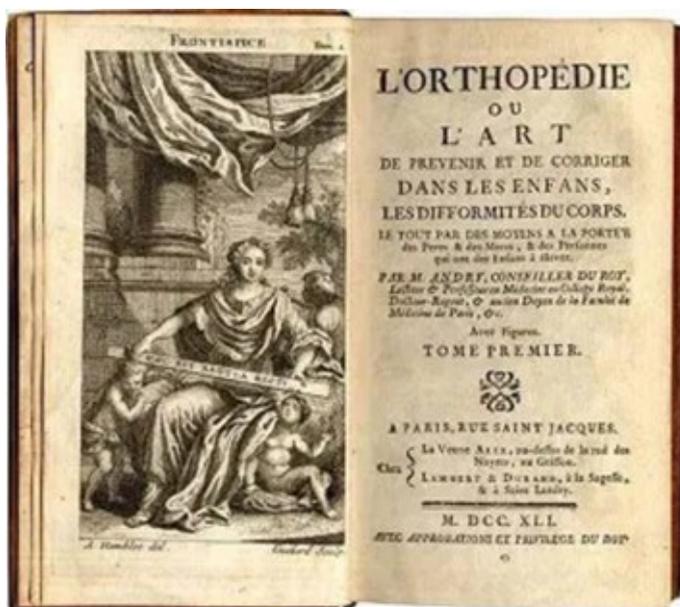
Desse modo, Foucault (1999a) irá buscar outra genealogia para a sociedade burguesa, que seja capaz de explicar como um conjunto de instituições, como o exército, a escola, a fábrica, o hospital e a prisão, passaram a ser centrais para a organização do sujeito moderno. É aqui que podemos encontrar uma relação mais estreita entre os saberes científicos e as práticas de poder realizadas por estas instituições.

Foucault (1999a) irá demonstrar como estes novos saberes configuraram no interior dessas instituições dispositivos de adestramento, vigilância e punição, centrais para o desenvolvimento da sociedade disciplinar.

Assim, saberes científicos como a medicina, a pedagogia e a ciência jurídica serão responsáveis por organizar instituições que tem por função principal disciplinar os comportamentos. Foucault (1999a) denomina de “poder disciplinar” todo um conjunto de operações e técnicas desenvolvidas por estes saberes para atuarem sobre o corpo dos indivíduos. Portanto, encontramos nesses saberes estratégias de disciplina e controle dos corpos que se valem de dois princípios integrados de adestramento: a “economia dos gestos” e a “ortopedia moral”.

A economia dos gestos diz respeito a um conjunto de técnicas que possibilitem um emprego econômico dos gestos e movimentos do corpo, gerando um melhor aproveitamento das energias e maior eficácia em determinada atividade. Seja nos movimentos de um operário diante da máquina em que trabalha, seja no manuseio das armas pelos soldados no exército ou na postura corporal do estudante em sala de aula, é possível encontrar este princípio. Já a ortopedia moral, princípio complementar à economia dos gestos, diz respeito às inúmeras práticas de ajustamento, de alinhamento tanto do corpo, quanto da distribuição dos corpos no espaço da fábrica, do exército, da escola ou da prisão. Ela configura uma experiência moral na medida em que cada tipo de alinhamento corporal corresponde um tipo de comportamento considerado virtuoso, ou simplesmente definido como bom comportamento.

FIGURA 19 – MANUAL DE ORTOPEDIA PARA CRIANÇAS DE 1712



FONTE: <<https://bit.ly/3k3Yfk1>>. Acesso em: 14 jan. 2021.



A organização da ortopedia moral foi desenvolvida a partir de saberes pedagógicos voltados inicialmente para a formação de crianças. Muitos manuais foram desenvolvidos para orientar educadores e preceptores na formação de seus alunos no século XVIII.

Para que fosse possível executar as práticas disciplinares, contudo, não bastava a organização de técnicas de adestramento. Era necessário conjuntamente um trabalho de vigilância constante. Para tanto, foi elaborado um conjunto de tecnologias que permitissem não somente vigiar os comportamentos no interior das instituições, como também produzir um efeito de autovigilância, gerando, assim, maior ordem, padronização e normalização social. Se a medicina e a pedagogia atuaram de modo a organizar formas de adestramento corporal, as ciências jurídicas deram sua contribuição ao organizar um sistema de vigilância espacial, o qual será denominado de sistema panóptico.

Criado por Jeremy Bentham, o panóptico foi uma proposta de modelo penitenciário baseado no “princípio de inspeção”, no qual o objetivo era produzir nos presos uma sensação de vigilância constante, de modo a modificar os seus comportamentos. Apesar de ter sido projetado como um modelo prisional, o panóptico serviu como tecnologia de controle no interior de diversas instituições modernas como a fábrica, a escola, o hospital etc. Mais ainda, o efeito mais significativo desse sistema de vigilância foi produzir um efeito geral de obediência que funda a sociedade disciplinar. Veja a descrição de Foucault a respeito do sistema panóptico:

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia (FOUCAULT, 1999a, p. 165-166).

FIGURA 20 – PENITENCIÁRIA QUE SEGUE A ARQUITETURA DO PANÓPTICO NO ESTADO DE ILLINOIS



FONTE: <<https://bit.ly/3blgAF9>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Podemos afirmar, em linhas gerais, que a sociedade disciplinar se define, portanto, a partir das seguintes características:

- A disciplina não é um meio, mas um fim em si mesmo.
- Objetivo: formar cidadãos produtivos e obedientes.
- As instituições disciplinares (escola, prisão, exército, fábrica, hospital) são os meios de formação da sociedade disciplinar.
- Métodos disciplinares: adestramento, vigilância e punição.

4 CIÊNCIA, BIOPOLÍTICA E ÉTICA EM MICHEL FOUCAULT

Na medida em que Foucault (1999a) desenvolveu sua genealogia do poder disciplinar, uma segunda modalidade de poder passou a ser investigada: o biopoder. Com o conceito de biopoder Foucault (2008) passa a integrar o poder disciplinar (a anatomopolítica individual que atua sobre o corpo) ao que denominou de biopolítica (o poder que atua sobre a vida das populações).

Distintamente do poder disciplinar, a biopolítica foi definida como um tipo de poder positivo e geral, na medida em que atua de modo a potencializar e gerenciar a vida de um conjunto mais amplo de indivíduos.

Ao mesmo tempo, trata-se de um poder que não trabalha como nas disciplinas em um nível micropolítico e exclusivamente em instituições disciplinares de isolamento. Pode-se dizer que a biopolítica atua em outro regime de gestão da vida, em que o centro de atuação está no movimento das populações em um território.

Se nas disciplinas encontramos um poder que atua de forma relativamente estática (sobre corpos colocados em limites espaciais restritos) e em espaços isolados (como a fábrica, prisão etc.), na biopolítica encontramos uma outra estratégia de poder que atua de forma a governar fluxos muito mais amplos e instáveis de populações em todo um território.

Segundo Foucault (2008, p. 3), a biopolítica pode ser definida como "o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder". Desse modo, tudo que diz respeito à vida biológica – o nascimento, a morte, a alimentação, a reprodução sexual, as doenças, a medicalização – passa a ser objeto de uma mesma estratégia política de governo da vida.

A fórmula de governo, ou governamentalidade, como denomina Foucault (2008) instaurada pela biopolítica, passa a vigorar a partir do século XVIII, sendo definida em oposição ao modelo do poder soberano dos reis. Enquanto o poder soberano era caracterizado segundo a fórmula “fazer morrer e deixar viver”, o que significava que a morte tinha prevalência sobre a vida nos cálculos governamentais, a biopolítica inverte este princípio para “fazer viver e deixar morrer”, trazendo para o centro de atenção do poder a vida biológica e toda a complexidade que envolve gerenciar a sua manutenção.

É nesse sentido, que todo um conjunto de ciências passa a ser colocado em operação para dar conta de resolver os problemas enfrentados pela dinâmica das populações em um território, da cidade à nação.

A medicina social, um novo tipo de saber médico que se dedica a partir do século XVIII ao controle de doenças nos espaços públicos, a economia liberal que se dedica a gerenciar as riquezas, a demografia que irá se dedicar ao cálculo dos fluxos populacionais, dos nascimentos, mortes e movimentos migratórios, o direito que irá estudar e organizar leis para a defesa e segurança social, todos estes saberes serão responsáveis por organizar estratégias biopolíticas de governo.

Nessas ocasiões, a biopolítica será um mecanismo de poder responsável por gerir a vida, de modo a contornar crises e imprevisibilidades, garantindo às populações condições de saúde e segurança que garantam a produtividade contínua das forças de trabalho.

Todas estas modalidades de poderes, poder disciplinar e biopolítica, procuram demonstrar outra abordagem da problemática do poder, que não se limite ao que a compreensão jurídica produziu na modernidade acerca dos poderes. Segundo o discurso jurídico, o poder é percebido como um ente abstrato que só é encontrado nas dimensões da lei e do Estado. Ao contrário, para Foucault (2008), seus estudos dos poderes servem para demonstrar uma noção menos abstrata e mais substantiva do poder.

O poder, neste sentido, é aquilo que se encontra disperso em muitos lugares, em muitos saberes, circulando nas mais diversas relações sociais e atuando sobre os corpos dos sujeitos. Pode se deduzir, com esta nova noção de poder desenvolvida por Foucault (2008), que o poder é um elemento integrante de toda a realidade social e, ao mesmo tempo, é produzido por um conjunto amplo de saberes como o saber científico. E que o poder não possui uma definição moral, sendo o poder bom ou mal, mas que ele atua das mais diversas formas, podendo ser exercido nas formas de coerção, obediência, disciplina e controle, como também nas formas das resistências, do cuidado de si e das práticas de liberdade.



Em seu livro *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, Foucault (1999b, p. 87-88) definiu o que compreende por poder da seguinte forma:

Esse termo “poder”, porém, corre o risco de induzir a vários mal-entendidos. Mal-entendidos a respeito de sua identidade, forma e unidade. Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo social. [...] O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares.

É nesse ponto que se torna possível compreender melhor como Foucault (2008) orientou os seus estudos ao procurar reconhecer as diversas formas de constituição do sujeito. Nesse sentido, Foucault (2008) não pode ser definido como o “filósofo do poder”, posto que seus objetos de pesquisa tiveram por referência aquilo que denominou de modos de subjetivação, ou seja, de como nos tornamos sujeitos a partir de determinados discursos e práticas.

Para que fique mais claro, todos os estudos realizados do poder disciplinar, biopolítica e, a partir de 1976, da ética, são estudos que tem como horizonte de compreensão os modos de subjetivação.

Por modos de subjetivação pode se entender todas as práticas, atividades, exercícios que produzem um modo de ser no sujeito. Sendo assim, a subjetividade seria o resultado de uma atividade contínua, repetitiva, que age sobre o corpo e procura constituir e governar um modo de vida.

Por isso ela pode ser tanto o resultado das experiências do poder disciplinar, da biopolítica, quanto do modo de vida organizado segundo uma ética elaborada pelo sujeito. Este último aspecto, a ética como forma de elaboração de um modo de vida do sujeito, foi objeto das últimas pesquisas de Michel Foucault, tornando-se conhecida a partir da publicação de *História da Sexualidade*, tomos 2 e 3, respectivamente denominados.

O uso dos prazeres e *O cuidado de si*, ambos publicados em 1984. Em linhas gerais, expõem o resultado dos últimos estudos de Michel Foucault voltados para os modos de subjetivação dos gregos antigos. Exploram, portanto, uma modalidade distinta de conhecimento de si ou autoconhecimento vigente no período clássico, voltada ao que denomina de estética da existência e cuidado de si.

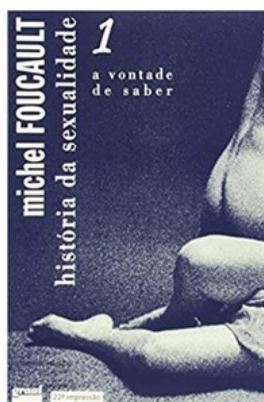
Nesta fase de suas pesquisas, o problema do conhecimento não está limitado ao seu aspecto moderno, no sentido de um conjunto de discursos que tem por efeito o disciplinamento ou, conforme abordado em *História da Sexualidade 1: a vontade de saber* (1999b), uma ciência que tem por vistas a confissão da verdade do sujeito através da sexualidade.

O conhecimento é um trabalho, uma atividade de subjetivação na qual o sujeito se volta para si mesmo na busca do desenvolvimento de uma ética. Ética essa que compreende a elaboração de um modo diferente de se constituir no mundo, o qual seja capaz de configurar uma experiência de construção estética da existência. Deste modo, conhecer a si mesmo não significa confessar ou descobrir a verdade interior do sujeito, mas estabelecer modos de contato consigo (meditação, diálogos consigo mesmo, exercício da escrita) capazes de consolidar uma ascese, uma prática de cuidado de si, a qual seja marcada pela coerência ética entre palavras e ações.



Em *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, Foucault (1999b) procura renunciar à hipótese repressiva da sexualidade, para demonstrar que o sexo a partir do século XVII passa a ser um tema constantemente estudado pela ciência, a *scientia sexualis*, visando a confissão detalhada da sexualidade dos indivíduos e a inscrição de tipos sexuais (classificados pela ciência) no real.

FIGURA – CAPA DE *HISTÓRIA DA SEXUALIDADE 1: A VONTADE DE SABER* DE MICHEL FOUCAULT



FONTE: <<https://bit.ly/3qxAiUC>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

De outro modo, ainda sob a inspiração dos gregos, Foucault (2006) fornece indicações de como o conhecimento pode ser explorado com vistas à constituição de outro modo de vida, a qual possa ser orientada segundo formas e práticas de liberdade que escapem ao regime de verdade fundado pelos saberes e poderes de nossa época:

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. O que me surpreende é o fato de que, em nossa sociedade, a arte tenha se transformado em algo relacionado apenas a objetos e não a indivíduos ou à vida; que a arte seja algo especializado ou feito por especialistas que são artistas. Entretanto, não poderia a vida de todos se transformar numa obra de arte e cada um ser o verdadeiro artífice de sua própria existência? (FOUCAULT, 2006, p. 13).

A preocupação de Foucault com uma forma diferente de se constituir a si mesmo refletia em grande medida as condições nas quais o conhecimento se encontrava no interior da cultura ocidental. Ao retornar aos gregos, Foucault (2006) não pretendeu reafirmar uma nova leitura do Ocidente, que refletisse, como um espelho, a noção clássica da Grécia como berço da civilização e da ciência europeia. Ao contrário, procurou demonstrar como a ciência havia se afastado decididamente das práticas culturais, das formas de conhecimento e das experiências éticas gregas. No entanto, demonstrou o quanto a ciência moderna se configurou como uma experiência do pensamento absolutamente afastada das noções gregas de conhecimento.

LEITURA COMPLEMENTAR

POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA DOS SISTEMAS DE PENSAMENTO EM NIETZSCHE E FOUCAULT

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler

Tradicionalmente a epistemologia entende como científico todo conhecimento relativo às verdades universalizantes sobre um objeto enunciado pela figura do sujeito cognoscente. Nesse sentido ocorre uma dicotomização entre sujeito x objeto a partir da suposta neutralidade científica na qual a verdade ocupa um sentido central, e onde atingi-la significa uma “...meta pela qual são prometidas recompensas intelectuais, morais, religiosas e metafísicas” (ABEL, 2002, p. 15).

O sujeito cognoscente deriva da noção kantiana de sujeito transcendental, ou seja, aquele que é capaz de apropriar-se de todas as regras de produção de conhecimento produzindo verdades irrefutáveis em torno do objeto investigado.

No livro *Michel Foucault: Uma História Política da Verdade*, Prado Filho (2006) afirma que a modernidade é “a idade do homem”. Tal afirmação sugere que nesse momento histórico toda questão relativa ao conhecimento se refere ao sujeito, mas não o sujeito cognoscente e sim outra categoria atravessada pelas relações de poder e produções discursivas.

Prado Filho (2006) parte de uma problematização cujas ressonâncias estão inscritas nas perspectivas foucaultiana e nietzscheana de desconstrução tanto da noção de Epistemologia quanto a de Verdade.

A partir de um ponto de vista genealógico, pergunta-se o autor: os projetos de Nietzsche e Foucault seriam uma alternativa aos pressupostos epistemológicos tradicionais, ou se apresentam enquanto uma recusa a esses modelos? Para elucidarmos tal questionamento tratemos, pois, de analisar os pressupostos de análise histórica tanto em Foucault quanto em Nietzsche.

Em Foucault, o sentido da história corresponde à análise das formas de pensamento e das produções de conhecimento. Nesse sentido, uma “episteme” em Foucault seria a produção do saber, a partir de diferentes momentos históricos os quais envolvem modos de operação, procedimentos e regimes que avalizam diferentes verdades em distintas épocas.

A “episteme” moderna, por exemplo, que preconiza a razão como via de acesso ao conhecimento seguro e confiável, deriva do século XVIII.

Segundo Prado Filho (2006), nos livros *As Palavras e as Coisas* e *História da Loucura na Idade Clássica*, Foucault apresenta dois outros modelos de epistemologia: uma proveniente da idade clássica referente ao século XVII, cuja principal característica não passava pela explicação racional das coisas, mas sim por uma intensa classificação dos objetos segundo regras e campos do saber, e uma segunda proveniente do renascimento que operava sob o signo da exegese, possuindo como principal característica a decifração da sagrada escritura. Ali o campo de operação do saber correspondia ao dogmatismo e ao hermetismo.

Como se pode observar, o campo epistemológico em sua historicidade é recoberto por diferentes possibilidades de entendimento em relação ao saber e as formas de operações de verdade. Então uma proposta de investigação arqueológica dos sistemas de pensamento deve percorrer as condições de possibilidade e emergência dos acontecimentos não a partir das suas origens ou unidades, mas sim no contexto das suas rupturas e descontinuidades.

Já com relação a Nietzsche, uma analítica histórica se refere à problematização do conhecimento, pondo-o em xeque a partir do questionamento dos valores. Seria uma pergunta nietzscheana a seguinte: nossos valores e nossas formas de conhecer provêm de uma moral aristocrática, e, portanto, afirmativa da vida, ou correspondem a uma moral gregária e negadora da vida? No prólogo de *A Genealogia da Moral*, Nietzsche nos convida a experienciar o conhecimento sob um aspecto diferenciado, isto é, em vez de o concebermos como uma meta, como um fim, é preciso:

[...] praticar desse modo a leitura como arte, faz-se preciso algo que precisamente em nossos dias está bem esquecido – e que exigirá tempo até que minhas obras sejam legíveis – para o qual é imprescindível ser quase uma vaca, e não um “homem moderno”: o ruminar [...] (NIETZSCHE, 1998, p. 14-15).

Para Nietzsche (1998), a proposta se insere em uma renúncia do modelo de ciência moderna, pois esta traz consigo os elementos característicos de uma moral cristã, em seus discursos e suas práticas.

Prado Filho (2006), expõe que as conexões que ligam tanto as trajetórias arqueológicas e genealógicas de Foucault, quanto à genealogia nietzscheana correspondem à produção do conhecimento tomado não como algo útil e verdadeiro, mas sim como um processo discursivo que assujeita, e infere uma articulação entre o poder e o saber. E nesse sentido, da correlação entre Foucault e Nietzsche não nasce uma proposta epistemológica relativista ao modelo científico/hegemônico aos moldes de Thomas Kuhn (1987), por exemplo, mas sim uma contra-epistemologia referente ao questionamento do estatuto da verdade. Isto quer dizer, que tanto Nietzsche quanto Foucault em seus trabalhos, não fundam uma crítica relativista, justamente pelo fato de que o enfoque arqueológico e o genealógico instauram o perspectivismo que problematiza, desmente, transforma em humanos valores e verdades consideradas dogmáticas.

Ou seja, o perspectivismo desloca o campo de análise do universal, do plano metafísico para a esfera das minúcias dos jogos de verdade, inerente às relações de força e dos dispositivos de poder.

Correlativo à ideia do perspectivismo como possibilidade de construção de uma contra epistemologia, poder-se-ia delimitar a inserção do conceito de “interpretação” em Nietzsche e em Foucault. Considera-se tal conceito importante uma vez que ele se refere não ao deciframento dos signos, nem do desvelamento daquilo que é oculto, mas sim como possibilidade de estratégia de poder. Pois, segundo Foucault (2005, p. 260), “[...] interpretar é apoderar-se, pela violência ou sub-recepção, de um sistema de regras que não tem em si a significação essencial e impor-lhe uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar num jogo e submetê-lo à novas regras.”

O sentido da palavra interpretação em Foucault segue os pressupostos da terminologia nietzschiana principalmente no que diz respeito ao fato de que a interpretação se exerce em um movimento filológico cujas camadas estão presentes em apropriações e atribuições de sentidos a tudo o que pode ser nomeado através de intensas relações de força.

Na perspectiva de Foucault e Nietzsche o conhecimento não é mais do que uma invenção canhestra. Tal afirmativa diz respeito ao fato de que ele não tem uma origem, que não está presente na natureza do sujeito, mas sim deriva do jogo, do enfrentamento presente nas práticas sociais.

Em seu livro, Prado Filho (2006), traz uma apresentação desse esfacelamento a partir de uma leitura transversal de Michel Foucault e Nietzsche com base numa contextualização política. Nesse sentido uma fala de Foucault (2003, p. 22) referente ao conhecimento enquanto processo de luta pode ser aqui destacada enquanto reflexão final: “Não, há, portanto, no conhecimento uma adequação ao objeto, uma relação de assimilação; não há no conhecimento algo como felicidade e amor, mas ódio e hostilidade; não há unificação, mas sistema precário de poder”.

FONTE: VIVAR Y SOLER, R. D. de. Por uma história política dos sistemas de pensamento em Nietzsche e Foucault. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 347-348, jul./dez. 2009. (Resenha). <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/11092/11379>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu que:

- As contribuições formuladas por Lacan e Foucault são de suma importância para os desdobramentos da epistemologia da psicologia.
- A relevância de Lacan opera a circularidade dos efeitos discursivos das estruturas como o laço social.
- Michel Foucault acaba por sistematizar uma leitura genealógica e arqueológica sobre o conhecimento.
- Foucault e Lacan acabam por promover uma importante problematização das experiências psicológicas no campo do conhecimento para além do estatuto da racionalidade.



- 1 A racionalidade científica entra em crise no contexto da Modernidade. A cerca de como, a partir dessa constatação, o século XX foi caracterizado, assinale a alternativa CORRETA:
 - a) () foi caracterizado como a idade de ouro da razão.
 - b) () foi caracterizado pela problematização da razão.
 - c) () foi marcado pelo processo de negação da ciência.
 - d) () foi marcado somente pela presença da ideologia.

- 2 Jacques Lacan foi um importante pensador do século XX. Seus estudos foram muito importantes para o saber psicológico. Sobre Lacan é INCORRETO afirmar:
 - a) () A Escola de Frankfurt desenvolveu seus estudos a partir de um olhar sobre a indústria cultural na Modernidade.
 - b) () Um dos livros mais importantes dentro do pensamento sartreano é O Ser e o Nada.
 - c) () O estruturalismo desenvolveu grande parte de seus estudos em torno das questões culturais.
 - d) () Lacan foi um pensador duramente marcado pelo marxismo.

- 3 Uma das mais importantes contribuições de Michel Foucault para as ciências humanas foram as conexões entre as estratégias de saber e as práticas de poder. Sobre essas conexões é CORRETO afirmar que:
 - a) () Tanto o saber, como o poder constituem-se como elementos fundamentais da ideologia.
 - b) () saber e poder são conexões estruturais que independem da existência de um sujeito.
 - c) () saber e poder são conexões produzidas a partir de questões históricas e políticas.
 - d) () Saber e poder, para Foucault são construções produzidas pelo inconsciente.

- 4 A biopolítica pensada por Michel Foucault articula as produções históricas das práticas de poder, com as estratégias de governo das condutas. Disserte sobre quando teve início a biopolítica segundo Michel Foucault?

- 5 Encontramos em Lacan uma sistematização interessante sobre o papel do inconsciente na constituição do sujeito. Nesse sentido, o que significa afirmar que, para Lacan, o inconsciente se estrutura como uma linguagem? Justifique:

WALTER BENJAMIN E A MELANCOLIA DA HISTÓRIA E DO CONHECIMENTO

1 INTRODUÇÃO

O presente tópico tem por finalidade lhe apresentar as principais contribuições do pensador alemão Walter Benjamin (1892-1940) sobre as relações entre a história e o conhecimento. Benjamin era descendente de família judaica e, como tal, vivenciou toda a atmosfera de perseguição e xenofobia contra a sua cultura.

Ele era um profundo estudioso das dimensões políticas, literárias e filosóficas de um mundo, no qual crescia exponencialmente os regimes totalitários pelos quais a sociedade ocidental passara já nas primeiras décadas do século XX.

FIGURA 21 – WALTER BENJAMIN (1892-1940)



FONTE: <<https://www.todoestudo.com.br/sociologia/walter-benjamin>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

A proposta empreendida por Benjamin (2000) consiste em empreender uma leitura da história a contrapelo dos acontecimentos. O que significa essa afirmação? Basicamente, este procedimento consiste em colocar em evidência novas constelações e perspectivas que desafiam a linearidade da própria história, ou seja, a narração da própria história para Benjamin (1994) deve ser voltada não para os vencedores, mas para os oprimidos, para os esquecidos da história.

Interessa nesse caso, aquilo que não deu certo, os projetos não concretizados e as vozes que foram sufocadas pelas experiências totalitárias. Nesse sentido, o pensamento benjaminiano torna-se imprescindível para colocarmos em suspenso a mentalidade tecnicista pela qual o próprio conhecimento e a própria verdade estão estruturadas na nossa sociedade.

Nesse tópico, você percorrerá os contornos dessa problematização promovida por Benjamin a partir da seguinte estrutura: em um primeiro momento serão tecidas as nossas considerações sobre a relação entre Benjamin e a técnica. Já, o segundo momento é voltado para uma análise das relações entre a experiência e a pobreza. O terceiro momento procurará elaborar uma leitura sobre as teses benjaminianas em torno da história e a epistemologia e, por fim o quarto e último item procurará analisar as relações entre a reprodutibilidade técnica e o conhecimento.

2 BENJAMIN E O AVISO DE INCÊNDIO SOBRE A TÉCNICA

Conforme apontamos anteriormente, Benjamin situa-se como uma das vozes mais potentes do século XX. Seu pensamento é desconcertante porque ele é construído por meio de fragmentos que representam uma leitura crítica em torno dos processos históricos e políticos da nossa sociedade.

Esses elementos envolvem as problematizações ligadas aos contextos da cultura, da história, da filosofia, da política e da literatura. Essas problematizações envolvem a crítica de Benjamin (2004) em relação à filosofia do progresso. Essa filosofia do progresso compreende uma visão de mundo que enxerga nos processos civilizatórios, o ordenamento de uma representação e de uma identidade ligada aos processos e visões hegemônicas sobre a história.

Nesse sentido, uma filosofia do progresso compreende uma visão unilateral, responsável por instituir uma narrativa que justifique o progresso como elemento categórico das vitórias dos conquistadores sobre os conquistados.

Se tomarmos como exemplo dessa crítica empreendida por Benjamin (2004), o processo de colonização dos territórios latino americanos, asiáticos e africanos vemos como esses processos sempre foram embasados na justificativa de escravidão e extermínio dos povos originários em nome de uma visão progressista da sociedade ocidental.

FIGURA 22 – A ÁRVORE DO ESQUECIMENTO EM BÊNIN



FONTE: <<http://bit.ly/2ZuVe2z>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Em alguns territórios africanos, os próprios colonizadores construíram monumentos responsáveis por avisar aos sujeitos escravizados que, a viagem para o chamado *Novo Mundo* era totalmente sem volta.

São essas marcas que permanecem identificadas a partir de uma visão relacionada ao mundo ocidental. Estabelecer esta problematização significa, para Benjamin (2004), promover uma análise do tempo de agora que deve ser compreendido como um fluxo que ocorre na esteira dos acontecimentos históricos. Esse tempo de agora é uma exigência do despertar do lugar de anestesia no qual nos encontramos.

A pergunta que permanece é: como ocorre esse processo de anestesia aos quais estamos submetidos, segundo Benjamin? Uma resposta preliminar a tal questionamento compreende a tese de que a modernidade, por meio de sua visão de filosofia do progresso compreende a própria tecnificação da existência do próprio sujeito.

Tal tecnificação é responsável por repelir qualquer possibilidade de compreensão crítica da realidade a partir da visualização das suas próprias contradições. A técnica, segundo Benjamin (1994), é responsável por nos afastar da reflexão crítica em torno da nossa própria condição histórica.

Por conta de tais aspectos, é que Benjamin desconfia dos projetos civilizatórios presentes desde a emergência da modernidade. Essa desconfiança passa, necessariamente, pela constatação de que a técnica configura-se como um elemento que nos conduz à barbárie.

Essas leituras empreendidas por Benjamin (1994) foram elaboradas a partir dos acontecimentos presentes ainda nas primeiras décadas do século XX. Dentre estes acontecimentos podemos destacar a emergência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Este conflito foi o responsável por introduzir toda uma sistemática do extermínio tendo o conhecimento científico e tecnológico usado para a morte do maior número de pessoas no mais curto intervalo de tempo possível.

A chamada *Guerra de Trincheiras* apresentou significativas transformações não somente no plano político, mas também no contexto do desenvolvimento tecnológico, como a utilização das primeiras armas químicas da história, a utilização dos aviões para a realização dos primeiros bombardeios e, também o genocídio de minorias étnicas, organizadas, sobretudo pelo império turco-otomano em relação aos armênios. Essas consequências foram devastadoras sobre toda uma geração que se viu às voltas com um conflito armado sem precedentes que favoreceu o nascimento das políticas totalitárias e fascistas que enfraqueceram as democracias ocidentais.

Para Benjamin (1994), a Primeira Guerra Mundial tencionou as suspeitas em relação às promessas de felicidade promovidas pelo mundo moderno. Nesse sentido, a modernidade representa, para ele, o triunfo do progresso pela glorificação da barbárie, pois, nesse momento histórico, a vida dos sujeitos tornara-se capturada pelas mecânicas relações sociais, implicando na potencialização do sentimento de desencantamento do sujeito com o mundo e com o próprio tempo.

FIGURA 23 – FOTO DE DIVULGAÇÃO DO FILME 1917



FONTE: <<https://bit.ly/3sdEQzM>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Nesse sentido, o próprio sistema capitalista e a ciência carregam consigo o projetar de um sentido distópico, por meio do qual os indivíduos, na visão de Benjamin (1942) serão cada vez mais forçados a deixar de lado os seus sonhos e as suas esperanças na tentativa de salvaguardar um projeto de alienação permanente que valoriza, tão somente, as conquistas econômicas e a satisfação momentânea garantida pelos padrões de consumo e pela economia.

Encontramos no pensamento benjaminiano os elementos de um pessimismo, ou melhor, de uma melancolia que se reflete nas suas leituras sobre a necessidade de promovermos uma luta emancipatória que, passa pela resignificação da nossa própria história. Entretanto, para que consigamos estabelecer esse procedimento é necessário que revisitemos o nosso passado, desconstruindo os valores aos quais fomos constituídos enquanto coletividade e, enquanto individualidade.

Trata-se, no caso de voltarmos ao passado não com a finalidade de o glorificarmos, mas de percebermos as marcas, as ressonâncias e os impactos pelos quais as nossas efetivas memórias que foram obscurecidas, deixadas de lado por conta da nossa própria invenção como sujeitos da técnica.

FIGURA 24 – A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. SOMOS OU NÃO SOMOS UM PAÍS INDEPENDENTE?



FONTE: <<http://bit.ly/3pDr1ZX>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Esse processo envolve uma leitura sobre os acontecimentos históricos no sentido de permitir a formação de um estado de emergência descrito por Benjamin (1994) como sendo uma crítica em relação aos desdobramentos não só da política, mas também da própria orientação técnica de mundo.

Um estado de emergência compreende a luta contra as formas totalitárias, não somente de governo, mas também das próprias existências. É por conta desses aspectos que Benjamin sinaliza o diagnóstico de que:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de exceção' no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso. Então surgirá diante de nós nossa tarefa, a de instaurar o real estado de exceção; e graças a isso, nossa posição na luta contra o fascismo tornar-se-á melhor. A chance deste consiste, não por último, em que seus adversários o afrontem em nome do progresso como se este fosse uma norma histórica. – O espanto em constatar que os acontecimentos que vivemos 'ainda' sejam possíveis no século XX não é

nenhum espanto filosófico. Ele não está no início de um conhecimento, a menos que seja o de mostrar que a representação da história donde provém aquele espanto é insustentável (BENJAMIN, 2005, p. 83).

As formas totalitárias de existência representam o grande inimigo a ser combatido segundo Benjamin (2005). Isso porque esse totalitarismo acaba por produzir elementos que se configuram no sentido de sustentar a hegemonia social e políticas de grupos e valores compreendidos como responsáveis pela identificação dos valores civilizatórios, sem que as experiências de grupos minoritários sejam devidamente respeitadas.

Existe, no projeto das formas totalitárias, o sufocamento de todas as vozes contrárias ao projeto de modernização e de valorização de uma visão antropocêntrica. Não por acaso que os argumentos empreendidos por Benjamin (1994) sinalizavam que o fascismo não seria apenas um regime de governo, mas um acontecimento responsável pelo extermínio de grupos étnicos pelas mãos da técnica e das experiências científicas.

Ao longo de todo o século XX, observamos como as reflexões elencadas por Benjamin (1994) sinalizavam que a propaganda de extermínio étnico fora um lugar comum, desde os campos de concentração, passando pelas experiências dos Gulags e, culminando com a construção da Prisão de Guantánamo. Esses acontecimentos são emblemas de uma lógica de aproximação da visão técnica de mundo com a produção do conhecimento, ligadas ao fomento do extermínio étnico de grupos minoritários.

3 EXPERIÊNCIA E POBREZA

Conforme podemos destacar, as relações críticas pensadas por Benjamin (1994) em torno da modernidade podem nos conduzir à múltiplas análises possíveis. Dentre essas análises, uma que merece nossa maior atenção é a relação entre experiência e pobreza.

No ano de 1933 – época da chegada de Hitler ao poder – Benjamin (1994) dedica a construção de um curto texto em que ele procura analisar os motivos pelos quais as relações humanas foram transformadas em um processo de despersonalização, sobretudo pela incapacidade dos sujeitos, na modernidade, não conseguirem transmitir uma ideia de experiência potente sobre as suas próprias dinâmicas existenciais.

Ao proceder à análise sobre o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) Benjamin (1994) sinaliza que os sobreviventes desse conflito encontravam-se mudos, diante de todo o cenário de horror que eles vivenciaram. O campo de batalha tornara-se também lugar do esquecimento completo de tudo o que ocorrera nas linhas de frente. Incapazes de transmitir uma experiência sobre este acontecimento, restava a própria impossibilidade de se transmitir as futuras gerações as consequências e os possíveis aprendizados desse episódio.

Soma-se a isso, o fato de que a derrota da Alemanha para os países aliados acabou por trazer sensíveis consequências não só de ordem econômica, mas também políticas sociais para o povo alemão que, a partir do fim da Primeira Guerra, viu seu país ser consumido por uma crise sem precedentes na sua história.

FIGURA 25 – A HIPERINFLAÇÃO NA ALEMANHA APÓS A PRIMEIRA GUERRA



FONTE: <<http://bit.ly/2NIRF6g>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Fatores como a hiperinflação e o sentimento de desunificação da identidade alemã, levaram ao crescimento do antissemitismo e ao anticomunismo entre a população daquele país. Esses elementos foram, na opinião de Benjamin (1994), produtos de uma época insensível aos possíveis aprendizados pelos quais o mundo ocidental passara já nas primeiras décadas do século XX.

A falta de uma possibilidade de narração das experiências levava a produção de uma desvalorização dos aspectos históricos e sociais necessários para o enfrentamento da crise econômica e cultural que logo, transformaria a própria Europa em uma zona de conflito permanente, graças aos regimes totalitários.

Segundo Freitas (2014), o conceito de experiência pode ser compreendido a partir de um olhar estético e, ao mesmo tempo, político da nossa modernidade. Tal conceito pode ser compreendido a partir da tese de que, nesse momento histórico, as experiências não podem mais ser transmitidas ou mesmo compartilhadas.

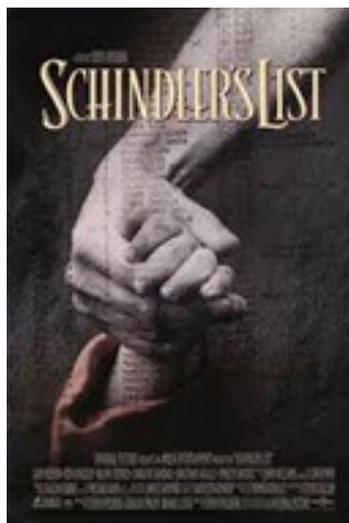
O imediatismo da utilidade da vida cotidiana, somado aos esforços em transformar o trabalho e os padrões de consumo em sensações imediatistas de desejo, desencadeia uma quebra, ou melhor, uma fissura entre o passado e o futuro. Por conta desses aspectos Benjamin (1994) sinaliza que as gerações do século XX substituíram o apreço pela memória, pela sensação de utilidade do presente.

Outros fatores emergem nesse diagnóstico empreendido por Benjamin (1994). O primeiro deles compreende o apreço pela velocidade da técnica em detrimento ao trabalho artesanal e das produções de serviços manuais, ou seja, a crença em um pretenso progresso cumulativo dos elementos ligados à motivação consumista desencadeia uma desvalorização crescente do passado.

Sendo assim, a consequência desse procedimento recai não somente em torno dos modos de produção, mas também nos próprios sujeitos que, ao envelhecerem são substituídos, sem o menor pudor, por uma mão de obra mais jovem. Ocorre, portanto, o que Benjamin (1994) chama de exclusão tecnológica daqueles que são desconsiderados pela economia capitalista.

O segundo desses fatores tem a ver com as consequências políticas da falta de um sentido para a aplicação da experiência no mundo moderno. Segundo Benjamin (1994), indicadores de crises sistemáticas do ponto de vista econômico levariam à formação de regimes totalitários responsáveis pelo extermínio sistemático de grupos étnicos, ou ainda dos *inimigos do regime capitalista*. Não por acaso que, logo após a ascensão do regime nazista, muitos industriais alemães utilizaram nas suas fábricas mão de obra composta por judeus e ciganos, em um regime análogo ao da escravidão, como registra o filme de Stiven Spielberg chamado *A Lista de Schindler*.

FIGURA 26 – CARTAZ DO FILME A LISTA DE SCHINDLER



FONTE: <<https://bit.ly/2ZKfYz3>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Esse projeto desenvolvido por Benjamin (1994) consiste, portanto, em estabelecer uma relação da compreensão sobre a impossibilidade de transmissão da experiência correlativa às transformações tecnológicas e ao fortalecimento do autoritarismo na vida política e sua conseqüente formação dos estados de exceção.

Nesse sentido, Benjamin (1994) acaba por promover uma leitura singular dessa correlação a partir de um diálogo com as artes e as atividades estéticas. Isso significa que o enfrentamento da ausência de transmissão da experiência pode ser por meio de uma atenção dirigida às formas de arte presentes na modernidade.

Para Benjamin (1994), a arte não é apenas direcionada apenas ao entretenimento, mas funciona como um dispositivo capaz de nos alertar, continuamente, sobre modos de vida e práticas contrárias a tecnificação e ao esquecimento do homem. Esse procedimento é nomeado por Benjamin (1994) como uma profanação alegórica do nosso tempo presente.

Essa profanação alegórica é representada pelos movimentos de vanguardas que foram muito importantes para a sociedade ocidental, já nas primeiras décadas do século XX. Movimentos como o surrealismo, o cubismo, o existencialismo e o dadaísmo foram cruciais para percebermos como suas intervenções, contribuíram para retirar o sujeito moderno de um estado de letargia diante do crescimento do fascismo.

Benjamin (1994) consagra ao estudo da experiência uma perspectiva muito importante de composição dos elementos estéticos a partir dessa profanação alegórica que, aos seus olhos, oportunizaria o sujeito transcender os limites de uma dialética da imobilidade. Tal dialética é descrita por Benjamin (1994) como um acontecimento específico da modernidade. Trata-se de um empreendimento paradoxal, que rompe com a compreensão clássica de dialética – compreendida pelos marxistas como movimento, devir, ou inquietação permanente – em nome de uma leitura sobre tal conceito, caracterizando-a como estado de repouso ou de espera. O ideário desta dialética da imobilidade, conforme nos lembra Benjamin (1994), é representado por um ideário de sujeito que encontra-se perdido nos templos de consumo e do trabalho do mundo capitalista e, que, ocupa-se muito pouco com os destinos políticos e reflexivos de sua própria época.

FIGURA 27 – CAPA DO DISCO *TROPICÁLIA OU PANIS ET CIRCENSES* DE 1968



FONTE: <<http://bit.ly/3bj3l2A>>. Acesso: 26 jan. 2021.

Um exemplo significativo dessa leitura promovida por Benjamin (1994) é o movimento de estética política conhecido como Tropicália. Este movimento proveniente do Brasil, na passagem da primeira para a segunda metade do século XX, foi o resultado da sistematização de diversos artistas interessados em pensar o Brasil a partir de uma visão histórica sobre a constituição identitária do nosso

país, sem voltar às costas para o mundo ocidental. A tropicália sistematizou toda uma intervenção chamando a atenção para os processos de constituição histórica do Brasil, sempre delineado a partir das suas contradições e movimentos políticos.

Percebe-se como o conceito de experiência formulado por Benjamin (1994) é uma importante fotografia do século XX, uma vez que ele pensa as articulações entre o estado de exceção e da democracia, entre as contradições da vida nas cidades grandes e nos campos, entre a vida da produção e a vida do consumo, entre a mais-valia e a improdutividade. Tudo isso fazendo parte da mesma sociedade.

Esses aspectos sinalizam os efeitos da representação da nossa sociedade e do nosso conhecimento a partir dos seus elementos de santificação. É diante desse cenário que a modernidade acaba por criar uma experiência com o tempo que já não mais marcado pela jornada da industrialização, ou pelo emprego da força de trabalho manual, mas pela melancolia de um sujeito que procura constituir-se a partir dos padrões de uma vida consumida pelo desejo de se satisfazer momentaneamente sem apurar os relevos do seu passado e, conseqüentemente da sua própria história.

4 AS TESES SOBRE A HISTÓRIA E A EPISTEMOLOGIA

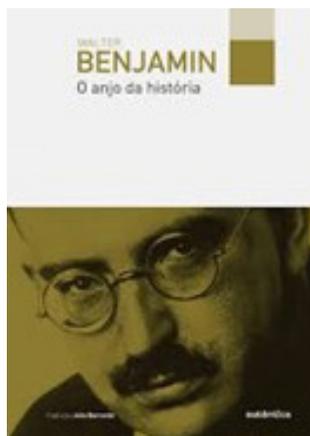
É nas teses sobre o conceito de história que Benjamin (2005) situa, com precisão a necessidade de um olhar crítico sobre a epistemologia a partir de um ponto de vista político. Para ele, a modernidade contém um duplo efeito. Por um lado, esse momento é marcado por fortes agitações sociais e políticas.

Essas agitações operam como sintomas de uma sociedade em constante transformação cujos efeitos são sinalizados pelo agravamento da luta entre as classes sociais, a descrença na hegemonia da razão e a melancolia do sujeito que vivencia os seus dias entre o trabalho e o consumo.

Da mesma forma, o outro aspecto desse duplo recai sobre a existência de dias cada vez mais monótonos, em que todos os conflitos são assistidos de um modo passivo. Eis, portanto, a necessidade de se percorrer os elementos da história no sentido de se pensar criticamente a nossa época.

As teses sobre a história são compostas por 18 aforismos nos quais Benjamin (2005) apresenta-nos suas visões sobre os sentidos e os significados dos processos históricos. No sentido de produzir um conhecimento político sobre este assunto Benjamin (2005) aponta que as necessidades críticas do nosso tempo, somente podem ser criticamente lidas a partir de uma leitura que embase a sustentação do pensamento crítico – fomentado pelo marxismo – como também pelos aspectos da teologia e das experiências estéticas.

FIGURA 28 – A CAPA DA EDIÇÃO BRASILEIRA DAS TESES SOBRE A HISTÓRIA



FONTE: <<https://bit.ly/37v2H6o>>. Acesso: 26 jan. 2021.

Em relação ao marxismo Benjamin (2005) adota, nestas teses, uma aproximação crítica, uma vez que ele reconhece a importância dessa epistemologia para uma leitura sobre os processos de contradições existentes na nossa sociedade, porém Benjamin (2005) entende que o marxismo também foi capturado pelo senso progressista de história e suas concepções lineares.

Com relação à teologia Benjamin (2005) percebe que esta forma de pensamento pode ser uma importante aliada, em relação às leituras sobre as dinâmicas históricas, uma vez que ela desenvolve o conceito de messianismo considerado como ponto relevante para o estudo das movimentações sociais, políticas e econômicas da modernidade.

Por fim, a estética é outra aliada de Benjamin (2005) responsável por operar uma intervenção estética sobre os modos pelos quais os sujeitos podem compreender as dinâmicas das suas práticas sociais.

Em especial, a primeira tese articula com precisão esses efeitos. Nela, podemos encontrar um Benjamin (2005) profundamente interessado em percorrer os contornos desses três efeitos, conforme pode-se ler abaixo:

Como se sabe, deve ter havido um autômato, construído de tal maneira que, a cada jogada de um enxadrista, ele respondia com uma contra jogada que lhe assegurava a vitória da partida. Diante do tabuleiro, que repousava sobre uma ampla mesa, sentava-se um boneco em trajes turcos, com um narguilé na boca. Um sistema de espelhos despertava a ilusão de que essa mesa de todos os lados era transparente. Na verdade, um anão corcunda, mestre do jogo do xadrez, estava sentado dentro dela e conduzia, por fios, a mão do boneco. Pode-se imaginar na filosofia uma contrapartida dessa aparelhagem. O boneco chamado “materialismo histórico” deve ganhar sempre. Ele pode medir-se, sem mais, com qualquer adversário, desde que tome a seu serviço a teologia que, hoje, sabidamente é pequena e feia e que, de toda maneira, não deve deixar ver (BENJAMIN, 2005, p. 41).

Conforme a citação sugere, encontramos nessa primeira tese a junção paradoxal do marxismo com a teologia em que se percebe, num primeiro momento, a existência do autômato como o próprio representante do marxismo. Entretanto, este marxismo é descrito por Benjamin (2005), como um marxismo vulgar, baseado nas suas leituras sobre os próprios processos vivenciados, desde a emergência da Revolução Russa.

Nesse sentido, a social democracia e o próprio stalinismo foram os responsáveis por transformar o marxismo em uma leitura mecânica da história, ou seja, limitado a compreendê-la sempre a partir de um ponto de vista linear e progressista, ou seja, como se a história, por si só conduzisse a toda resolução dos conflitos e contradições sociais. Como se ela fosse uma máquina responsável por nos conduzir automaticamente ao socialismo.

É nesse sentido que Benjamin (2005) sinaliza que, derrotar tal visão progressista de história, somente torna-se possível quando nos tornarmos capazes de construirmos um inventário capaz de interpretá-la a contrapelo derrotando, dessa maneira, todas as formas de fascismo.

FIGURA 29 – ILUSTRAÇÃO DA PRIMEIRA TESE SOBRE A HISTÓRIA



FONTE: <<https://revistacult.uol.com.br/home/seis-teses-sobre-as-teses/>>. Acesso em: 26 jan.2021.

Sem essa tripla relação entre política, história e conhecimento, todas as batalhas contra as formas de opressão estão fadadas ao fracasso, ou seja, a inexistência de um *espírito*, nesse autômato faz das lutas sociais apenas uma manifestação burocrática de um pseudo-embate contra a hegemonia que se contenta mais com a instauração de reformas do que com a profusão de uma verdadeira revolução cultural, política e ética.

Por fim, o pequeno anão que se encontra embaixo da mesa, seria a representação da teologia que, segundo Benjamin (2005), ainda era pequena demais para ser compreendida, na sua potencialidade.

É desse modo que podemos compreender as razões pelas quais as teses sobre a história se constituem como um portfólio, um receituário sobre essas relações acima enunciadas. Sem sombra de dúvida, este é o texto mais inquietante produzido por Benjamin (2005). Todas as teses ali levantadas são carregadas de simbolismos, alegorias e representações.

Toda essa articulação contribui para uma interpretação desse texto que, pode ser concluída à medida em que relacionamos a sua produção com os contextos sociais e políticos presentes na própria história de Benjamin (2005).

Conforme apontamos anteriormente, Benjamin pertencia a uma família judaica e, como tal, ele também foi uma das milhares de vítimas do sentimento antissemita que era vivenciado na Alemanha, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial.

Crítico sistemático do autoritarismo e do nazismo Benjamin acabou por optar pelo autoexílio no ano de 1933. Com isso, ele viveu algum tempo na França aonde produziu grande parte de sua obra e, recebera o convite de seu colega, o filósofo alemão Adorno para ir morar nos Estados Unidos. Para que essa trajetória tivesse êxito Benjamin teria de embarcar em um navio que sairia da Espanha, rumo a América. Entretanto, ao deparar-se com a notícia de que os colaboracionistas do governo espanhol estavam deportando todos os judeus daquele país, Benjamin acaba optando pelo suicídio dando fim a sua própria existência.

De certo modo, Benjamin (2005) anteviu todo o processo histórico pelos quais os acontecimentos políticos do seu tempo desencadearam. Essa constatação fora confirmada com a construção dos primeiros campos de concentração, do aparelhamento dos regimes fascistas e toda uma onda de perseguição étnica vivenciado na Europa.

Nesse sentido, é que as teses sobre a história refletem toda a angústia de um pensador atormentado pela sua própria época e pelos rumos pelos quais a visão linear e progressista da história estava tomando. O sistemático enfraquecimento das chamadas democracias ocidentais, o percurso de alienação dos sujeitos empreendidos pela cultura de massa e o fortalecimento dos regimes fascistas e nazistas o levaram a produzir esse texto que opera como um aviso, um alerta a todas as gerações futuras sobre os riscos do autoritarismo para a cultura ocidental.

FIGURA 30 – O POERTÃO DE AUSCHWITZ, ONDE SE PODE LER EM PORTUGÊS: “O TRABALHO LIBERTA”.



FONTE: <<http://bit.ly/3pCN1nC>>. Acesso: 26 jan. 2021.

Essa visão crítica da história enfatiza um olhar de suspeita sobre a modernidade. Na realidade, trata-se de procurar compreender que, os horizontes desse momento acabaram por produzir um forte impacto sobre as relações sociais, sentido sobretudo na crescente sensação de alienação e de prostração do sujeito que, sucumbe ante os encantamentos da tecnologia e permanece insensível aos desdobramentos políticos do autoritarismo.

Essa leitura é de fundamental importância para percebermos o papel necessário da problematização histórica dos elementos do nosso tempo presente, razão pela qual as análises sobre as teses da história constituem-se como imprescindíveis para os horizontes da epistemologia.

5 A REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA E O CONHECIMENTO

No ano de 1940, um dos maiores artistas e diretores do mundo, o inglês Charlie Chaplin (1889-1977) presenteou o mundo com uma das maiores sátiras sobre a política moderna. No Caso, Chaplin foi o responsável pela produção, direção e atuação no filme *The Great Dictator – O Grande Ditador* – uma película que retrata a ascensão de um personagem menor, pertencente ao exército da Tomânia – um país fictício, mas claramente inspirado na Alemanha – e sua, conseqüente obsessão pelo poder e pelo extermínio étnico dos judeus.

FIGURA 31 – CENA DO FILME, *O GRANDE DITADOR*

FONTE: <<https://www.cineset.com.br/classic-movies-o-grande-ditador-charlie-chaplin/>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Em determinado momento do filme, esse desejo pelo poder é demonstrado pelo personagem central, no qual ele diverte-se com um globo inflável, manuseando-o, tal qual uma criança brinca com o seu presente ganho no natal ou no aniversário.

O Grande Ditador é uma clara inspiração sobre as sínteses do autoritarismo não somente como prática de governo, mas também como modo de vida. Nesse sentido, tal filme é composto por uma alegoria de símbolos e imagens, responsável por levar ao grande público, ou melhor, as massas, toda a antevisão dos elementos estéticos acerca dos projetos fascistas presentes no mundo ocidental.

É diante desse cenário que o pensamento benjaminiano pode ser compreendido a partir dos seus estudos sobre a técnica e a epistemologia. A esse respeito Benjamin (2012), elabora a construção de um ensaio cujo título é *A Obra de Arte na Época da Sua Reprodutibilidade Técnica*, no qual ele ocupa-se a construir uma leitura materialista da arte a partir de um diálogo crítico com a filosofia e a história. Logo na primeira página desse texto, podemos ler que:

Quando Marx empreendeu a análise do modo de produção capitalista, esse modo de produção estava em seus primórdios. Marx orientou suas investigações de tal modo que adquiriram valor de prognóstico. Recuou às relações fundamentais da produção capitalista e apresentou-as de forma a delas resultar o que futuramente ainda poderia ser esperado pelo capitalismo. Deste era de se esperar não só uma exploração cada vez mais intensificada dos proletários, como também, finalmente, o estabelecimento das condições que tornariam possível a sua própria abolição (BENJAMIN, 2012, p. 9).

Tal qual essa citação sugere, o problema da análise crítica do capitalismo não se limita à compreensão estrutural deste sistema econômico, mas também aos seus efeitos de produção dos dispositivos de alienação presentes, desde a emergência da modernidade.

Isso significa que, o início do século XX, não foi apenas marcado pela rápida industrialização das grandes cidades e pelo aumento exponencial das relações de trabalho, mas viu proliferar os recursos da formação da sociedade de massa e da industrialização cultural. Dispositivos como o teatro, a música, a literatura e o cinema foram imprescindíveis para o fortalecimento desse processo.

De acordo com Miguel (2018), as sociedades de massa necessitam ser compreendidas a partir da sua relação entre a produção econômica, como também pelos seus efeitos da industrialização do próprio entretenimento. Este efeito é de suma importância para que seja situada a leitura promovida por Benjamin (2012) em torno da consciência histórica em uma época marcada pela reprodução e pelos efeitos da técnica como instrumentos de manipulação.

Nesse sentido, é correto afirmarmos que as teses levantadas por Benjamin (2012) sobre os processos de reprodução, compõem a performatividade do acesso ao entretenimento como um instrumento de manipulação e de controle sobre a população.

FIGURA 32 – O MINISTRO DA PROPAGANDA NAZISTA JOSEPH GOEBBELS (1897-1945)



FONTE: <<http://glo.bo/37v1z2p>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Um exemplo disso que falamos, foi desencadeado pelo projeto de expansão cultural e estética do nazismo, a partir da nomeação de Joseph Goebbels (1897-1945) como ministro da propaganda do governo alemão em 1933. Goebbels era um exímio orador e seguidor fanático dos ideais da supremacia ariana. À frente desse aparelho de Estado, ele instituiu uma série de medidas no sentido de procurar identificar a superioridade dos alemães em detrimento aos outros povos. Ele era convicto que de o povo alemão era a continuidade histórica de uma linhagem aristocrática, cujas origens remetiam à antiguidade greco-romana.

Segundo Kurtz (1997), esse projeto foi resultado direto de uma sistematização contínua cujos os efeitos foram sentidos sobre a produção de uma guerra cultural, tão importante quanto a guerra física, uma vez que o problema proposto por Goebbels era, não somente, a invasão e conquista territorial por parte do regime nazista, mas a propagação de uma consciência ideológica cuja

finalidade, seria a de justificar a existência do nazismo a partir da degeneração promovida por etnias consideradas, racialmente inferiores. Tal degeneração era responsável por se inscrever nos aspectos culturais e, conseqüentemente, nas artes como um todo.

FIGURA 33 – EXPOSIÇÃO *ENTARTETE KUNST* – EM PORTUGUÊS A ARTE DEGENERADA – DE 1937



FONTE: <<http://bit.ly/3aAQdMv>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Este foi o caso da exposição *Entartete Kunst*, ou *Arte Degenerada* organizado pelo Ministério da Propaganda Nazista na cidade de Munique no ano de 1937. Tal exposição reunia o número de 650 obras produzidas por artistas, quase todos judeus, e que haviam sido confiscadas pelo III Reich.

Ao lado das obras desses artistas, o governo nazista tratou de colocar fotos de indivíduos portadores de deficiências físicas e intelectuais. O objetivo de tal arte consistia em relacionar a própria produção estética dos movimentos de vanguarda, como o surrealismo, aos aspectos ligados a irracionalidade e a própria degeneração da espécie humana, por conta do viés biológico e racial, tão comuns nessa época, nas análises empreendidas pelas ciências naturais e também pelas próprias ciências humanas.

A exposição da *Arte Degenerada* acaba por se constituir como um importante documento do estreito vínculo entre o propagandismo político e ideológico, como também as raízes científicas do darwinismo social e da própria arte.

Esses elementos são de fundamental importância para pensarmos as problematizações elaboradas por Benjamin (2012) sobre as perspectivas da reprodutibilidade técnica, cujo foco recai sobre dois aspectos principais: em primeiro lugar, desconstruir a visão de que a cultura do entretenimento não possui qualquer implicação política e ideológica, pois na realidade todos os elementos estéticos são carregados de conotação política, de visões de mundo e, conseqüentemente de paradigmas que refletem a época em que cada produto artístico é desenvolvido. O segundo aspecto reflete, o diagnóstico empreendido por

Benjamin (2012) sobre a produção do conhecimento, retirando-o de uma posição de neutralidade e, inserindo-o no debate sobre os rumos e as responsabilizações daquilo que pensamos e, também, do conhecimento que produzimos.

FIGURA 34 – CARTA DO FILME APOCALIPSE NOW



FONTE: <<https://escrita.art.br/apocalypse-now-um-filme-psicodelico/>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Nesse sentido, um dispositivo como o cinema, pode ser visto, a partir de Benjamin (2012), como um recurso necessário para uma elaboração sistemática em torno da nossa forma de pensar e de agir no mundo. Isso significa que os filmes, devem ser vistos como possíveis linguagens interpretativas da nossa condição humana, científica e tecnológica.

Mais do que nos servir ao relaxamento ou a distração, o papel da arte é nos levar a afetação por meio de uma linguagem que não seja tão explicativa, mas sim poética. Esse efeito pode nos conduzir a uma maior problematização dos aspectos relacionados à condução da política, os rumos da ciência e demais estratégias localizadas a partir dos nossos dilemas contemporâneos. Por conta de tais aspectos é que o pensamento benjaminiano torna-se fundamental para percebermos essa conexão.

LEITURA COMPLEMENTAR**A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE WALTER BENJAMIN**

Michael Löwy

Estamos habituados a classificar as diferentes filosofias da história em consonância com seu caráter progressista ou conservador, revolucionário ou nostálgico em relação ao passado. Walter Benjamin escapa a tais classificações. Trata-se de um crítico revolucionário da filosofia do progresso, um adversário marxista do "progressismo", um nostálgico do passado que sonha com o futuro.

A recepção de Benjamin, sobretudo na França, interessou-se prioritariamente pela vertente estética de sua obra, com certa propensão a considerá-lo, sobretudo, historiador da cultura ou crítico literário. Ora, sem negligenciar esse aspecto, se faz necessário evidenciar o alcance muito mais vasto de seu pensamento, o qual visa nada menos que uma nova compreensão da história humana. Os escritos sobre arte ou literatura só podem ser compreendidos em relação a essa visão de conjunto a iluminá-los de seu interior.

A filosofia da história de Walter Benjamin bebe em três fontes diferentes: o romantismo alemão, o messianismo judeu e o marxismo. Não é uma combinação ou "síntese" dessas três perspectivas (aparentemente) incompatíveis, mas a invenção, a partir delas, de uma nova concepção, profundamente original.

A expressão "filosofia da história" pode induzir a erro. Não há, em Benjamin, um sistema filosófico: toda sua reflexão toma a forma do ensaio ou fragmento — quando não se trata da citação pura e simples, com passagens retiradas de contexto e colocadas a serviço de sua própria dinâmica. Qualquer tentativa de sistematização é, portanto, problemática e incerta. As breves notas a seguir são apenas algumas pistas de pesquisa.

Na literatura sobre Benjamin, deparamo-nos, frequentemente, com dois erros simétricos, que devem ser evitados a todo custo: o primeiro consiste em dissociar, por meio de uma operação (no sentido clínico do termo) de "corte epistemológico", a obra de juventude "idealista" e teológica da "materialista" e revolucionária da maturidade; o segundo, em contrapartida, encara sua obra como um todo homogêneo e não leva absolutamente em consideração a alteração profunda trazida, por volta dos anos 20, pela descoberta do marxismo. Para compreender o movimento do seu pensamento, é preciso, pois, considerar simultaneamente a continuidade de certos temas essenciais e as diversas curvas e rupturas que pontilham sua trajetória intelectual e política.

Poderíamos tomar como ponto de partida a conferência de 1914 sobre "A Vida dos Estudantes" que apresenta, de chofre, algumas das principais linhas de força de tal trajetória. As observações que abrem esse ensaio contêm uma amostra surpreendente de sua filosofia messiânica da história:

Confiante no infinito do tempo, certa concepção da história discerne apenas o ritmo mais ou menos rápido, segundo o qual homens e épocas avançam no caminho do progresso. Donde o caráter incoerente, impreciso, sem rigor, da exigência dirigida ao presente. Aqui, ao contrário, como sempre têm feito os pensadores, apresentando imagens utópicas, vamos considerar a história à luz de uma situação determinada que a resume em um ponto focal. Os elementos da situação final não se apresentam como tendência progressista informe, mas, a título de criações e ideias em enorme perigo, altamente desacreditadas e ridicularizadas, incorporam-se de maneira profunda a qualquer presente [...] Essa situação [...] só é apreensível na sua estrutura metafísica, como o reino messiânico ou a ideia revolucionária, no sentido de 89 (1).

Imagens utópicas — messiânicas e revolucionárias — contra a "informe tendência progressista": estão aí colocados, em resumo, os termos do debate que Benjamin realizará ao longo de toda a sua obra. Como vai se articular, mais tarde, essa primeira intuição com o materialismo histórico?

É a partir de 1924, quando lê História e consciência de classe, que o marxismo vai gradualmente se tornar um elemento-chave da concepção da história. Em 1929, Benjamin se refere ainda ao ensaio de Lukacs como um dos raros livros que permanecem vivos e atuais: "A obra mais acabada da literatura marxista. Sua singularidade se fundamenta na segurança com a qual apreendeu, de um lado a situação crítica da luta de classes na situação crítica da filosofia e, de outro, a revolução, a partir de agora concretamente madura, como a pré-condição absoluta, ou até mesmo a realização e a conclusão do conhecimento teórico" (2).

Esse texto mostra qual é o aspecto do marxismo que mais interessa a Benjamin e vai aclarar com uma luz nova sua visão do processo histórico: a luta de classes. No entanto, o materialismo histórico não vai substituir suas intuições "anti-progressistas", de inspiração romântica e messiânica; vai se articular com elas, ganhando, dessa maneira, uma qualidade crítica que o distingue radicalmente do marxismo "oficial" dominante na época.

Tal articulação se manifesta pela primeira vez no livro *Sens unique*, escrito entre 1923 e 1926, onde se encontra, sob o título "*Avertisseur d'incendie*", essa premonição histórica das ameaças do progresso: se a derrubada da burguesia pelo proletariado "não se realiza antes de um momento quase calculável da evolução técnica e científica (indicado pela inflação e pela guerra química), tudo está perdido. É preciso cortar o pavio que queima antes que a fâsca atinja a dinamite" (3).

Contrariamente ao marxismo evolucionista vulgar, Benjamin não concebe a revolução como o resultado "natural" ou "inevitável" do progresso econômico e técnico (ou da "contradição entre forças e relações de produção"), mas como a interrupção de uma evolução histórica que conduz à catástrofe.

É porque percebe esse perigo catastrófico que Benjamin invoca o pessimismo em seu artigo de 1929 sobre o surrealismo, um pessimismo revolucionário que não tem nada a ver com a resignação fatalista e ainda menos com o *Kulturpessimismus* alemão, conservador, reacionário e pré-fascista (Carl Schmitt, Oswald Spengler, Moeller van der Bruck): o pessimismo aqui está a serviço da emancipação das classes oprimidas. Sua preocupação não é o "declínio" das elites ou da nação, mas as ameaças que o progresso técnico e econômico promovido pelo capitalismo faz pesar sobre a humanidade.

Nada parece mais ridículo aos olhos de Benjamin que o otimismo dos partidos burgueses e da social democracia, cujo programa político não é outra coisa que "um mau poema de primavera". Contra esse "otimismo sem consciência", esse "otimismo de diletantes", inspirado pela ideologia do progresso linear, ele descobre no pessimismo o ponto de convergência efetiva entre surrealismo e comunismo (4). É evidente que não se trata de um sentimento contemplativo, mas de um pessimismo ativo, "organizado", prático, inteiramente dedicado ao objetivo de impedir, por todos os meios possíveis, a chegada do pior.

Perguntamo-nos a que pode se referir o conceito de pessimismo aplicado aos comunistas: sua doutrina em 1928, celebrando os triunfos da construção do socialismo na URSS e a queda iminente do capitalismo, não é precisamente um belo exemplo de ilusão otimista? De fato, Benjamin tomou emprestado o conceito de "organização do pessimismo" de uma obra qualificada por ele como "excelente", *La révolution et les intellectuels* (1926), do comunista dissidente Pierre Naville. Próximo dos surrealistas (tinha sido um dos redatores da revista *La Révolution Surréaliste*), Naville fizera naquele momento a opção do engajamento político no partido comunista francês e queria dividi-la com seus amigos.

Ora, para Pierre Naville, o pessimismo, que constitui "a fonte do método revolucionário de Marx", é o único meio de "escapar às nulidades e às desventuras de uma época de compromisso". Recusando o "grosseiro otimismo" de um Herbert Spencer — a quem gratifica com o amável qualificativo de "cérebro monstruosamente diminuído" — ou de um Anatole France, cujas "infames brincadeiras" não suporta, conclui: "é preciso organizar o pessimismo", "a organização do pessimismo" é a única palavra de ordem que nos impede de enfraquecer (5).

Torna-se inútil precisar que tal apologia apaixonada do pessimismo era muito pouco representativa da cultura política do comunismo francês na época. De fato, Pierre Naville seria logo excluído (1928) do partido: a lógica de seu anti-otimismo o conduzirá às fileiras da oposição comunista de esquerda ("trotskista"), da qual se tornará um dos principais dirigentes.

A filosofia pessimista da história de Benjamin se manifesta de maneira particularmente aguda em sua visão do futuro europeu: "Pessimismo em toda a linha. Sim, na verdade, e totalmente. Desconfiança quanto ao destino da literatura, desconfiança quanto ao destino da liberdade, desconfiança quanto ao destino

do homem europeu, mas, sobretudo desconfiança tripla diante de qualquer acomodação: entre as classes, entre os povos, entre os indivíduos. E confiança ilimitada apenas na I. G. Farben e no aperfeiçoamento pacífico da Luftwaffe" .

Essa visão crítica permite a Benjamin perceber — intuitivamente, mas com uma estranha acuidade — as catástrofes que esperavam a Europa, perfeitamente resumidas na frase irônica sobre a "confiança ilimitada". Evidentemente, mesmo ele, o mais pessimista de todos, não podia prever as destruições que a *Luftwaffe* iria infligir às cidades e populações civis europeias; e ainda menos imaginar que a I. G. Farben, passados apenas 12 anos, se destacaria pela fabricação do gás Ziklon B utilizado para "racionalizar" o genocídio, e que suas fábricas empregariam, na casa das centenas de milhares, a mão-de-obra de prisioneiros de campos de concentração. Entretanto, único entre os pensadores e dirigentes marxistas daqueles anos, Benjamin teve a premonição dos monstruosos desastres que podia engendrar a civilização industrial/burguesa em crise.

É, sobretudo no Livro das passagens parisienses e nos diferentes textos dos anos 1936-40 que Benjamin vai desenvolver sua visão da história, dissociando-se, de modo mais ou menos radical, das "ilusões de progresso" hegemônicas no seio do pensamento de esquerda alemã e europeia. Em um artigo publicado em 1937 na célebre *Zeitschrift für Sozialforschung*, a revista da Escola de Frankfurt (já exilada nos Estados Unidos), dedicado ao historiador e colecionador Eduard Fuchs, ele ataca o marxismo social democrata, mistura de positivismo, evolucionismo darwinista e culto do progresso: "Ele não podia ver na evolução da técnica outra coisa a não ser o progresso das ciências naturais e não a regressão social [...]. As energias que a técnica desenvolve para além desse limite são destrutivas. Colocam em primeira linha a técnica da guerra e sua preparação pela imprensa" (7).

O objetivo de Benjamin é aprofundar e radicalizar a oposição entre o marxismo e as filosofias burguesas da história, aguçar seu potencial revolucionário e elevar-lhe o conteúdo crítico. É nesse espírito que define, de maneira decisiva, a ambição do projeto das Passagens parisienses: "Podemos considerar também como finalidade seguida metodologicamente neste trabalho a possibilidade de um materialismo histórico que tenha aniquilado (*annihiliert*) em si mesmo a ideia de progresso. É justamente se opondo aos hábitos do pensamento burguês que o materialismo histórico encontra suas fontes" (8). Tal programa não implicava qualquer "revisionismo", mas, ao contrário, como Karl Korsch tentara fazer em seu próprio livro — uma das principais referências de Benjamin — um retorno ao próprio Marx.

Benjamin estava consciente de que essa leitura do marxismo mergulhava suas raízes na crítica romântica da civilização industrial, mas estava convencido de que Marx também tinha se inspirado nessa fonte. Encontra um apoio para tal interpretação heterodoxa das origens do marxismo em Karl Marx (1938) de Korsch: "De modo muito acertado e não sem nos fazer pensar em Maistre e Bonald, Korsch diz o seguinte: 'Assim, na teoria do movimento operário moderno, também, há uma parte da "desilusão" que, depois da grande Revolução francesa, foi proclamada pelos primeiros teóricos da contra-revolução e, em seguida, pelos românticos alemães e que, graças a Hegel, teve forte influência sobre Marx"' (9).

A formulação mais espantosa e radical da nova filosofia da história — marxista e messiânica — de Walter Benjamin se encontra, indubitavelmente, nas *Thèses sur le concept d'histoire*, de 1940, um dos documentos mais importantes do pensamento revolucionário desde as Teses sobre Feuerbach, de 1845.

A exigência fundamental de Benjamin é escrever a história a contrapelo, ou seja, do ponto de vista dos vencidos — contra a tradição conformista do historicismo alemão cujos partidários entram sempre "em empatia com o vencedor" — Tese VII (10).

É evidente que a palavra "vencedor" não faz referência a batalhas ou guerras habituais, mas à "guerra de classes", na qual um dos campos, a classe dirigente, "não cessou de vencer" (Tese VII) os oprimidos — desde Spartacus, o gladiador rebelde, até o grupo Spartacus de Rosa de Luxemburgo, e desde o *Imperium* romano até o *Tertium Imperium* nazista.

O historicismo se identifica enfaticamente (*Einführung*) com as classes dominantes. Ele vê a história como uma sucessão gloriosa de altos fatos políticos e militares. Fazendo o elogio dos dirigentes e prestando-lhes homenagem, confere-lhes o estatuto de "herdeiros" da história passada. Em outros termos, participa — como essas pessoas que levantam a coroa de louros acima da cabeça do vencedor — de um "cortejo triunfal em que os senhores de hoje caminham por sobre o corpo dos vencidos" (Tese VII).

A crítica que Benjamin formula contra o historicismo se inspira na filosofia marxista da história, mas tem também origem nietzschiana. Em uma obra de juventude, *Da utilidade e da inconveniência da história* (citada na Tese XII), Nietzsche ridiculariza a "admiração nua pelo sucesso" dos historicistas, sua "idolatria do factual" (*Götzerdienste des Tatsächlichen*) e a tendência a se inclinarem diante da "pujança da história". Já que o Diabo é o senhor do sucesso e do progresso, a verdadeira virtude consiste em insurgir-se contra a tirania da realidade e nadar contra a corrente histórica.

Existe uma ligação evidente entre esse panfleto de Nietzsche e a exortação de Benjamin para escrever a história *gegen den Strich*. No entanto, as diferenças não são menos importantes: enquanto a crítica nietzschiana ao historicismo se faz em nome da "Vida" ou do "Indivíduo heróico", a de Benjamin fala em nome dos vencidos. Na sua condição de marxista, ele se situa no lado oposto ao elitismo aristocrático de Nietzsche e escolhe identificar-se com os "danados da Terra", os que jazem sob as rodas desses carros majestosos e magníficos chamados Civilização ou Progresso.

FONTE: <<http://bit.ly/2M6sA4R>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu que:

- Walter Benjamin elaborou uma dura crítica em relação à modernidade e a técnica.
- A crítica produzida por Benjamin sinaliza a necessidade de percebermos a história a partir das suas contradições.
- Experiência e pobreza têm a ver com a impossibilidade do sujeito na modernidade, perceber as transformações de sua época, dada a sua incompreensão histórica.
- A reprodutibilidade técnica e o conhecimento passam pela possibilidade de enxergarmos a arte para além do mero entretenimento.



Ficou alguma dúvida? Construímos uma trilha de aprendizagem pensando em facilitar sua compreensão. Acesse o QR Code, que levará ao AVA, e veja as novidades que preparamos para seu estudo.





- 1 Walter Benjamin enxerga na Modernidade, um período de decadência do pensamento crítico. Neste sentido, é CORRETO afirmar que:
- a) () As ciências humanas devem proceder uma leitura histórica sobre o processo de construção do conhecimento.
 - b) () Ideologia e política são conceitos sem relevância para Benjamin.
 - c) () A maior influência epistemológica de Benjamin foi o positivismo.
 - d) () O inconsciente não recebe um tratamento adequado dentro do pensamento construído por Benjamin.
- 2 As Teses sobre a História são um dos escritos mais importantes construídas por Benjamin. Sobre o papel das teses sobre a história é INCORRETO afirmar que:
- a) () Os processos históricos possuem relevância para o contexto das ciências humanas.
 - b) () As dezessete teses sobre a história são perfiladas pela relação entre o pensamento de esquerda e a teologia.
 - c) () Um importante conceito é encontrado nas teses de história, no caso o estado de exceção.
 - d) () A ideologia é um dispositivo sem importância para as análises históricas.
- 3 As primeiras décadas do século XX foram marcadas por acontecimentos dramáticos para todo o mundo ocidental. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA:
- a) () A Guerra do Vietnã, foi decisiva para que Benjamin construísse as suas leituras sobre a experiência na Modernidade.
 - b) () A Guerra da Coreia, foi decisiva para que Benjamin construísse as suas leituras sobre a experiência na Modernidade.
 - c) () A Guerra do Afeganistão, foi decisiva para que Benjamin construísse as suas leituras sobre a experiência na Modernidade.
 - d) () A Primeira Guerra Mundial, foi decisiva para que Benjamin construísse as suas leituras sobre a experiência na Modernidade.

- 4 Disserte sobre em que sentido Benjamin pensa a arte, como um dispositivo do pensamento?
- 5 Uma das maiores influências sobre o pensamento de Benjamin, foram os movimentos de vanguarda presentes nas artes do início do século XX. Qual o interesse de Benjamin em relação a estes movimentos? Justifique:

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, L. **O Futuro dura muito tempo; seguido de os fatos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, W. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BENJAMIN, W. **Imagens do pensamento**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. *In*: LÖWY, M. (org.) **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. São Paulo: Biotempo, 2005, p. 41-146.

BENJAMIN, W. **A Obra de Arte na Época da Sua Reprodutibilidade Técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2012.

COELHO, C. M. S. Psicanálise e laço social: uma leitura do Seminário 17. **Mental**, Barbacena, v. 4, n. 6, p. 107-121, jun. 2006. Disponível em: <http://bit.ly/3uid9Ys>. Acesso em: 14 jan. 2021.

COIMBRA, M. L. S. O Retorno a Freud de Lacan. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 29, n. 54, p. 29-36, set. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952007000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jan. 2021.

DUMÉZIL, G. **Do Mito ao romance**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história das violências nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1999a.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

FREITAS, T. M. *Erfahrung e Erlebnis* em Walter Benjamin. **Revista Garrafa**, v. 12, n. 36, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/7918/6380>. Acesso em: 26 jan. 2021.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KURTZ, A. A Teoria Crítica E O Cinema De Propaganda Totalitária: convergências entre o Nazifascismo e a Indústria Cultural (e algumas palavras sobre Riefenstahl e o pós-moderno). **Intexto**, v.1, n.1, p. 1-13, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/3297/3943>. Acesso em: 27 jan. 2020.

LACAN, J. **Seminário 17** - o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LOWY, M. A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, p. 199-206, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2M6sA4R>. Acesso em: 27 jan. 2021.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MIGUEL, M. O Corpo Das Massas Na Era Da Reprodutibilidade Técnica. **Kriterion**, v. 59, n.139, p. 195-214, Jan. 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2018000100195&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jan. 2021.

NIETZSCHE, F. W. Sobre verdade e mentira no sentido extramoral. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Obras incompletas).

RATZEL, F. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1990.

SAFATLE, V. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte, Grupo Autêntica, 2017.

SANTOS, D.R. Contrapontos à noção de epistemologia de Sartre. **Prometheus - Journal of Philosophy**, Sergipe, v. 4, n. 7, jan. 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/769>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SARTRE, J. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

VIVAR Y SOLER, R. D. de. Por uma história política dos sistemas de pensamento em Nietzsche e Foucault. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 347-348, jul./dez. 2009. (Resenha). <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/11092/11379>. Acesso em: 14 jan. 2021.

LEITURAS DO CONTEMPORÂNEO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- Entender o momento de crise das sociedades democráticas a partir do pensamento de Giorgio Agamben.
- Analisar a relevância da epistemologia da desconstrução empreendida por Jacques Derrida.
- Desenvolver um olhar crítico sobre o processo de constituição do fetichismo da mercadoria a partir de Bauman.
- Compreender os desdobramentos da epistemologia da psicanálise a partir de Elisabeth Roudinesco.
- Delimitar o processo de emergência histórica da necropolítica.
- Aprender sobre a relevância dos estudos de gênero para o campo da epistemologia.
- Analisar as correlações entre o neoliberalismo e a precarização do trabalho.
- Percorrer os contornos da relevância sobre a epistemologia, a educação e a ciência.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos. No decorrer da unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – AS LEITURAS EPISTEMOLÓGICAS DO CONTEMPORÂNEO

TÓPICO 2 – EPISTEMOLOGIA, PSICANÁLISE E NECROPOLÍTICA

TÓPICO 3 – POLÍTICA, EPISTEMOLOGIA E CONTEMPORANEIDADE



Preparado para ampliar seus conhecimentos? Respire e vamos em frente! Procure um ambiente que facilite a concentração, assim absorverá melhor as informações.

AS LEITURAS EPISTEMOLÓGICAS DO CONTEMPORÂNEO

1 INTRODUÇÃO

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2010a) costuma referir-se à contemporaneidade como uma atitude política e ética da nossa atualidade. A contemporaneidade não é só uma demarcação histórica, mas sim um posicionamento necessário referente aos mais variados contextos do saber.

FIGURA 1 – GIORGIO AGAMBEN



FONTE: <<https://bit.ly/37Dozfl>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

As experiências do mundo contemporâneo refletem os inúmeros desafios colocados na produção do campo epistemológico. Desde a sustentabilidade ambiental, passando pelas sucessivas crises econômicas e democráticas, até a emergência dos regimes de governamentalização dos algoritmos, refletem o necessário comprometimento por parte de saberes, como a psicologia no sentido de se ilustrar um quadro dos processos de subjetivação presentes nas dimensões éticas, afetivas sociais e políticas.

Nesse sentido, é necessário percorrermos esses limites por meio da contribuição de uma constelação de autores e perspectivas críticas que operam sob a ótica de um caleidoscópio necessário às ciências humanas e da saúde.

Os elementos estratégicos e conceituais da epistemologia contemporânea dos saberes psicológicos percorrerão os caminhos da leitura das formas de formação dos estados de exceção em Giorgio Agamben. Esse elemento é de fundamental importância para relacionarmos os tensionamentos entre os dispositivos biopolíticos e os processos de subjetivação.

Da mesma forma percorreremos os contornos da epistemologia da desconstrução desde a contribuição da filosofia de Jacques Derrida. Essa proposta torna-se relevante no sentido de situarmos, nos seus relevos, a capilaridade da crítica empreendida por Derrida em torno da sua crítica necessária aos processos de logocentrismos produzidos pela epistemologia moderna.

Por fim, o terceiro momento deste tópico reflete as contribuições desenvolvidas pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman em relação aos elementos de formação de uma subjetivação e sociedade líquida a partir das transformações das práticas sociais no mundo contemporâneo por meio da comercialização não somente das mercadorias, mas das próprias relações humanas.

2 AS CRISES DAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS E A FORMAÇÃO DOS ESTADOS DE EXCEÇÃO: DIÁLOGOS A PARTIR DE AGAMBEN

Há um consenso mais ou menos tácito de que as democracias contemporâneas estão ligadas originalmente ao modelo fundante da democracia grega. Da Grécia Clássica teríamos herdado os conceitos e categorias centrais para a prática política, para as formas de governo e para o exercício da democracia.

Desde o modelo da ágora, espaço de exercício da democracia direta, aos conceitos de cidadania encarnados na pólis, lugar da vida política, a qual segundo a definição de Aristóteles define o homem como animal político. Este modelo teria sido gradativamente reintroduzido na Europa a partir do Renascimento, convertendo os gregos antigos em referência cultural e política para a modernidade.

FIGURA 2 – A POLIS GREGA



FONTE: <<http://bit.ly/37BVwcm>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

Ao longo dessa trajetória histórica que marca a Idade Moderna, após um processo gradativo de lutas de emancipação, a exemplo da Revolução Francesa, os súditos das monarquias absolutistas teriam conquistado finalmente a condição de cidadãos.

De acordo com a definição jurídica de nosso tempo, cidadãos seriam aqueles dotados de direitos e garantias constitucionais inalienáveis, como o direito à vida, à liberdade e à igualdade. E, em oposição a este estado democrático de direito, encontraríamos o que se poderia definir como *estado de exceção*, um estado anômalo que escaparia à norma jurídica, o qual, quando deflagrado, desestruturaria o estado de funcionamento considerado natural à ordem democrática.

Segundo essa compreensão da história da democracia, da Grécia Antiga aos tempos atuais, toda expressão de contraposição à normalidade democrática se configuraria assim, como uma experiência externa à própria democracia. Desse modo, experiências como o fascismo só poderiam ser explicadas como uma expressão política de natureza absolutamente distinta da democracia.

Giorgio Agamben, filósofo italiano, apresenta uma tese bastante distinta do papel da democracia e sua relação com o estado de exceção no século XX, procurando demonstrar como duas formas políticas absolutamente antitéticas (como os fascismos e a democracia) partilham uma estrutura comum na modernidade, a qual poderia ser melhor definida pelo conceito foucaultiano de biopolítica.

Segundo Agamben (2010a), nosso paradigma contemporâneo, portanto, não seria mais baseado no espaço da pólis, mas em outro tipo de espaço construído entre as duas guerras mundiais: o campo de concentração. Tal espaço seria o paradigma político da contemporaneidade, ao mesmo tempo em que se configuraria como espaço por excelência do exercício da biopolítica.

Para compreendermos melhor os sentidos desta constatação, é necessário acompanharmos mais de perto a trajetória da tese desenvolvida por Giorgio Agamben (2010a), a qual tem como centro de análise uma figura denominada, desde o direito romano arcaico, de *Homo Sacer*.

Na primeira obra da série *Homo Sacer*, cujo subtítulo é *O poder soberano e a vida nua* (2010a), encontramos uma análise de dois conceitos com que os gregos clássicos definiam a vida: *zoé* e *bíos*. O primeiro diz respeito ao que Agamben denomina de vida nua, ou seja, a vida natural, biológica, um tipo de vida que não é ainda objeto da política.

O segundo diz respeito à vida na pólis, um tipo de vida qualificada, a qual indicaria uma maneira de viver em particular, a qual só pode ser reconhecida como dotada de sentido político. Assim, conclui-se que a vida natural (*zoé*) – portanto, tudo o que diz respeito à vida biológica, à sexualidade, às formas de reprodução – estava excluída da pólis. Em suma, estes aspectos da vida natural não eram objeto da política, não sendo, também, objeto de governo, ficando limitados à esfera da casa ou da família (o *óikos*).

O que interessa para Agamben, ao recuperar esta forma de distinção da vida entre *zoé* e *bíos*, é demonstrar que, diferente da ideia de uma continuidade entre o paradigma grego e o paradigma moderno da política, a modernidade foi fundada a partir da inclusão da *zoé*, a vida biológica, no interior das formas de governo.

Foi fundada, portanto, a partir de uma visão biopolítica da vida, o que significa que a grande novidade do paradigma político moderno é a inclusão da vida natural nos cálculos do poder, a conversão da vida nua em objeto da política. Seguindo as pistas indicadas por Michel Foucault e Hannah Arendt, Agamben (2010a) procura amplificar a noção de que as formas de governo da vida biológica são a grande novidade da modernidade. Em outros termos, “o ingresso da *zoé* na esfera da *pólis*, a politização da vida nua como tal constitui o evento decisivo da modernidade” (AGAMBEN, 2010a, p. 12).

Um segundo aspecto importante na investigação de Agamben (2010a) é o reconhecimento de que a vida nua, a vida biológica e natural, por ter permanecido em uma zona de indeterminação política e jurídica entre os gregos, abrirá espaço para o aparecimento de uma figura, no direito romano arcaico, denominada *Homo Sacer*.

Tal figura incorpora essa condição de indeterminação, na medida em que se trata de um tipo de vida considerada, ao mesmo tempo, insacrificável e matável.

Insacrificável, pois sua condição religiosa é a de alguém que já pertence aos deuses, não possuindo valor sacrificial de acordo com os costumes religiosos. Matável, pois se trata de uma categoria que se encontra proscria das leis da cidade, a tal ponto que a quem o matar não se pode imputar pena alguma, posto que não constituiria o crime de assassinato (ou parricídio na compreensão romana) por se tratar de um personagem não inscrito na lei.

Ao mesmo tempo em que se encontra fora da lei que organiza o sacrifício aos deuses, encontra-se fora da lei dos homens. Trata-se, assim, de uma categoria de sujeito que se encontra em um estado absoluto de exceção, em cuja vida se reconhece não somente a vida nua, mas uma espécie de limbo, espaço indeterminado entre vida nua e vida qualificada.

É a partir deste personagem ambíguo que Agamben (2010a) consegue extrair uma análise perspicaz do desenvolvimento do poder soberano e do Estado na modernidade. Em linhas gerais, pode se afirmar que o poder soberano é responsável por incluir a vida nua no interior do espaço da cidade (da civilização, da *pólis*, do Estado) na modernidade. Tal inclusão significa ao mesmo tempo uma exclusão, pois o que se inclui com a vida nua do *homo sacer* é nada menos que o direito fornecido ao soberano de matar.

O que entra em jogo na modernidade, a partir de então, é nada menos do que a inclusão da vida biológica na política (já constatada por Michel Foucault) e a conversão da vida humana, de uma vida qualificada (*bíos*) para uma vida definida politicamente por sua condição biológica e por sua matabilidade.

É neste sentido que o campo de concentração substitui a *pólis* como paradigma político da vida contemporânea. Nos livros *Estado de Exceção* (2004) e *O que resta de Auschwitz* (2008), continuação da série *Homo Sacer*, Agamben procura demonstrar como o **estado de exceção** se converteu na política contemporânea em uma **regra** de governo, tanto na gestão de Estados totalitários quanto democráticos.

FIGURA 3 – OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO



FONTE: <<https://conhecimentocientifico.r7.com/campos-de-concentracao/>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

O que chama a atenção de Agamben (2004) é que o **estado de exceção** abre um conjunto de paradoxos na política e no direito moderno. O principal deles é o fato de que o estado de exceção não tem forma jurídica, na medida em que não é uma regra positiva do direito, mas uma exceção que aparece em circunstâncias negativas, de crise política, a exemplo da guerra civil, da insurreição e da resistência (AGAMBEN, 2004).

Ele não faz parte da regra jurídica, não é um direito especial (como o direito de guerra), mas equivale a sua suspensão e, nesse sentido, é um conceito limite que delimita os contornos da ordem jurídica.

Contudo, encontramos alguns fatos que demonstram como essa contradição do **estado de exceção**, entre um fato político (a guerra civil) e o direito público, converte-se em técnica de governo na contemporaneidade, inicialmente em Estados totalitários. Um dos melhores exemplos fornecidos por Agamben (2004) é a “guerra civil legal” estabelecida pelo Estado Nazista a partir do *Decreto para a proteção do povo e do Estado* promulgado por Hitler em 1933.

O decreto nunca foi revogado, de modo que todo o Terceiro Reich pode ser considerado, do ponto de vista jurídico, como um estado de exceção que durou 12 anos. O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só de adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p. 12-13).

Assim, duas constatações serão centrais para demonstrar como o estado de exceção irá se ligar à democracia:

- O estado de exceção moderno tem seu nascimento na tradição democrático-revolucionária, mais precisamente nos decretos napoleônicos do estado de sítio, e não na tradição absolutista.
- O surgimento do estado de exceção como regra política e técnica de governo nas democracias ocidentais aparece entre 1934 e 1948 a partir das experiências da Segunda Guerra Mundial, devido à progressiva expansão dos poderes do executivo e do estado de exceção que a acompanhou. Particularmente, a partir das teorias jurídicas de Carl Schmitt, jurista e membro do Partido Nazista que, já em 1921, colocava a questão da “ditadura constitucional” e o primeiro estudo das relações entre estado de exceção e soberania (AGAMBEN, 2004).

Contudo, um evento central irá demarcar, seja como fato político, seja como regra jurídica, a inclusão do estado de exceção como técnica de governo: como já enunciado anteriormente, trata-se dos campos de concentração.

Em *O que resta de Auschwitz* (2008) Agamben aprofunda a análise da função paradigmática do campo para a modernidade e seus reflexos na função do testemunho dos sobreviventes.

A partir do testemunho de Primo Levi, judeu sobrevivente de Auschwitz, Agamben procura demonstrar como um tipo de personagem específico do campo de concentração é responsável por redefinir um novo limiar do que seja um sujeito humano.

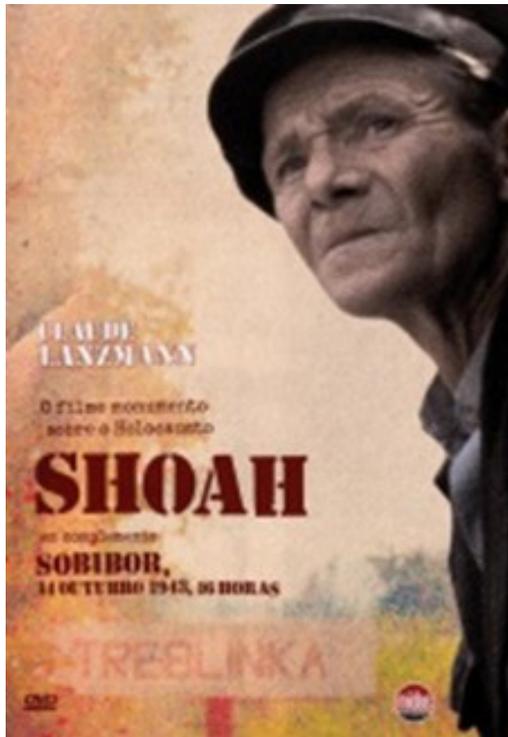
Este personagem recebe entre os prisioneiros do campo o apelido de *muselmann* (muçulmano), pois sua condição de desnutrição e fragilidade era tamanha que muitas vezes permaneciam prostrados no chão como se estivessem em atitude de oração (AGAMBEN, 2008).

O muçulmano seria aquele que atravessou o limiar da vida e, por ter perdido todas as características de sua humanidade, desde seu aspecto físico degradado até a total ausência de dignidade, assemelhava-se a um morto-vivo.

Levi procura demonstrar como este personagem recoloca a impossibilidade do testemunho da vida nos campos, na medida em que o silêncio do muçulmano (mesmo os muçulmanos sobreviventes jamais conseguiram falar da vida no campo) torna impossível extrair uma compreensão dessas experiências (AGAMBEN, 2008).

Na Figura 2, temos o poster do filme de Claude Lanzmann que faz um retrato memorialístico do Holocausto, e demonstra a impossibilidade de retratar o horror pelo testemunho.

FIGURA 4 – FILME SHOAH (1985)



FONTE: <<https://bit.ly/37C7BON>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Ao mesmo tempo, Levi identifica em Auschwitz um novo elemento ético, que reorganiza a interpretação de carrascos e vítimas (AGAMBEN, 2008). Ao reconhecer que todo o trabalho que se desenvolvia no campo envolvia a participação de todos, não só dos soldados nazistas, mas também de prisioneiros judeus convertidos em colaboradores nas atividades de extermínio (como os *sonderkommando*), Levi percebe um novo elemento ético que denomina de zona cinzenta (AGAMBEN, 2008).

Ou seja, uma zona de “não responsabilidade”, a qual impede a permanência de qualquer convenção ética formal, diluindo categorias morais como bem e mal, configurando uma zona de irresponsabilidade que converte a todos em sub-homens, aqueles que estão aquém de qualquer humanidade.

Expõe-se, deste modo, como a humanidade que habita o campo, do carrasco à vítima, compartilha tão somente uma “fraternidade da abjeção” (AGAMBEN, 2008, p. 27), ou seja, se há algum traço de vínculo, de laço, dentro do campo ele só pode ser definido pela abjeção compartilhada entre seus habitantes. Nesse sentido, o campo é a experiência radical do *homo sacer*, lugar em que o estado de exceção se converte em regra e, ao mesmo tempo, lugar da mais completa e terrível experiência de uma técnica de governo biopolítica.

Contudo, o que transforma Auschwitz em um paradigma contemporâneo às sociedades democráticas é sua capacidade de converter seres humanos em *homo sacers*, introduzindo a vida nua no interior da vida política dos cidadãos. Ao mesmo tempo, é sua engenharia biopolítica que permite converter o estado de exceção em uma regra, aplicável no cotidiano das sociedades democráticas, de acordo com as diferentes formas de construção de personagens abjetos, seja pela raça, pelo gênero ou pela classe social. Como aponta:

O problema maior está na subsistência das Zonas cinzentas, mesmo hoje, em tempos “oficialmente” de paz. Se Levi nos perguntava o quanto do nosso mundo moral comum poderia subsistir aquém dos arames farpados, hoje, todavia, devemos nos perguntar, o quanto do mundo imoral do campo ainda subsiste em nosso mundo livre (SOUZA, 2014, p. 303).

A construção de asilos de imigrantes e campos de refugiados, de prisões políticas como Guantánamo, criada pelo governo Bush em 2002 nos EUA, a suspensão de direitos e o abuso do estado de emergência em tempos de pandemia de COVID-19, como na Húngria e em El Salvador, são alguns dos exemplos mais explícitos do emprego do estado de exceção na contemporaneidade.

Entretanto, é no tratamento do poder público em relação aos personagens do cotidiano social que é possível vislumbrar e mensurar os muçulmanos de Levi ou o *homo sacer* de Agamben.

A despeito de todos os esforços com relação à luta pelos direitos humanos, tratam-se ainda de vidas nuas, vidas matáveis e descartáveis. Sejam com relação às populações indígenas, quilombolas, aos moradores de rua, sejam minorias étnicas como os tutsis em Ruanda ou o povo palestino, encontramos em nossa contemporaneidade a mesma fraternidade presente nos campos de concentração: a fraternidade da abjeção.



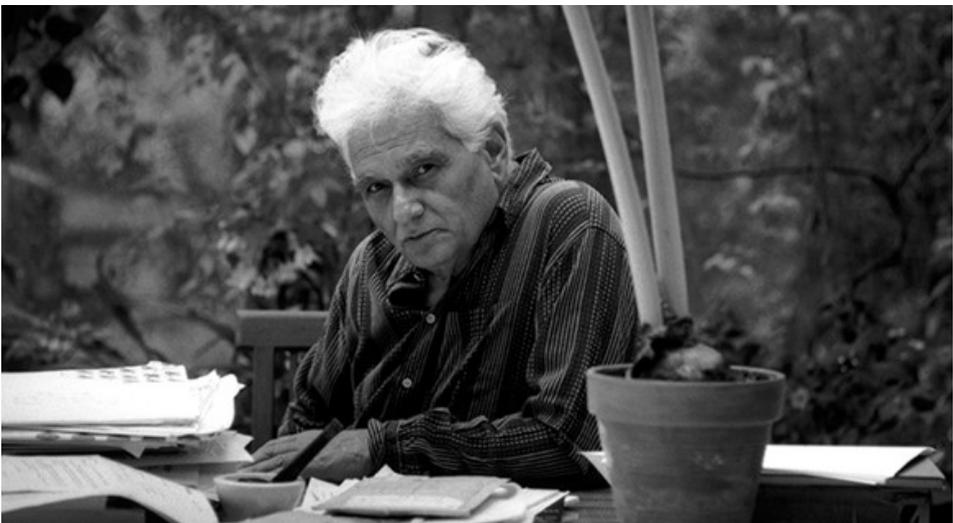
Leia a reportagem sobre o presidente de El Salvador, Nayib Bukele, que declarou estado de emergência e quarentena obrigatória durante a pandemia de COVID-19, mandando prender qualquer cidadão que estivesse nas ruas, colocando-os em centros de detenção e deixando todos expostos ao coronavírus, o que resultou em diversas mortes. Na íntegra em: <https://exame.com/brasil/doria-assina-decreto-que-permite-retirar-cobertores-de-mendigos/>.

3 TODO O MONUMENTO É UM DOCUMENTO? DERRIDA E A EPISTEMOLOGIA DA DESCONSTRUÇÃO

O filósofo africano Jacques Derrida (1930-2004) foi um importante intelectual responsável por percorrer, no conjunto de suas análises, um diálogo a respeito das estruturas da diferença e os processos de desconstrução.

Essa dupla perspectiva envolve desde os estudos da arte, passando pelos estudos culturais, a psicanálise freudiana e à filosofia de Nietzsche.

FIGURA 5 – JACQUES DERRIDA



FONTE: <<https://bit.ly/3qMO8To>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Conforme argumenta Hahn (2018), o procedimento metodológico empreendido por Derrida consiste em nos fazer pensar de outra maneira questões demasiadamente próximas ao nosso cotidiano. No sentido de se buscar uma filiação ao saber nietzschiano, Derrida acaba por abrir mão das origens metafísicas do conhecimento, mas percorrermos suas porosidades textuais, suas questões políticas e suas emergências e proveniências. Ao promovermos essa perspectiva, nos aproximamos do objetivo longitudinal promovido por Derrida, qual seja, explorar os contornos de uma proposta de pensamento voltado à desconstrução.

O contexto específico no qual Derrida constitui o seu pensamento é fortemente envolvido pelo procedimento intuitivo da desconstrução, em oposição a ideia de submissão. Para Derrida (1973), o problema político e filosófico do nosso tempo não são somente as dimensões ideológicas das representações, mas sim a simbologia gramatical das estruturas linguísticas e sociais.

Por conta de tal aspecto, Derrida (1973) empreende muitas das suas problematizações no sentido de pensar as dimensões políticas desconstrucionistas da própria linguagem e do próprio discurso.

Suas provocações destacam os elementos estruturalistas em contraposição ao humanismo marxista. Isto é, Derrida (1973) compreende a linguagem como efeito e ruptura das dimensões culturais e históricas, distanciando-se das visões materialistas e cognitivistas da linguagem.

Segundo suas investigações, o problema tanto do marxismo, quanto do próprio humanismo e mesmo da ciência é, que esses saberes procuram instituir toda uma narrativa baseada em um encadeamento lógico e racionalista das origens do homem, seja pelo viés da biologia, da psicologia, da economia ou mesmo da filosofia, isto é, o humano emerge como figura transcendental dotado de uma responsabilidade histórica.

É nesse sentido, que ao nos depararmos com a leitura promovida por Derrida (1973) constatamos que seu objetivo consiste em nos fazer perceber a relevância da textualidade e da discursividade das experiências mitológicas necessárias a um novo pensar e um novo (po)etizar dos processos de subjetivação.

FIGURA 6 – FILME BABEL



FONTE: <<https://bit.ly/37xw4F9>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

No entanto, especificamente o que vem a ser essa discursividade da qual fala Derrida (1973) e como ela torna-se importante para uma leitura dos processos de subjetivação e a epistemologia contemporânea? Um recurso interessante para pensarmos essa questão pode ser encontrado a partir do filme *Babel* dirigido por Alejandro González Iñárritu e lançado, mundialmente, no ano de 2006.

O filme narra a multiplicidade de experiências étnicas em um mundo marcado pela globalização e pelo capitalismo financeirizado. Essas histórias são narradas de forma anacrônicas e sem um encadeamento lógico, pois refletem dinâmicas situadas em diferentes países.

Os personagens centrais da trama são respectivamente: uma empregada doméstica – imigrante ilegal – que trabalha para uma família estadunidense, uma estudante surda-muda japonesa, uma família de camponeses marroquinos e um casal estadunidense que, decide viajar para promover uma espécie de resgate do próprio casamento.

Forma-se, em meio a esta trama, uma importante bricolagem de discursos que sinalizam todos os processos diacrônicos em que um mundo altamente tecnológico, um sistema capitalista minimamente equilibrado e as estruturas sociais, jurídicas e científicas que deveriam levar à humanidade ao consenso, à inovação e ao progresso, mas acabam reificando as estruturas sociais, a violência e a segregação social e racial de grupos étnicos e de gêneros não identificados com a disposição, ou melhor, com a estrutura hegemônica das sustentações de práticas de poder.

A visão hegemônica de um mundo cosmopolita, sem barreiras e hiperconectado é colocada em suspenso pelo racismo e violência neocolonial de grupos ou sujeitos pertencentes aos paradigmas. Nada mais emblemático nesse mundo do que a sinalização de que os paradigmas multiculturais são restritos a uma condição de classe e de cor. Na Babel contemporânea, não existe diversidade e inclusão para os mais pobres, imigrantes, negros, LGBT e tantos outros.

A “torre de Babel” não configura apenas a multiplicidade irreduzível das línguas, ela exhibe um não-acabamento, a impossibilidade de completar, de totalizar, de saturar, de acabar qualquer coisa que seria da ordem da edificação da construção arquitetural, do sistema e da arquitetônica. O que a multiplicidade de idiomas vai limitar não é apenas uma tradução “verdadeira”, uma *entr’expression* [entr’expression] transparente e adequada, mas também uma ordem estrutural, uma coerência do *constructum*. Existe aí (traduzamos) algo como um limite interno à formalização, uma incompletude da construtura [construc-ture]. Seria fácil e até certo ponto justificado ver-se aí a tradução de um sistema em desconstrução (DERRIDA, 2002, p. 12).

O ponto fundamental dessa crítica promovida por Derrida (2002) consiste em nos fazer perceber, a partir das fissuras abertas entre as diferentes linguagens, as dinâmicas estruturais das relações de poder. Desse modo, a especificidade dessas diferentes linguagens não conduz a uma harmonia dos processos de comunicação, mas sim os elementos relacionados ao multiculturalismo, por meio dos jogos de sujeição entre subjetividade, estratégias de saber e práticas de poder.

Desse modo, a produção de documentos históricos, como o discurso, procura sintetizar a experiência a partir da fixação humana em procurar se apoderar de todos os elementos ontológicos em nome de uma identidade humana.

O processo desenvolvido por Derrida (2002) refere-se à desconstrução da tese de que uma comunicação clara e direta é sempre possível. Ao invés dessa teoria comunicativa harmoniosa e transparente, temos múltiplos sistemas discursivos que são sempre fragmentários, dispersivos e permeados pela incompletude e sujeição.

Conforme aponta Borges (2014), o procedimento desenvolvido por Derrida revela a tarefa – tanto política e ética – da desconstrução. Tal tarefa consiste em perceber a necessidade de nos desvincularmos de uma identidade universal e, *a priori* do conhecimento. Para percebermos, nas tramas dos efeitos discursivos, os elementos ligados às experiências místicas e estéticas promovidas ao longo da história.

Isso significa que os elementos políticos, sociais e epistemológicos do nosso tempo presente podem ser analisados a partir da experiência firmada por Derrida (2002), sobretudo a partir das dinâmicas provenientes dos movimentos sociais a partir do **Maio de 68**.



O Maio de 68 foi um movimento organizado pelos estudantes parisienses no ano de 1968. Esse movimento ficou marcado pelo questionamento não somente das estruturas ideológicas do capitalismo, mas também dos paradigmas culturais da sociedade do século XX. Geralmente é chamado pelos historiadores de **revolução do desejo**. Outro ponto importante refere-se à influência dessas manifestações dos movimentos sociais ao redor do mundo, no sentido de se promover uma ruptura revolucionária não somente contra as ideologias, mas também pelo fomento a novos modos, ou melhor, formas de vidas.

Os elementos traduzidos pelas lutas sociais promovidas por negros, homossexuais, imigrantes, mulheres e tantos outros refletem a perspectiva desconstrucionista já que todos esses movimentos procuram não mais lutar pela igualdade, mas sim afirmar as suas diferenças a partir do questionamento dos sistemas universais.

Tais elementos fazem do discurso uma ferramenta do conhecimento a partir dos seus elementos políticos e de afirmação das diferentes estratégias e jogos de resistência.

Mais do que nunca, o pensamento promovido por Derrida (2002) nos auxilia a compreender que, diante do cenário contemporâneo, mais importante do que reivindicarmos um papel de igualdade, devemos visibilizar as nossas produções discursivas e desconstruir todo os elementos linguísticos que nos assujeitam.

4 FETICHISMO DA MERCADORIA E O MAL-ESTAR CONTEMPORÂNEO: LEITURAS DE BAUMAN

Um dos primeiros pensadores a demonstrar os efeitos da modernidade no século XIX foi Karl Marx. Junto com Friedrich Engels, Marx escreveu o *Manifesto Comunista* em 1848. Nele deixou registrada a mais conhecida expressão do que seja a modernidade: a experiência em que “tudo que é sólido desmancha no ar” (MARX, ENGELS, 2006, p. 43). A imagem deixada por essa expressão faz referência às transformações em todos os campos da vida geradas pela modernidade e pelo próprio sistema capitalista, em que a regra é a impermanência.

É com base nessa imagem que Zygmunt Bauman (2001) traçou sua definição de modernidade, denominando-a de *modernidade líquida*. A ideia da modernidade como instável, perecível, na qual tudo que é sólido não possui durabilidade ou tudo que é sólido vira líquido são metáforas ou jogos de linguagem que tentam dar conta de explicar a grande característica da modernidade: a rápida mutabilidade das coisas.

FIGURA 7 – ZYGMUNT BAUMAN (1925-2017)



FONTE: <<http://bit.ly/2ZFULea>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

Muito embora Bauman (2001) se inspire na ideia marxista de que tudo o que é sólido desmancha no ar, sua noção de modernidade líquida se refere especificamente à pós-modernidade. Assim, Bauman (2001) divide a modernidade em duas expressões: modernidade sólida ou pesada (do século XIX e primeira metade do XX) e modernidade líquida ou leve (da segunda metade do século XX em diante).

Uma cena que pode ajudar a compreender essa instabilidade e mutação sem fim é a cidade moderna. Pelas cidades modernas tudo circula, nada se encontra parado.

A informação flui por celulares e computadores, as mercadorias e as pessoas trafegam em fluxos contínuos e repetitivos, as obras de pavimentação das ruas, de destruição e construção de edifícios não param, o consumo nas lojas e shoppings segue o ritmo da produção nas fábricas, os objetos de consumo mudam em conformidade com novas modas lançadas em propagandas, o gosto e a visão estética dos consumidores se moldam com o que se coloca à disposição como a melhor mercadoria da última semana, as redes de comunicação pela TV, internet e nas redes sociais explodem o cotidiano com fluxos de informação sem fim, com pouca consistência de análise e filtragem, novas estrelas das telenovelas e do cinema vem e vão como estrelas cadentes, novos cantores surgem e desaparecem.

Sem contar os laços sociais, cada vez mais fluídos e instáveis, como comprova a quantidade de relacionamentos virtuais e a fragilização dos laços mais tradicionais como o casamento. E, assim, um fluxo irrefreável de mudanças rápidas agita o cotidiano dos seres humanos modernos.

Contudo, o tipo de modernidade vivida pelos seres humanos até a primeira metade do século XX é percebida como diferente das experiências mais recentes, iniciadas a partir da segunda metade do século XX – pode-se dizer que a partir de 1960.

A isso se dá o título de **crise da modernidade**. Um tipo de modernidade baseada no sujeito do iluminismo, dotado de razão, crente na ciência e no progresso da humanidade, mais otimista e confiante nas conquistas humanas, começa a entrar em crise quando a Primeira e Segunda Guerra Mundial (1914-1945) ocorrem, mostrando a capacidade irracional e bárbara da civilização. Por esse e outros motivos, Bauman (2001) distingue a modernidade entre modernidade sólida/pesada e modernidade líquida/leve. Conforme afirma:

Essa parte da história, que agora chega ao fim, poderia ser chamada, na falta de nome melhor, de era do hardware, ou modernidade pesada [...] época das máquinas pesadas e cada vez mais desajeitadas, dos muros de fábricas cada vez mais longos guardando fábricas cada vez maiores que ingerem equipes cada vez maiores, das poderosas locomotivas e dos gigantescos transatlânticos. A conquista do espaço era o objetivo supremo – agarrar tudo o que se pudesse manter, e manter-se nele, marcando-o com todos os sinais tangíveis da posse e tabuletas de “proibida a entrada”. O território estava entre as mais agudas obsessões modernas e sua aquisição, entre suas urgências mais prementes – enquanto a manutenção das fronteiras se tornava um de seus vícios mais ubíquos, resistentes e inexoráveis. [...] Tudo isso mudou, no entanto, com o advento do capitalismo de software e da modernidade leve. O economista da Sorbonne Daniel Cohen resume ‘Quem começa uma carreira na Microsoft não tem a mínima ideia de onde ela terminará. Quem começava na Ford ou na Renault podia estar quase certo de terminar no mesmo lugar’. [...] No universo de software da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em “tempo nenhum”; cancela-se a diferença entre “longe” e “aqui”. O espaço não impõe mais limites à ação e seus efeitos, e conta pouco, ou nem conta. Perdeu seu “valor estratégico”, diriam os especialistas militares. [...] A quase instantaneidade do tempo do software anuncia a desvalorização do espaço (BAUMAN, 2001, p. 144-149).

Os termos modernidade líquida/leve, modernidade tardia ou pós-modernidade são tentativas, estabelecidas pelas áreas da Filosofia, Sociologia, Antropologia e História, de definir e tornar compreensível as experiências dos últimos 50 anos de História do mundo globalizado.

Termos que procuram dar conta de expor com maior clareza o estado de instabilidade, mutabilidade e hibridismo das relações sociais, das crenças de nossos potenciais, das perspectivas do futuro, do pensamento sobre quem somos e em que mundo estamos vivendo.

As transformações ocorridas nesses últimos anos da história humana demonstram que muitas das crenças e utopias da modernidade se tornaram defasadas, os sonhos se tornaram objetos de venda.

A noção de realização do sujeito moderno, seus desejos, perspectivas e experiências foram definitivamente cooptadas pelo mercado.

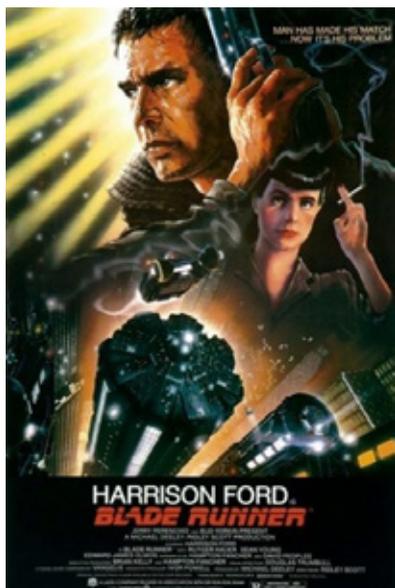
Tornar-se um revolucionário de esquerda, um fascista ou um monge tibetano pacifista está à distância de um clique da tela do computador, basta comprar sua nova identidade ou propagandear sua autoimagem nas redes sociais. Assim, a instantaneidade se torna a marca maior deste tempo, quando as ações e mudanças ocorrem em um tempo cada vez mais virtual, quando o que fazemos hoje é para ontem, não para hoje, menos ainda para amanhã.

O efeito geral desse tipo de sociedade é uma sensação contínua de incompletude e incerteza, que demarca o mal-estar como uma sensibilidade permanente no mundo contemporâneo.



Sugestão de filme: Blade Runner.

FIGURA – FILME BLADE RUNNER



FONTE: <<https://bit.ly/3dCpqRD>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Um aspecto central na produção do mal-estar contemporâneo é o que Bauman (2008) denomina de *fetichismo da subjetividade*. Em outros termos, é a transformação dos indivíduos em mercadorias.

O termo fetichismo foi explorado por Marx (1983) para explicar o modo como o produto gerado como mercadoria pelas indústrias capitalistas simula em sua aparência ser o resultado de uma relação entre coisas, escondendo o conteúdo humano, as relações de trabalho que constituem este mesmo produto. Ao se perceber que a produção industrial se trata em essência da venda da capacidade de trabalho e não de mercadorias, desfaz-se o mistério que encobre a mercadoria como fetiche.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação os produtos do trabalho se tornam mercadorias [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas [...] Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1983, p. 81).

Do mesmo modo que um conjunto de ações humanas é necessário para a produção de mercadorias, é igualmente necessário para a elaboração de uma subjetividade de consumo em relação a essas mesmas mercadorias.

Na modernidade líquida o fetichismo da mercadoria vem associado a uma estrutura comportamental construída na relação com a mercadoria, que fabrica não apenas mercadorias, mas consumidores.

Nesse sentido, o fetichismo da subjetividade maquia a venda e circulação de bens simbólicos, os quais se dissimulam como elementos constitutivos dos sujeitos, naturalizando posturas, comportamentos e desejos, constituindo, portanto, as instâncias mais moleculares das próprias relações sociais.

Desse modo, torna-se possível a configuração de posturas de consumo e descarte, convertendo a obsolescência dos objetos de consumo na obsolescência dos sujeitos consumidores.

Assim, tanto a mercadoria (objeto) quanto o consumidor (sujeito) passam a sofrer os efeitos da mistificação e disfarce das relações concretas e simbólicas que configuraram um e outro. Em última instância, consumidor (sujeito) e mercadoria (objeto) se confundem a tal ponto que esta nova dialética converte o próprio sujeito e sua subjetividade em uma forma de mercadoria.

Como afirma Bauman (2008, p. 20): “Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável”.

Pode-se dizer, por fim, que o fetichismo da subjetividade produz uma ilusão de separação entre consumidor e mercadoria, quando na verdade o que se apresenta na modernidade líquida é uma fusão tão íntima entre ambos que a forma de vida dos indivíduos se converteu em uma atividade econômica perpétua.

Como a análise de Bauman deixa claro, nesse mundo líquido, a lógica fabril que organizava o fetichismo, a lógica econômica capitalista por excelência, espalhou-se em tantas camadas da vida humana que o sentido da vida se tornou absolutamente dependente das oscilações, dos fluxos e mudanças imputadas pelo modo de vida instável e descartável do capitalismo.



A JUSTIÇA E O PERDÃO EM JACQUES DERRIDA

Quando, no final dos anos 1960, Jacques Derrida utilizou o termo “desconstrução” em *Da gramatologia*, talvez não imaginasse que essa “forma de pensar” teria incidência, além da filosofia, em campos tão variados como a estética, a arquitetura, a análise das instituições, a reflexão política e o direito. De toda forma, o que podemos perceber é que, a partir dos anos 1990, o próprio Derrida passa a se dedicar, tanto em seus seminários como em seus escritos, cada vez mais, à desconstrução de temas como: a pena de morte, o perdão e o perjúrio, a soberania, além de outras questões político-jurídicas.

FONTE: <<https://revistacult.uol.com.br/home/a-justica-e-o-perdao-em-jacques-derrida/>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu que:

- As crises das sociedades democráticas e ocidentais no início do século XXI têm levado à formação de estados de exceção condicionados pelos elementos da biopolítica.
- A relevância dos estudos promovidos por Jacques Derrida em relação à desconstrução das formas estruturais discursivas recai sobre a pertinência das formas de poder presentes nas múltiplas linguagens existentes.
- Os tensionamentos entre o fetichismo da mercadoria e o conjunto de mal estares provocados pela modernidade líquida, são objetos do estudo desenvolvido por Bauman.
- As relevâncias dos estudos promovidos por Zygmunt Bauman revelam como, dentro da nossa contemporaneidade, as relações humanas ganham um tom mercadológico.



- 1 Sobre o contexto contemporâneo, podemos sinalizar a crise dos regimes democráticos, como um forte indício para a biopolítica. Nesse sentido, é CORRETO afirmar que:
- a) () As formas contemporâneas de controle social enquadram-se no que Agamben define como estado de exceção.
 - b) () A modernidade líquida é descrita por Bauman como uma representação ideológica do estruturalismo.
 - c) () Os sistemas ideológicos compõem a filosofia da desconstrução de Derrida.
 - d) () Os estudos da contemporaneidade foram inaugurados por Kant.
- 2 A epistemologia da desconstrução é um método empregado a partir da segunda metade do século XX, cujas origens remontam a redescoberta, pela escola francesa do pensamento de Nietzsche. Sobre a epistemologia da desconstrução é CORRETO afirmar que:
- a) () Derrida pensa sua crítica a partir da investigação filosófica do discurso e da linguagem.
 - b) () Hegel é uma das maiores influências sobre o pensamento de Agamben.
 - c) () Kierkegaard é uma das influências decisivas sobre Bauman.
 - d) () A ética, para Derrida caracteriza-se como meras obediências às leis.
- 3 “tudo o que é sólido, desmancha no ar!” O enunciado em questão foi, originariamente construído por Marx e Engels no livro O Manifesto Comunista publicado no final do século XIX. Décadas mais tarde, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman inscreveu este enunciado, no sentido de estabelecer a problematização da sociedade do século XX. Assinale a alternativa CORRETA:
- a) () Bauman estabelece essa problematização no sentido de pensar a crítica a racionalização técnica do conhecimento.
 - b) () Bauman estabelece essa problematização no sentido de pensar o processo de escolha e de responsabilização do sujeito pelas suas angústias.
 - c) () Bauman estabelece essa problematização no sentido de analisar, os motivos pelos quais as próprias relações humanas são atravessadas pelo fetichismo da mercadoria.
 - d) () Bauman estabelece essa problematização no sentido de pensar a ideologia como responsável pelo processo de exclusão econômica na modernidade.

- 4 O processo de constituição da democracia é tido como uma invenção, cujas origens remontam a cultura grega na antiguidade. O filósofo italiano Giorgio Agamben acaba por promover uma leitura crítica desse processo ao pensar as correlação entre democracia e biopolítica. O que Agamben entende por Biopolítica?

- 5 O processo de fetichismo da mercadoria é descrito por Marx, como a dimensão orgânica do sistema capitalista. Bauman, por sua vez, entende que o fetichismo transcende as mercadorias para se inscrever nos próprios processos de subjetivação do sujeito. Quais as implicações desta leitura para o campo dos estudos psicológicos?

EPISTEMOLOGIA, PSICANÁLISE E NECROPOLÍTICA

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste tópico consiste em apresentar os efeitos das relações entre a epistemologia, a psicanálise e a necropolítica. No primeiro momento nós lhe apresentaremos as contribuições da filósofa Elisabeth Roudinesco para um entendimento crítico em torno dos elementos políticos da monstrosidade e da perversão.

De acordo com essa filósofa, a perversão e a monstrosidade devem ser compreendidas a partir de um movimento pendular que vai, do fascínio da ciência e da mídia a repulsa das ações promovidas por indivíduos em suas práticas de violência e sadismo.

Em segundo momento, nós procuraremos percorrer os contornos da necropolítica a partir das contribuições de Achille Mbembe. Esse filósofo camaronês vem sendo muito estudado, nos últimos anos, pelas suas leituras provocativas em torno da experiência de formas de violência contra o corpo negro nas sociedades periféricas.

Tanto a psicanálise, quanto a necropolítica são ferramentas imprescindíveis para o campo psicológico, uma vez que elas ilustram o contexto das relações entre os processos de subjetivação, e também as condições das práticas de governo dirigidas à gestão da vida e da morte.

Tais elementos implicam do próprio desdobramento da ideia de sujeito compreendido não apenas a partir dos seus horizontes de racionalidade, mas também pelas dinâmicas do inconsciente, do desejo, das estratégias de saber e das práticas de poder.

Nesse sentido, tanto os trabalhos de Roudinesco quanto os de Mbembe operam procedimentos semelhantes de problematização do discurso fundamentado na racionalização moderna, em nome de uma outra leitura que valoriza os aspectos sócio afetivos da constituição da própria subjetividade.

Essa constituição tem a ver com a multiplicidade de experiências possíveis que estão em jogo no cenário de forças. Desse modo, é imprescindível que, ao situarmos as experiências do pensamento psicológico e, as suas conseqüentes leituras sobre a subjetividade, entendamos a formação histórica de alguns dispositivos como a loucura, o processo de colonização e o estigma social como componentes passíveis de uma problematização sistemática por meio da psicanálise e da necropolítica.

2 ENTRE MONSTROS E PERVERSOS: ELISABETH ROUDINESCO, A PSICOLOGIA, A PSICANÁLISE E O BIOLOGISMO

Elisabeth Roudinesco (1944-) é uma filósofa francesa que dedica grande parte da sua obra aos elementos históricos e políticos de acontecimentos como a Revolução Francesa (1789-1799) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por exemplo. Por outro lado, ela também desenvolve muitos estudos das correlações entre a política, a psicanálise, o judaísmo e a história da perversão no Ocidente.

FIGURA 8 – ELISABETH ROUDINESCO



FONTE: <<https://bit.ly/37GLSpC>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Segundo apontam Soler, Socha e Carvalho (2015), o procedimento metodológico adotado por Roudinesco consiste em promover uma leitura das formações históricas das práticas relacionadas às dimensões afetivas, simbólicas e estruturais de todos esses acontecimentos anteriormente mencionados.

Merece destaque nesses processos de problematização, a leitura empreendida por Roudinesco (2008) tanto em relação ao problema da monstrosidade, quanto à perversão. Para Roudinesco (2008) esses dois conceitos devem ser entendidos a partir de um movimento pendular que envolve as mais diferentes estruturas e estratégias de saber – religião, cultura, ciência – ao percorrer os elementos do fascínio e da abjeção.

Segundo Roudinesco (2008), para que possamos compreender os efeitos da perversão é necessário nos distanciarmos criticamente desse movimento pendular, por conta de suas dimensões fortemente incrustadas na moral, para inseri-la no debate sobre a conduta humana, ou seja, existe uma dupla relação de perversão.

Por um lado, existe uma compreensão psicopatológica dos efeitos da perversão como uma prática ligada aos desvios de comportamentos sexuais como a parafilia, o sadismo e o masoquismo, por exemplo. Nesse contexto, a perversão seria uma espécie de desvio comportamental dentro de padrões moralmente toleráveis no contexto da sociedade. Por outro lado, a perversão também é ilustrada como uma marca ligada aos jogos políticos de poder. Nos governos totalitários, por exemplo, como o nazismo, o fascismo e o comunismo orquestram elementos de práticas de torturas contra prisioneiros e inimigos desses regimes.

FIGURA 9 – GULAG NA URSS, UM EXEMPLO DE PERVERSÃO POLÍTICA



FONTE: <<https://bit.ly/2ZITp0>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Roudinesco (2008) aponta que, a partir do século XIX, passa a existir uma espécie de catalogação, ou melhor, uma enciclopédia científica em torno da perversão. Esse processo foi categorizado pelo incessante trabalho de médicos, pedagogos, juízes e criminólogos que estavam interessados em promover uma categorização dos processos mais obscuros da conduta humana.

É proveniente dessa constatação, o fato de que as ciências médicas do final do século XIX procuravam impor os seus saberes ao exercício da ordem e da moral da sociedade da época. Por conta de tal aspecto, comportamentos considerados pervertidos, como a homossexualidade, foram duramente combatidos e inúmeras pessoas foram condenadas à prisão, ou ainda a tratamentos de saúde em hospitais psiquiátricos.

A figura do perverso é colocada sob a intervenção sistemática de uma psiquiatrização e criminalização das suas próprias condutas. Um exemplo ilustrativo disso é o caso do matemático britânico Alan Turing (1912-1954).

Uma das mentes mais brilhantes do século XX, Turing criara, com o apoio de um grupo de cientistas, um dispositivo capaz de decodificar as linguagens algorítmicas utilizadas pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, nem mesmo a criação desse dispositivo – que mais tarde viria a ser a mesma linguagem utilizada nos computadores e na internet – o livrou de enfrentar um doloroso processo criminal sob a alegação de perversão sexual, por parte do governo britânico.

As consequências desse processo foram devastadoras a respeito da personalidade de Turing. Para não ser preso, ele aceitou ser cobaia em um experimento científico de castração química. Esse percurso foi desastroso por conta do próprio elemento ligado à condição de Turing, que cometera suicídio no dia 8 de junho de 1954.

FIGURA 10 – ALAN TURING



FONTE: <<https://bit.ly/3aJF3Fh>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Como podemos perceber o processo de perversão mesmo que relacionado ao discurso científico, necessita ser problematizado a partir dos elementos históricos da nossa própria condição humana. Nesse sentido é que a leitura promovida por Roudinesco (2008) aponta para a necessidade de percebermos os elementos estratégicos que ligam o desenvolvimento do conhecimento científico com as práticas políticas.

Esse processo de tensionamento percorre os limites da questão sobre as intervenções sociais em torno da perversão quase sempre marcados pela espetacularização e judicialização das figuras perversas.

Segundo Barbosa dos Santos (2016), a problemática da perversão, nos horizontes da nossa contemporaneidade, acaba por constituir-se enquanto uma leitura possível dos processos de subjetivação. Isso significa que os elementos ligados às estruturas de perversão acabam ilustrando a problemática do autoritarismo em nossa sociedade contemporânea, no que se refere à busca incessante em se localizar as instâncias de sujeição dos grupos minoritários relacionando-os às práticas consideradas anormais no emblema de uma luta do “bem” contra o “mal”, dos “cidadãos de bem” contra os “inimigos da família e/ou do Estado”.

FIGURA 11 – QUEERMUSEU



FONTE: <<http://bit.ly/3kfMxTG>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Um nítido exemplo desse jogo político da perversão pode ser mencionado a partir do proposto organizado por grupos ultraconservadores que, descontentes com a exposição *Queermuseu*, organizaram uma série de protestos junto a uma renomada galeria de arte em Porto Alegre, culpabilizando seus organizadores por promoverem a disseminação da ideologia de gênero e a propagação de uma arte degenerada e incentivadora de práticas perversas junto às famílias brasileiras.

Uma proposta estética de visibilização das diferenças transformou-se, rapidamente, em plataforma política geradora de um sentimento de pânico moral. Essa perspectiva deve ser compreendida, a partir das contribuições de Roudinesco (2008) em torno das questões científicas e políticas que o tema da perversão suscita.

Tal procedimento é necessário para que consigamos ilustrar, nessa prerrogativa, que a perversão é uma amostra clara de que o modelo científico é perfilado pelos agenciamentos políticos.

3 400 ANOS DE EPISTEMICÍDIO: ACHILE MBEMBE E A NECROPOLÍTICA

O século XIX na Europa foi o período em que se elevou, no interior do pensamento científico ocidental, a concepção de raça como uma categoria central para a explicação dos fenômenos sociais. Essa categoria foi tão importante que um conjunto de conhecimentos científicos receberam a pecha de “racionalismo científico”, dada a centralidade do determinismo racialista.

O darwinismo social de Herbert Spencer, a frenologia de Franz Gall, a antropologia criminal de Cesare Lombroso, a eugenia de Francis Galton, são alguns exemplos de ciências desenvolvidas nesse período que foram sustentadas a partir do determinismo racial. No meio dessa lógica racialista, a regra era clara: os seres humanos considerados superiores eram homens brancos europeus, dotados de faculdade racional, disposição moral e comportamento civilizado.

O restante dos seres humanos, particularmente indígenas e africanos, foram considerados racialmente inferiores pela ausência desses atributos. No fundo, os atributos eram uma forma de descrever e justificar o que a raça já definia por antecipação, ou seja: um tipo de vida necessariamente inferior, quando não absolutamente descartável, quando comparada ao homem branco europeu.



A eugenia foi um termo cunhado em 1883 por Francis Galton (1822-1911) para definir a ciência criada para estabelecer o controle reprodutivo das raças humanas.

FIGURA – SIR FRANCIS GALTON



FONTE: <<https://bit.ly/37GzgOC>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Desde o século XVIII, um conjunto de filósofos iluministas, como Hume, Kant e Hegel, foi responsável por definir os negros africanos como não dotados de racionalidade e pensamento complexo, não sendo, portanto, considerados produtores de conhecimento.

Não bastasse todo o investimento colonial no sentido de retirar dos negros sua vida (pelo massacre e pela escravidão), sua alma (considerada inexistente pela Igreja Católica), agora, o que lhe era retirado formalmente era nada menos que a autoridade sobre o seu próprio pensar.

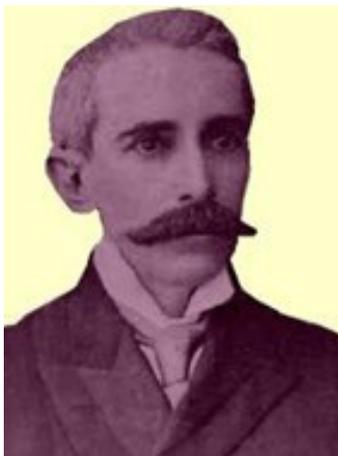
Os efeitos dessas experiências de rebaixamento racial foram de tal maneira nefastos que, durante a segunda metade do século XX se tornou premente para intelectuais negros, de Frantz Fanon a Achille Mbembe, questionar não só o racismo científico, mas a hegemonia intelectual eurocêntrica e o epistemicídio gerado em relação ao pensamento negro.

Mesmo no Brasil, essa inspiração racista ocupou um papel central na discussão sobre os motivos pelos quais, o nosso país, ainda no século XIX era visto como uma nação pouco desenvolvida em relação a outros países.

Os defensores do racismo entendiam que as dinâmicas de mistura racial entre os colonizadores portugueses, os povos originários e os negros escravizados eram os motivos pelos quais o Brasil enfrentava tantos problemas sociais.

Um dos maiores defensores dessa leitura fora o médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906), responsável pela constituição de inúmeros estudos nos quais procurava identificar em negros, mestiços e indígenas, os elementos de atraso, perversão e propensão à criminalidade por meio das suas próprias características fisiológicas.

FIGURA 12 – NINA RODRIGUES



FONTE: <<http://www.ibamendes.com/2011/05/nina-rodrigues-e-suas-teorias-sobre.html>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

Durante o século XIX, foi estipulado um programa governamental voltado para o branqueamento da população brasileira. Tal branqueamento se refletiu no próprio processo de neocolonialismo da região Sul do Brasil que tanto aos olhos do Império, quanto da República, deveria ser inteiramente ocupada por imigrantes europeus.

Esses imigrantes foram recrutados em países como Alemanha, Itália, Polônia e Ucrânia na tentativa de se produzir o desenvolvimento tecnológico, social e racial da própria sociedade brasileira.

FIGURA 13 – A IMIGRAÇÃO EUROPEIA NO BRASIL



FONTE: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-populacao-regiao-sul.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

Esse processo é nomeado por Souza (2016) como eugenia. A eugenia tem a ver diretamente com a necessidade de se buscar o desenvolvimento de um projeto governamental direcionado para o branqueamento da população.

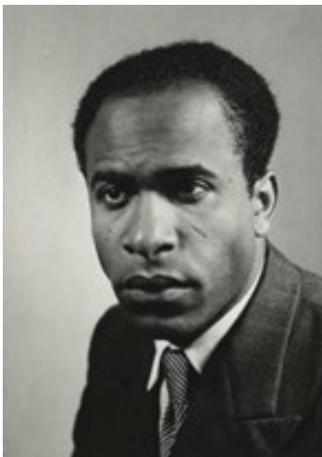
Tal prática entra em consonância direta com os elementos da necropolítica, uma vez que o exercício da eugenia percorre todas as práticas ligadas à justificativa da racialização como estratégia de controle sobre a vida e sobre a morte.

Nesse sentido, a paradigma da necropolítica encontra-se diretamente atrelado à formação do dispositivo colonial, cujos impactos são sentidos pelas sociedades periféricas até os nossos dias. De acordo com essa visão, o pensamento de Achille Mbembe é oportuno, por sinalizar como os elementos de gestão sobre os corpos abjetos transforma-se em fundamento para o seu sacrifício, para as práticas de racismo e para a violência.



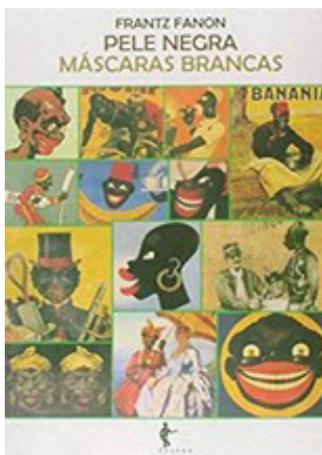
Frantz Fanon (1925-1961) foi um psiquiatra e filósofo da Martinica, responsável por estudos que irão influenciar pensadores negros e os estudos pós-coloniais. Em uma de suas principais obras, *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952), investiga os efeitos do racismo e do colonialismo na construção da identidade negra.

FIGURA – FRANTZ FANON



FONTE: <<https://bit.ly/37Eq51h>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FIGURA – LIVRO PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS



FONTE: <<https://bit.ly/3sirKkT>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Em Achile Mbembe (2018), iremos encontrar uma análise sofisticada da fabricação da raça como categoria biológica de distinção e de apoio ao desenvolvimento do capitalismo na modernidade.

Como categoria de distinção, para o branco europeu, a raça passa a servir como um instrumento de afirmação da humanidade e da racionalidade branca. Portanto, trata-se de uma categoria que extrai sua força conceitual ao projetar, para fora de si, tudo o que o racionalismo europeu supunha ter ultrapassado em sua própria história e sociedade.

Desse modo, o primitivismo, o irracionalismo, a ignorância, a violência e todas as formas de abjeção próprias ao homem branco europeu, negadas como elementos constitutivos de sua humanidade, encontram no corpo e no território negro lugares de sentido. É apenas nesse jogo de oposição, que se torna possível através do racismo, afirmar um lugar de humanidade para o europeu branco. Contudo, trata-se de uma humanidade necessariamente calcada na subalternidade e desumanização do negro.

Entretanto, o racismo não se limitou a uma fabricação de diferenças biológicas para a afirmação de um tipo de humanidade branca. Ele foi, acima de tudo, uma estratégia inegavelmente instrumental para o desenvolvimento do capitalismo. E é neste sentido que Achile Mbembe se empenha em demonstrar o papel do racismo como uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ao mesmo tempo em que se converte em instrumento de regulação e distribuição das funções assassinas do Estado.

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2018, p. 18).

Valendo-se dos estudos de Michel Foucault da biopolítica e de Giorgio Agamben sobre soberania e estado de exceção, Mbembe (2018) recoloca a análise do racismo ao mesmo tempo em que desloca o espaço territorial em que esses conceitos de análise normalmente operavam, levando-os para fora do epicentro europeu.

Ao movimentar essas ferramentas de análise para lugares como o universo colonial, irá demonstrar como o racismo não só instrumentalizou a biopolítica, mas foi responsável por fundar um estado de exceção em que a soberania pode se realizar como necropolítica, a política da morte ou do fazer morrer.

Segundo Mbembe (2018), um dos primeiros episódios em que a experimentação da biopolítica se configurou, valendo-se do racismo como elemento ordenador do estado de exceção, foi a escravidão colonial.

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema da *plantation* e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. Aqui, essa figura é paradoxal por duas razões. Em primeiro lugar, no contexto da *plantation*, a humanidade do escravo aparece como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda do estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é a expulsão fora da humanidade). Enquanto estrutura político-jurídica, a *plantation* é sem dúvida um espaço em que o escravo pertence ao senhor (MBEMBE, 2018, p. 27).

Nas colônias, a soberania foi um exercício de um tipo de poder fora da lei. Um espaço onde a morte generalizada de populações indígenas e africanas se deu por um conjunto de ausências: a primeira ausência se tratava da desconsideração natural da existência do outro, de tal modo que muitos indígenas eram vistos como aparições fantasmagóricas no meio da paisagem natural; a segunda ausência era a falta de qualquer mecanismo de regulação no modo do exercício da soberania, de tal sorte que a morte de árvores, animais e humanos possuía certo nível de equivalência nos cálculos de gestão colonial.

Tudo era, de certo modo, parte de um cenário selvagem em que a soberania se exercia segundo o estado de exceção. Afinal, “a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder a margem da lei (*ab legibus solutus*), e no qual a ‘paz’ tende a assumir o rosto de uma ‘guerra sem fim’” (MBEMBE, 2018, p. 32-33).

A natureza continua a ser, com todo o seu esplendor, a única e todo-poderosa realidade. Comparados a ela, os selvagens pareciam fantasmas, ilusões. Os selvagens são, por assim dizer, seres humanos “naturais”, que carecem do caráter específico humano, da realidade especificamente humana, de tal forma que, “quando os europeus os massacravam, de certa forma não tinham consciência de cometerem um crime”.

Por todas essas razões, o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita à normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente (MBEMBE, 2018, p. 36).

Interessa perceber, para Mbembe (2018), não somente o modo como o racismo foi um instrumento da biopolítica e do estado de exceção no mundo colonial, mas como a experiência do racismo no universo colonial foi transplantada para outras realidades, como os conflitos sociais do mundo industrial. Estabelecendo equivalências entre trabalhadores, povo apátrida (como os judeus) na Europa e as populações “selvagens” do mundo colonial, floresceu na Europa do século XIX o racismo de classe.

Por este motivo, as premissas para o nazismo podem ser encontradas no imperialismo colonial, da mesma forma como a lógica da soberania como uma política de extermínio biofísica e racial, em nome da segurança de uma população, foi empregada no mundo colonial e replicada nos campos de extermínio.

A lógica da soberania pode ser pontuada como uma forma de gestão que se vale do instrumento da raça, atuando sobre o corpo, mas que tem como matéria-prima de atuação o espaço. Nesse sentido, “Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2018, p. 39). Como forma de atuação sobre o corpo a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é nos cálculos políticos (MBEMBE, 2018).

FIGURA 14 – PINTURA A REDENÇÃO DE CAM DE MODESTO BROCOS (1852-1936)



FONTE: <<http://glo.bo/3dE9uyf>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

Assim, o corpo racializado do negro ou do indígena na lógica colonial cumpre o papel de reduzir seu estatuto de humanidade, colocando-os em uma zona indeterminada entre sujeito e objeto. Contudo, esta zona não é tão somente um discurso sobre o corpo, mas é literalmente espacial, pois requer a organização de espaços em que estes corpos sejam alocados.

O sistema encontrado nas divisões entre a Senzala e a Casa Grande; o *apartheid* na África do Sul, dividido em bantustões e distritos; os campos de concentração nazistas; as favelas no Rio de Janeiro sob ocupação, seja das forças de segurança nacional ou das milícias; o sistema de ocupação na Faixa de Gaza, que amplia o território de Israel a cada ano, expulsando a população palestina e organizando uma vigilância detalhada através de túneis, controle do espaço aéreo e organização de assentamentos israelenses: todos esses espaços tem em comum o fato de operarem segundo a lógica da soberania, a qual estabelece formas de estado de exceção sobre populações racializadas e organiza massacres coordenados conforme sua política de morte, a necropolítica. É nesse sentido que o espaço colonial passa a ser um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico.

Contudo, a necropolítica como política de extermínio tem como um de seus desdobramentos o epistemicídio, ou seja, a eliminação das formas culturais de pensamento e expressão simbólica de determinada população. O epistemicídio foi também, ao longo da história colonial, atuante em populações consideradas raças subalternas.

Pode-se mesmo dizer que a subalternidade só pôde ser garantida na medida em que mobilizou massacres e violência organizada sobre os corpos racializados, mas também na medida em que buscou impedir a possibilidade e a legitimidade do pensamento, o reconhecimento da racionalidade, a liberdade do conhecimento e das práticas culturais das populações coloniais, quando não o extermínio absoluto de sua memória e cultura.

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam constituir uma ameaça à expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, à expansão comunista (neste domínio, tão moderna quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SANTOS, 1999, p. 283).

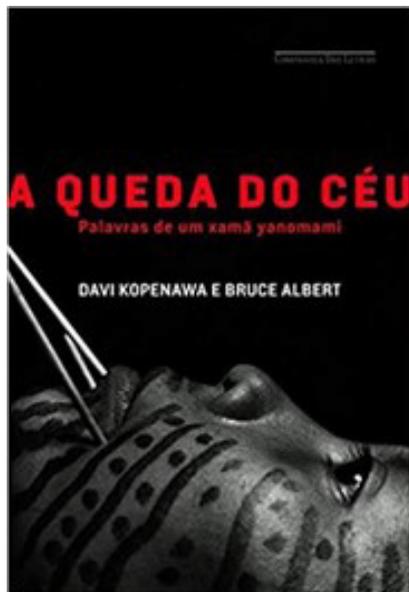
Em contraposição a esse movimento epistemicida vem emergindo a partir dos estudos decoloniais, através de intelectuais como Achille Mbembe e pensadores indígenas como Ailton Krenak e Davi Kopenawa, um movimento de afirmação epistemológica que recoloca a centralidade do pensamento, da racionalidade e das culturas subalternizadas.

Em todos esses casos, tem-se procurado não só demonstrar e compreender as estruturas de subordinação que fundaram o capitalismo e civilização ocidental, como também permitir que as vozes silenciadas de populações indígenas, africanas, afro-brasileiras, mulheres e outras minorias possam emergir e reconstituir a centralidade de suas linguagens, suas estruturas de explicação cosmológica e epistemológica, bem como as práticas culturais que constituem suas formas de representação e identidade.



O livro *A queda do céu* de Davi Kopenawa e Bruce Albert apresenta a vida do narrador yanomami Davi Kopenawa e de outros xamãs que mobilizam os espíritos da floresta (xapiris) para a manutenção do equilíbrio da Terra. É um livro que procura expressar a cosmovisão dos Yanomamis a partir de seus próprios narradores.

FIGURA – LIVRO A QUEDA DO CÉU



FONTE: <<https://bit.ly/3shvBi5>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu que:

- Elisabeth Roudinesco elabora uma visão histórica sobre a perversão humana, retirando-a do campo médico e inserindo-a no debate sobre a política.
- A psicanálise é uma importante ferramenta para uma leitura sobre os processos subjetivação e, conseqüentemente, do sujeito para além dos horizontes da racionalidade.
- Enquanto construção histórica a perversão é vista por Roudinesco como um duplo processo que circula entre o sublime e o abjeto.
- Achile Mbembe desenvolve o conceito de necropolítica inspirado nas reflexões foucaultianas sobre a biopolítica.
- A necropolítica compreende o estudo das emergências e proveniências das práticas de extermínio a partir de acontecimentos históricos como a escravidão.



- 1 A psicanálise compreende uma pluralidade de saberes sobre o processo de constituição do sujeito. Isso significa que ela não se caracteriza como um movimento uniforme, mas sim como diferentes processos de leituras analíticas em torno da relação entre subjetividade, inconsciente, história e cultura. Sobre Elisabeth Roudinesco é CORRETO afirmar:
- Que ela integra, desde a sua graduação o grupo vinculado à primeira escola psicanalítica criada por Freud.
 - Que suas análises limitam-se a uma mera descrição biográfica e conceitual do pensamento lacaniano.
 - Que seus estudos envolvem as produções naturalistas dos sentimentos humanos, como o amor e a neurose.
 - Que seus estudos constituem-se como leituras históricas sobre os processos de subjetivação a partir das dinâmicas do inconsciente.
- 2 Os estudos sobre a perversão passaram a despertar o interesse das ciências humanas, como a psicologia, a partir da passagem do século XIX para o século XX. Nesse sentido, é CORRETO afirmar que:
- A perversão foi descoberta pela psicologia.
 - Que os saberes psicológicos foram responsáveis por identificar a “cura” para a perversão.
 - Que os olhares e interesses sobre a perversão compreendem a dinâmica de desdobramento da figura do perverso a partir do desenvolvimento da ideia de anormalidade.
 - Que a perversão é um problema psicológico, mediado pela ideologia e pela biopolítica.
- 3 O processo de colonização das Américas foi, sem sombra de dúvida, um dos episódios mais vergonhosos da civilização ocidental. Fazem parte desse processo de colonização, EXCETO:
- O extermínio sistemático dos povos originários das Américas.
 - A escravidão de negros e negras vindas dos territórios africanos.
 - O interesse sistemático, em se estabelecer, ainda no século XVI os ideais iluministas e franceses.
 - O início da relação de expropriação dos recursos naturais dos países latino americanos para abastecimento das metrópoles europeias.

- 4 Os procedimentos da necropolítica são importantes para pensarmos como o processo de subalternização das etnias foi construído a partir de um ponto de vista histórico. Nesse sentido, pode-se perguntar, como Achile Mbembe pensa a relação entre soberania e necropolítica?
- 5 Achile Mbembe é um leitor declarado do pensamento foucaultiano. Essa leitura nos permite perguntar: qual a relação entre a biopolítica e a necropolítica?

POLÍTICA, EPISTEMOLOGIA E CONTEMPORANEIDADE

1 INTRODUÇÃO

Este tópico procurará apresentar as considerações necessárias para uma compreensão efetiva das relações entre a política, a epistemologia e a contemporaneidade. Nesse sentido, pode-se perguntar: quais as implicações dessa relação para o campo da psicologia?

Conforme viemos estudando nesta unidade, as primeiras décadas deste século têm sido desafiadoras nos aspectos econômicos, culturais, ideológicos e políticos. Isso não é diferente com os aspectos psicológicos e com os processos de subjetivação.

Pelo menos, desde a segunda metade do século XX, não faz muito sentido falarmos da existência de um sujeito, constituído unilateralmente pela racionalidade. Tal processo significa que os desdobramentos e dinâmicas de produção da nossa subjetividade estão cada vez mais alocados em perspectivas transversais e interdisciplinares que envolvem as nossas relações com dilemas e desafios como a violência, a sexualidade, as perspectivas étnicas e as categorias de classe, somente para ilustrarmos alguns exemplos.

FIGURA 15 – VIOLÊNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE



FONTE: <<https://incrivelhistoria.com.br/sebastiao-salgado-serra-pelada/>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Nesse sentido, cabe ao estudante de psicologia compreender a formação histórica de movimentos ondulares nos quais diversos sujeitos vinculam as suas subjetividades e acabam por produzir formas de vida que impactam no modo pelo qual eles se relacionam com o mundo, com as coisas, com outros sujeitos e eles mesmos.

A finalidade deste tópico consiste em promover, a partir de algumas aproximações os elementos necessários para um olhar sobre esses fenômenos contemporâneos já que, a psicologia estuda o sujeito a partir dos seus elementos de historicidade.

Dividido em cinco subtópicos, este tópico percorre os horizontes dos estudos de gênero, da epistemologia decolonial, do neoliberalismo e dos questionamentos necessários ao estudo de ciência e da educação a partir destes desafios.

Nesse primeiro momento, falaremos da correlação entre os estudos de gênero e a epistemologia. Procuraremos demonstrar como a relevância desses estudos sinaliza os elementos necessários para uma leitura crítica das formas de conhecimento presentes nos estudos de gênero no mundo contemporâneo.

Em seguida, nós abordaremos os elementos conceituais e as contribuições da epistemologia decolonial. Essa perspectiva equivale aos elementos conceituais pensados a partir da realidade de países latino-americanos, asiáticos e africanos nos seus desdobramentos a contar de uma sistemática necessária da sua própria realidade.

O Subtópico 4 será dedicado à compreensão das correlações entre os processos de subjetivação e o neoliberalismo a partir dos conceitos de precarização do trabalho, homo oeconomicus e do anarcopacitalismo. Veremos, portanto, como as novas regulações da biopolítica acabam por produzir novas formas de subjetividade e tensionamentos entre as garantias fundamentais e os novos dispositivos de governança da vida no panorama da contemporaneidade.

Finalmente, o último item deste tópico será dedicado à leitura dos necessários caminhos e descaminhos da epistemologia no atual cenário da nossa sociedade, ou seja, tratar-se-á de falar em torno dos elementos estratégicos presentes na contextualização do lugar da ciência e da educação na sociedade do conhecimento a partir dos seus múltiplos desafios enfrentados. Desde a ascensão das formas totalitárias de existência, passando pelo fortalecimento do negacionismo científico e outros dispositivos de governo sobre a vida.

2 FAZENDO GÊNERO NA EPISTEMOLOGIA

Os estudos de gênero caracterizam-se como um campo interdisciplinar dedicado a compreender os problemas de identidade e diferença de gênero e as representações de grupos ligados ao paradigma da sexualidade. Em linhas gerais, os estudos de gênero procuram pensar as correlações entre os dispositivos culturais, históricos e sociais.

FIGURA 16 – OS ESTUDOS DE GÊNERO



FONTE: <<https://bit.ly/3uo9ngr>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Em linhas gerais, os estudos de gênero procuram desenvolver suas perspectivas de análise a partir de uma dimensão crítica que envolve, desde os procedimentos de participação efetiva dos movimentos sociais, bem como às questões de classe e de etnia/raça.

Com relação aos movimentos sociais, destaca-se que os estudos de gênero possuem a sua proveniência a partir de estruturas históricas localizadas em acontecimentos históricos específicos. No que se referem aos seus desdobramentos históricos, os estudos de gênero iniciaram a sua constituição a partir das dimensões políticas da luta pela representação social feminista, ainda no final do século XIX.

Uma das maiores autoridades mundiais dos estudos de gênero, a historiadora Joan Scott (1941-) costuma referir-se a esse processo como um diálogo aberto entre a academia e os movimentos sociais, a partir de experiências ligadas às lutas sociais entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, organizadas por mulheres que queriam reivindicar um maior espaço de participação na vida pública e cívica das sociedades ocidentais (SCOTT, 1995).

FIGURA 17 – JOAN SCOTT



FONTE: <<https://bit.ly/3kbb61x>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

A presença de movimentos sociais, como os organizados pelas sufragistas, foi de fundamental relevância para uma discussão sobre o papel da mulher não se restringir apenas ao papel de dona de casa e/ou mãe. Lembrando que o sufragismo é considerado como a primeira onda dentro do estudo de gênero.



O sufragismo foi o primeiro movimento social organizado pelas mulheres no contexto da sociedade moderna. Suas origens remontam ao final do século XVIII, todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Basicamente, as sufragistas defendiam o direito universal ao voto e ao mercado de trabalho, por parte das mulheres. Muitos direitos adquiridos pelas mulheres nas primeiras décadas do século XX foram resultados das lutas organizadas pelo movimento sufragista.

Inicialmente, os estudos de gênero foram tomados pela presença dos movimentos sociais ligados às pautas de representação feminina. Questões como o direito ao voto, os direitos trabalhistas e as dinâmicas sociofamiliares faziam parte de todo o rol de práticas e interesses de estudos, sempre a partir de um horizonte interdisciplinar, ou seja, a partir das contribuições da história, da antropologia, da educação e da psicologia.

Entretanto, os próprios estudos de gênero sofreram, ao longo do século XX, vários deslocamentos em direção às novas problemáticas relacionadas às dinâmicas da sexualidade humana e das lutas por identidade e reconhecimento. Ou seja, se inicialmente as reivindicações levantadas pelas mulheres em relação ao domínio patriarcal dos homens, foram problematizadas, aos poucos novos movimentos ondulatórios de grupos subalternizados passaram a merecer o olhar atento de pesquisadoras e pesquisadores.

Como exemplo, podemos destacar a Revolta de Stonewall, que ocorreu nos Estados Unidos no ano de 1969. Naquela ocasião, a polícia da cidade de Nova York promovera uma série de práticas repressivas contra os frequentadores do bar *Stonewall in*, bem como, toda a comunidade gay do bairro de Greenwich Village.

FIGURA 18 – A REVOLTA DE STONEWALL



FONTE: <<https://www.hypeness.com.br/1/2018/06/SWall2.jpg>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Perroni *et al.* (2019), entendem que acontecimentos como a Revolta de Stonewall significam o desenvolvimento de um olhar analítico dentro dos próprios estudos de gênero para além dos problemas da representação cívica. No que se refere a essas experiências, tal movimento apresentou as visibilidades das lutas políticas de grupos como a população LGBTQI+.

O desenvolvimento dessas experiências levou os estudos de gênero a percorrem os contornos dos elementos políticos, sociais e epistemológicos no sentido de se promover uma leitura crítica em torno de uma, cada vez maior, aproximação crítica da academia com os movimentos sociais.

Outro ponto muito importante para a epistemologia dos estudos de gênero tem sido a crescente preocupação, por parte de pesquisadoras e pesquisadores, em estudar as dimensões epistemológicas das formas periféricas de conhecimento. Essas formas periféricas têm a ver com os estudos dedicados a compreender as dinâmicas de sujeição a partir das experiências étnicas e sexuais dos grupos minoritários.

Em relação ao primeiro aspecto destacam-se os estudos desenvolvidos pela filósofa Angela Davis (1944-) em relação ao feminismo negro. Segundo Paradis (2020), a obra de Angela Davis procura destacar o processo de assujeitamento dos corpos negros a partir das dinâmicas de identidade e de diferença.

FIGURA 19 – ANGELA DAVIS



FONTE: <<https://bit.ly/3pKN7d1>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

As pesquisas desenvolvidas por Angela Davis acabam por evidenciar os elementos políticos dos corpos e subjetividades negras a partir das suas próprias singularidades. Desse modo, ela é uma das primeiras filósofas negras a argumentar que os elementos raciais são um profundo abismo no que se refere à impossibilidade de pensarmos a existência de uma **mulher universal**, pois os níveis estruturais de preconceito são demarcados nessas relações.

Especificamente, no caso das mulheres negras no Brasil, percebe-se nitidamente que elas quase sempre ocupam posições subalternas dentro da nossa sociedade.

Por fim, no campo de estudos de gênero, cujo panorama recai sobre a problemática da sexualidade, nós temos os trabalhos desenvolvidos pelo que se conhece como **epistemologia queer**.

Segundo Borges (2014), os trabalhos desenvolvidos pela epistemologia queer acabam por sinalizar os elementos categóricos de novas problemáticas para o estudo de gênero, como crescente interesse em se estudar os elementos e práticas sociais da população travesti e transexual. Os recortes nessas áreas acabam por sinalizar a complexidade necessária para o entendimento de uma compreensão social das lutas por visibilidade desses grupos historicamente marginalizados.

3 A EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL

O pensamento decolonial emerge a partir de demandas específicas em sociedades periféricas. Por periferia entendem-se territórios, práticas culturais e ideologias voltadas para grupos historicamente subalternizados. De acordo com Spivak (2010), os estudos decoloniais procuram pensar a realidade a partir de um modo de pensar descentrado do **eurocentrismo**.



O eurocentrismo é um paradigma racionalista cuja proveniência remete ao século XVI, época de início do processo de colonização das Américas, de alguns territórios asiáticos e africanos. O modelo eurocêntrico procurou desenvolver as suas estratégias no sentido de situar os elementos de uma mentalidade desenvolvimentista, segundo a qual, todos estes territórios deveriam, literalmente, copiar o modelo civilizatório da Europa.

Para que possamos compreender tal processo é necessário perceber as dinâmicas históricas pelas quais o pensamento decolonial foi ganhando força, nos últimos anos. O processo de colonização das Américas, da Ásia e da África teve início na passagem do século XVI para o século XVII. Esse processo foi decisivo para a fundamentação de experiências tecnológicas, científicas e políticas para o nosso projeto de modernização. Desse modo, a grande pergunta que o pensamento decolonial procura fazer é: quais os custos de todo esse processo de modernização civilizatória?

Uma matriz racionalista e eurocêntrica argumentaria que a civilização é um processo em decurso na tentativa do homem em dominar a natureza e todos os seus recursos. Já uma perspectiva decolonial, aponta que este mesmo processo só foi possível graças à pilhagem dos recursos naturais e o largo processo de escravização dos povos originários em diferentes contextos territoriais, ou seja, o processo de colonização se efetiva como uma demanda voltada para a expropriação de corpos, subjetividades e formas de vidas não relacionadas aos padrões culturais dos povos europeus. Este percurso levou a formação do que Said (1995) chama de expansão do império colonial.

FIGURA 20 – O TRATADO DE TORDESILHAS DE 1494



FONTE: <<https://bit.ly/3slwhTE>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Um exemplo dessa idiossincrasia do império colonial foi a formulação, no ano de 1494, do Tratado de Tordesilhas. Por meio de um acordo político, as duas maiores superpotências da época, Portugal e Espanha proclamaram-se proprietárias legítimas das Américas. Desse modo, foi definido que, uma linha imaginária entre o meridiano da Ilha de Santo Antão – em Cabo Verde – dividiria a parte Oeste do mundo que pertenceria a Espanha e a parte Leste que pertenceria a Portugal.

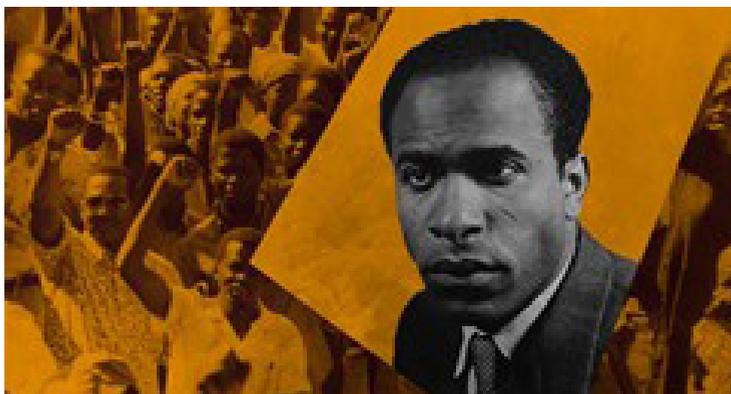
As dinâmicas políticas voltadas para a expansão colonial levaram à formação de um segmento estrutural de fortalecimento econômico e territorial, pelos quais as colônias foram formadas, em nome do fortalecimento das metrópoles.

Entretanto, essa modalidade de expansão também procede à colonização subjetiva dos indivíduos. Isso significa que, além de um processo econômico, acontecimentos como a escravidão foram responsáveis pela produção de um forte impacto psicológico nas dinâmicas tensionadas entre o centro e a periferia.

Os impactos desse processo de subjetivação são sentidos até os dias atuais. Seja pela assimilação dos povos originários em elementos e práticas culturais ligadas as experiências do colonizador, seja pela própria recusa em se configurar, mesmo nas sociedades periféricas elementos de visualização e de apoderamento das culturas subalternas.

É em meio a esta dinâmica que o pensamento decolonial passa a se efetivar como uma leitura alegórica e política das condições de visibilidade de grupos historicamente marginalizados. Um dos primeiros teóricos decoloniais foi o médico psiquiatra Franz Fanon (1925-1961). Fanon nasceu na cidade de *Fort-de-France* localizada na Martinica – um território caribenho que, até hoje, pertence à França – e, ao estudar na França, teve contato com a obra de autores como Sartre, Lacan, Althusser e Jaspers, por exemplo. Porém, além desse contato e influência, Fanon desenvolveu um pensamento próprio ao promover uma leitura longitudinal e inédita dos aspectos existenciais e psicológicos do racismo.

FIGURA 21 – FRANZ FANON



FONTE: <<https://bit.ly/3bAWHdg>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Fanon (1983) pensa o racismo a partir de uma desconstrução ontológica. Isso significa que a cultura eurocêntrica, ao longo do tempo, esforçou-se para rechaçar toda e qualquer forma de conhecimento produzida por culturas periféricas asiáticas, latino americanas e africanas.

Esta atividade levou ao processo de embranquecimento do próprio saber, a partir de uma perfeita sistematização entre um mundo ocidental racionalista e as culturas primitivas que deveriam ser sensibilizadas quanto aos seus processos de identificação a partir do ideal civilizatório.

Nesse sentido, Fanon (1983) argumenta que o racismo, mais do que um ato em si, possui um fundamento estrutural cuja maior consequência passa pela configuração do processo histórico de recusa em se perceber qualquer elemento de valor nas culturas dos povos originários. Os traços do racismo, enquanto efeito de subjetivação, compreendem uma dupla função: em primeiro lugar, pela recusa das próprias sociedades periféricas em admitirem as raízes históricas dos seus processos raciais. Em segundo lugar, pela transformação sistemática de indígenas, negros, ciganos e outras tantas etnias ao assimilar os discursos e práticas etnocêntricas.

Outro ponto importante difundido pelo pensamento desenvolvido por Fanon (1983) foi o estudo sistemático da violência como estratégia de resistência nas colônias africanas e asiáticas da segunda metade do século XX. Sua análise procura demonstrar como, mesmo ao final da Segunda Guerra em 1945, muitos países europeus recusavam-se a reconhecer a independência de suas colônias na Ásia e África. Essa ausência de diálogo e diplomacia política levou à eclosão de inúmeros conflitos e guerras civis ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980.

FIGURA 22 – O FIM DO APARTEID NA ÁFRICA DO SUL (1991)



FONTE: <<https://bit.ly/3sjmBZP>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Desse modo, o pensamento decolonial coloca em relevo as dinâmicas dos processos de subjetivação marcadas pelas experiências de todo um processo de silenciamento, violência e negligência das dinâmicas eurocêntricas em detrimento às culturas originárias.

Esses elementos são responsáveis pela construção de um conjunto de formulações necessárias ao entendimento crítico da realidade de países latino-americanos, asiáticos e africanos. Os desdobramentos de epistemologia decolonial levam em conta, portanto, as categorias de lutas contemporâneas pela afirmação de formas de vidas ligadas às questões como as problemáticas de gênero, as lutas de classe e os debates sobre as questões étnico-raciais.

Por conta de todos esses aspectos, a epistemologia decolonial é uma forma direta de se constatar a crítica necessária às formas de subjetividades subalternizadas como leitura necessária para a realidade local dos contextos periféricos.

Nesse sentido, a epistemologia decolonial procura pensar os elementos de uma problematização geográfica da própria ciência, já que a construção desse saber, passa na visão dos autores decoloniais pela visibilização das lutas periféricas de sujeitos, territórios e culturas.

4 SUBJETIVIDADE E NEOLIBERALISMO: HOMOECONOMICUS, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ANARCOCAPITALISMO

As relações entre subjetividade e neoliberalismo são uma característica da nossa contemporaneidade. Ainda no ano de 1979 o intelectual francês Michel Foucault (1926-1984) destacava que os desdobramentos históricos do tempo presente levariam à formação de modos de vida e constituição do sujeito a partir do paradigma neoliberal.

FIGURA 23 – MICHEL FOUCAULT



FONTE: <<https://bit.ly/3aLUQn1>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Essa afirmação significa que **o neoliberalismo é muito mais do que uma doutrina econômica. Na realidade, ele se institui como um modo de vida tipicamente contemporâneo.** Todos os processos e dinâmicas vivenciados pelos sujeitos, nesse horizonte, compreendem a tese de que a defesa de um Estado mínimo converge para o processo de novos modos de assujeitamentos relacionados às práticas sociais.

Tais efeitos, segundo Foucault (2012), possuem consequências diretas nas relações entre subjetividade e mundo do trabalho, pois o neoliberalismo ilustra uma performatividade, pela qual o indivíduo torna-se o único responsável pelas suas ações.

As teses neoliberais trabalham no sentido de produzir um modo de conduta em que o trabalho se torna efeito de uma luta contínua pela renda. Isso significa que, no cenário do neoliberalismo, as relações trabalhistas passam a ser cada vez mais flexibilizadas, como também precarizadas.

Os impactos de tal diretriz passam a ser devastadores nas dinâmicas existenciais, pois o Estado ganha o sentido de máquina responsável apenas por controlar e reprimir todas as liberdades individuais.

Para Foucault (2012), esses processos acabam por sinalizar os efeitos de uma nova regulação da subjetividade em que o indivíduo transforma-se em empresário de si mesmo, isto é, se nas primeiras décadas do século XX, nós tínhamos a presença de um sujeito capturado pelos dispositivos de poder, os últimos anos vêm colocando em evidência a figura de uma subjetividade marcada pelas regulações e estratégias de auto governança, em que a subjetividade deve empreender constantemente não somente nas relações de trabalho e emprego, mas em todas as suas dinâmicas existenciais.

FIGURA 24 – NEOLIBERALISMO E RELAÇÕES DE TRABALHO



FONTE: <http://www.cnmcut.org.br/image.php?id_midia=16700>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Os processos de gestão ganham força com estas teses neoliberais e fábricas transformam-se em empresas e famílias convertem-se em organizações. No contexto da educação, estudantes são continuamente convocados a perceberem os valores de palavras como empreendedorismo e desenvolvimento de habilidades e competências técnicas.

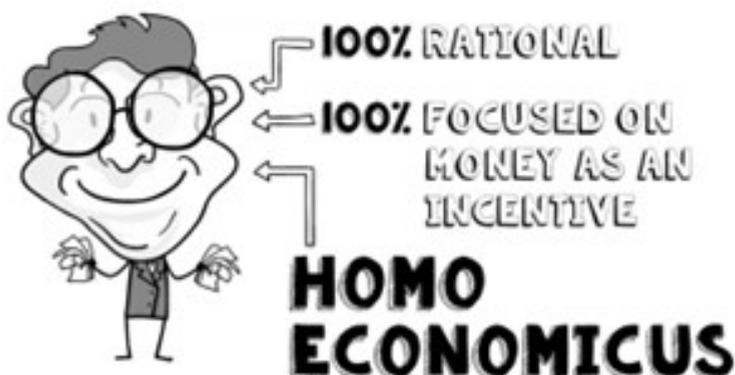
Na opinião de Laval (2019), o neoliberalismo fundamenta uma crise de legitimidade a partir da relação entre e o Estado e os modos de subjetividade do empresariamento de si mesmo. Emerge dessa concepção, o processo de fundamentação do *homo oeconomicus* como representação dessa nova modalidade das práticas sociais.

Em linhas gerais, Foucault (2012) aponta que o *homo oeconomicus* é uma espécie de representação da nossa subjetividade delimitada a partir da constatação de que, se é possível capitalizar não somente os ganhos financeiros, mas também a própria existência.

A capilaridade do *homo oeconomicus* é constituída pela tese de que o menor esforço possível levará os indivíduos à maximização dos seus resultados. Constata-se que esse discurso ganha um tom amplamente difundido nas sociedades digitais a partir da configuração de novas relações mediadas pela tecnologia e pelo sistema do capitalismo financeirizado.

Outro elemento muito importante no contexto do *homo oeconomicus* é a **teoria do Capital Humano**. Na realidade, trata-se de uma série de conjuntos prescritivos instituídos por escolas econômicas com as da Universidade de Chicago, em que os desdobramentos do mundo do trabalho, a partir da emergência das tecnologias digitais, levariam a humanidade a reconfigurar as dinâmicas da força de trabalho e da geração de riqueza que não estariam mais centralizadas nas grandes instituições e sim no desenvolvimento de habilidades criativas, por parte do sujeito, no conjunto de seus elementos estratégicos de financeirização.

FIGURA 25 – O HOMO ECONOMICUS



FONTE: <<https://bit.ly/2ZF0mRU>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Basicamente, a teoria do capital humano procura trabalhar com três eixos norteadores.

O primeiro desses eixos, segundo Chiavenato (2015), refere-se ao fato de que, nas sociedades contemporâneas, os geradores de riquezas não são mais os modos de produção, mas os próprios indivíduos. Estes são os maiores responsáveis pela própria administração e gerenciamento das suas atividades profissionais, pessoais e familiares.

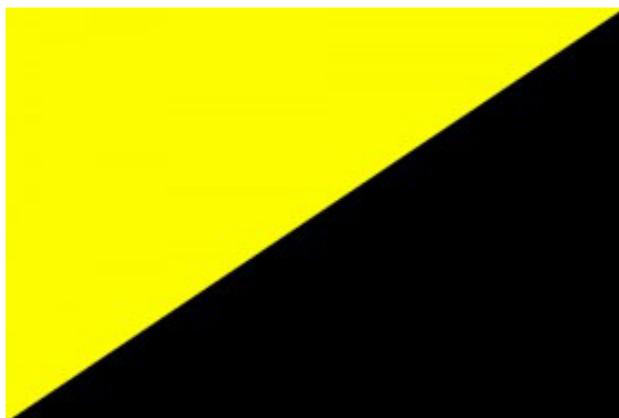
O segundo eixo, ainda de acordo com Chiavenato (2015), refere-se ao fato de que a teoria do capital humano procura trabalhar com elementos basilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – um complexo dispositivo que deve revelar a riqueza de países e territórios a partir de indicadores como a economia, saúde e expectativa de vida e a própria educação.

Por fim, o último eixo basilar do capital humano refere-se ao fato de que o indivíduo deve tornar a si mesmo como um produto passível de comercialização. Nesse sentido, ao invés de operar a busca pela segurança trabalhista, o sujeito deve empregar todos os seus esforços no sentido de complementar as suas fontes de renda para não depender das estruturas estatais, como os serviços de seguridade e de assistência social.

No entanto, os processos do próprio neoliberalismo encontram-se delimitados por uma mudança ainda mais radical presente nos últimos anos. Esse elemento de radicalização do neoliberalismo é nomeado por Foucault (2012) como anarcocapitalismo.

Os elementos do anarcocapitalismo configuram-se enquanto uma radicalização das experiências neoliberais. Em geral, os anarcocapitalistas defendem o fim do Estado e a defesa da propriedade privada.

FIGURA 26 – UMA DAS BANDEIRAS DO ANARCOCAPITALISMO



FONTE: <<https://bit.ly/3qPtzFH>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

O anarcocapitalismo procura defender a tese de que o capitalismo deve funcionar a partir da livre concorrência, isto é, sem que exista qualquer modalidade de controle por parte do Estado em relação às questões relacionadas a liberdade individual.

O ponto fundamental dessa perspectiva revela o caráter fundamentalista pelos quais os anarcocapitalistas vêm propagando as suas ideologias no sentido de desacreditar quaisquer perspectivas relacionadas às garantias fundamentais do Estado e da sociedade civil organizada.

Quase sempre, os defensores do anarcocapitalismo são ligados a movimentos ultraconservadores e direcionados aos desdobramentos de milícias fundamentalistas.

Esses movimentos têm crescido muito em países como os Estados Unidos e o Brasil e quase sempre estão relacionados à defesa integral da propriedade privada e da desregulamentação do mercado econômico como garantia da liberdade individualizada.

5 PARA ONDE VAMOS COM O NOSSO CONHECIMENTO: QUESTIONAMENTOS (IM)PERTINENTES SOBRE A EDUCAÇÃO E A CIÊNCIA

A filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) costumava afirmar que o século XX era uma época marcada pelo fortalecimento das experiências totalitárias. Esse momento histórico foi decisivamente marcado por elementos categóricos que envolveram a formação de regimes políticos perversos em vários países.

FIGURA 27 – HANNAH ARENDT



FONTE: <<https://bit.ly/3aNEpqq>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Em *Homens em Tempos Sombrios* Arendt (1987), argumenta que o declínio da vida pública em nome da esfera individualizada da vida e dos elementos categóricos de uma irracionalidade ideológica promoveria a criação de uma espécie de zona fantasma, um espaço não identificável em que as formas clássicas da cidadania política e da democracia seriam deturpadas pelas experiências totalitárias e pelos jogos de interesses econômicos.

Os tempos sombrios, portanto, seriam o sucateamento das representações democráticas tradicionais a partir da emergência das formas totalitárias de governo. Essas perspectivas levam em conta os elementos categóricos de mundo marcado pela ascensão das sociedades digitais e da informação.

Tal apontamento nos auxilia a pensar: **quais seriam os caminhos do conhecimento científico a partir desta configuração política?** Tal pergunta é de fundamental importância para situarmos, nos seus relevos, o papel do conhecimento diante das crises econômicas das chamadas **democracias ocidentais**. Conforme aponta Vicente (2010), os processos de difusão da sociedade da informação levam em consideração a presença de um embate cada vez maior entre ciência, tecnologia e ideologia.

Um exemplo ilustrativo pode ser configurado a partir dos acontecimentos recentes e que se fazem presente desde a proclamação de emergência da pandemia de COVID-19, são os esforços científicos no que se refere ao desenvolvimento de ações e estratégias de saúde pública e defesa da vida, por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS).

FIGURA 28 – A PANDEMIA DE COVID-19



FONTE: <<https://bit.ly/3kew6qu>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Nesse sentido, práticas como o isolamento social, a utilização de máscaras, as restrições de circulação, o uso de medicamentos e, até mesmo, a produção de possíveis vacinas foram alvo de constantes embates entre defensores da economia, defensores da ciência, governantes e membros da sociedade civil. Essas ações que foram desenvolvidas passam a tensionar a regulação da vida e o controle da conduta da população, a partir das experiências de múltiplas formas de governo.

Assertivas ou não, essa pluralidade de estratégias percorrem os contornos de um regime de veridicção, sinalizando um novo estado de normalidade da vida, que reside na intensificação do controle e na preservação do que Foucault (1977) chama de corpo-espécie.

Correlativo a tal processo, é iniciada uma intensa corrida ligada ao desenvolvimento metodológico de ações voltadas à busca por medicamentos que poderiam, se não combater diretamente o vírus, mitigar os seus efeitos devastadores na saúde das pessoas, sobretudo, aquelas que apresentavam alguma forma de comorbidade.

É em meio a um cenário confuso das polêmicas ligadas às formas de transmissibilidade, grupos e comportamentos de risco e o negacionismo pandêmico em prol da salvação da economia, é que a população mundial se viu às voltas com a indicação política de medicamentos que, supostamente, poriam fim a pandemia a ajustariam logo a vida em seu curso de normalidade.

FIGURA 29 – A HIDROXICLOROQUINA



FONTE: <<https://bit.ly/2MkwMOE>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Nesse sentido, podemos destacar que os elementos ligados ao uso propagandístico de medicamentos como a Cloroquina e a Ivermectina ganharam o centro das atenções governamentais a partir de critérios muitas vezes confusos e inconclusos de toda a comunidade científica. É nesse horizonte que se efetiva os contornos de um regime de verdade na biopolítica e da pandemia de COVID-19.

A modulação dos efeitos de uma estratégia de saber, de uma prática de poder e de um processo de subjetivação responsável por modular as condutas das populações a partir dos paradigmas governamentais das sociedades contemporâneas.

No caso da biopolítica, Foucault (1979) compreende que sua estratégia pode ser descrita pelo enunciado de que é preciso fazer viver e deixar morrer e, neste contexto, os dispositivos regulatórios nos modos de conduta levam em conta a politização constante das ciências médicas desde a emergência da modernidade.

Isto é, a biopolítica inaugura uma nova formulação pelos regimes de verdades da vida. Diante o exposto, a biopolítica formula um estado de exceção permanente, tido como um dispositivo provisório por meio do qual a soberania regulamenta suas ações, torna-se regra permanente de controle dos sujeitos.

Nesse âmbito, circula em torno de tal efeito, o fato de a pandemia de COVID-19 potencializar os elementos de justificativa do aumento gradual da liberdade vigiada pelas regras de proteção à saúde, à política e à economia.

FIGURA 30 – MANIFESTANTES CONTRÁRIOS A VACINAÇÃO



FONTE: <<https://bit.ly/2Ny0T5J>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

A cartografia dessas experiências transmitidas pelos veículos de informação digitais é uma tarefa importante para a elaboração de uma leitura analítica em torno da relação entre a biopolítica e o uso político de medicamentos supostamente ligados à COVID-19, como uma leitura possível dos modos pelos quais uma emergência sanitária tem se tornado, explícita ou implicitamente, uma disputa política entre as mais variadas formas de governamentalidades possíveis.

As perspectivas políticas da pandemia são um exemplo nítido a partir das configurações da relação entre o conhecimento, a educação e o negacionismo. Tal emblema constitui-se como um dos maiores desafios para o campo educacional no exercício das atividades a partir das pautas políticas e ideológicas presentes na sociedade da informação.

LEITURA COMPLEMENTAR**A PERSPECTIVA NEGRA DECOLONIAL BRASILEIRA: INSURGÊNCIAS E AFIRMAÇÕES INTELECTUAIS**

Maria Clara Araújo dos Passos

Em um momento de emergência da decolonialidade enquanto projeto teórico-prático que apresenta para o Brasil e toda América Latina e Caribe novas condições de poder, saber e ser, a perspectiva negra decolonial brasileira deve ser posicionada como uma agenda epistêmica que tem descolonizado nossas teorias e práticas educacionais.

A educação e o currículo são territórios de disputas contínuas. Projetos como o Escola Sem Partido e os discursos em torno da “ideologia de gênero” nos mostram como tem sido articulada uma resistência colonial a um currículo decolonial, como pontuou Nilma Lino Gomes. Projetos antagonistas têm disputado as representações, os sentidos e os saberes que permeiam o fazer educativo nas escolas e universidades brasileiras.

Do lado de cá, as disputas realizadas pelo movimento negro tensionam há décadas por uma educação que rompa com o epistemicídio. Sueli Carneiro, nossa mestra, afirmou que as trajetórias de educadoras/es e educandas/os negras/os nas salas de aula são permeadas pelo epistemicídio. Por epistemicídio compreendemos a negação ontológica e a desqualificação epistêmica vivida pela população negra nas escolas e universidades diante de cânones orientados pelo eurocentrismo e pelo apagamento de outras cosmovisões.

Os currículos colonizados, ao estarem comprometidos com o epistemicídio, têm silenciado e ocultado o emergir dessas outras cosmovisões em nossas práticas pedagógicas e bibliografias. Frente a esse quadro, a intelectualidade negra insurgente no Brasil tem tensionado a educação, ao articular uma afirmação coletiva em torno de um projeto decolonial desde o lugar de fala da população negra brasileira.

Assim como outros movimentos sociais no Brasil, o movimento negro compreendeu a necessidade de intervir na educação. Houve o reconhecimento de que a educação ocupa um lugar significativo para a construção do antirracismo no Brasil, uma vez que as escolas e universidades incidem objetivamente na construção e reconstrução das identidades sociais e das nossas cidadanias.

O movimento negro no Brasil direcionou muitas de suas indagações e proposições à educação, tendo como objetivo transformar as políticas educacionais e os currículos.

A histórica promulgação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, concretizou o que movimento negro, enquanto ator político e educador, acordou como ação institucional necessária em oposição ao silêncio institucional histórico do Estado brasileiro acerca do racismo. Apesar das contundentes ponderações realizadas por diferentes atrizes/atores no que tange sua aplicação na sala de aula, e o ainda persistente apagamento das/os intelectuais negras/os nos currículos de formação de educadoras/es, a Lei 10.639/2003 – que é posteriormente atualizada e se torna a Lei 11.645/2008 – representa um marco político, epistemológico e pedagógico para a educação brasileira, uma vez que instituiu a cosmovisão afro-brasileira, africana e indígena como conhecimentos necessários para a formação das/os sujeitas/os brasileiras/os.

Enquanto fatos políticos, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 mostram como uma agenda epistêmica descolonizadora tem inquirido o Estado, a sociedade brasileira e a educação. A perspectiva negra decolonial brasileira, segundo Nilma Lino Gomes (2018), tem protagonizado e articulado ações que buscam romper com a colonialidade do saber, visto que a mesma, ao instituir o saber eurocêntrico como universal, tem relegado outros saberes ao ocultamento:

Caminhar em uma construção coletiva de pedagogias e currículos decoloniais, nos requer, enquanto intelectuais insurgentes, um trabalho que tem como princípio desafiar as estruturas modernas/coloniais [...] propor uma crítica decolonial ao currículo, tendo em mente que sujeitos foram usurpados do direito de fala, é constituir novas matrizes políticas, epistêmicas e éticas, tendo como escopo um quadro discursivo mais plural, que disputa os sentidos atribuídos ao que foi instituído como verdades.

A perpetuação de cânones hegemônicos tem sido confrontada ao passo em que um enfrentamento político-epistemológico é realizado por negras e negros comprometidas/os com deslocamentos e insurgências decoloniais sob o chão das escolas e universidades.

Comumente, quando discutindo sobre decolonialidade, o grupo modernidade/colonialidade ocupa um lugar central nas bibliografias. No entanto, compreendemos que muitas vezes as contribuições de intelectuais negras/os brasileiras/os estão sendo ignoradas.

Ainda que o pensamento decolonial elenque como um de seus pontos centrais o rompimento com o silenciamento imposto às inteligências, expertises e epistemologias de pessoas racializadas, o que é visto no Brasil são pessoas brancas mobilizando a decolonialidade, mas mantendo certas feridas epistêmicas abertas. Por isso, posicionar a perspectiva negra decolonial brasileira como uma agenda epistêmica que tem descolonizado nossas teorias e práticas educacionais diz respeito a um giro antirracista no interior da teoria decolonial.

É basilar para o projeto teórico-prático decolonial, enquanto levante insurgente na América Latina e Caribe, confrontar o silenciamento epistemológico direcionado aos corpos racializados. Por isso, nos cabe o dever de evidenciar as proposições de Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Claudia Miranda, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Petronilha Gonçalves, Antônio Guerreiro Ramos, entre outras/os atrizes e atores do movimento negro no Brasil, como responsáveis por uma ação e reflexão que se propôs a desmantelar a superioridade euro-cristã reproduzida pela educação brasileira.

FONTE: <<https://www.comciencia.br/a-perspectiva-negra-decolonial-brasileira-insurgencias-e-afirmacoes-intelectuais/>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu que:

- Os elementos desenvolvidos pelos estudos de gênero podem servir como importantes ferramentas epistemológicas para uma leitura do processo de assujeitamento de mulheres e demais grupos sociais.
- A epistemologia decolonial vem ganhando um espaço de pertinência nos elementos políticos e sociais do nosso tempo presente por conta de seu olhar dirigido para a periferia do próprio pensamento.
- Da mesma maneira que o neoliberalismo, o anarcocapitalismo vem burilando os elementos estratégicos das dimensões psicossociais e de produção de subjetividade no mundo contemporâneo.
- Os elementos estratégicos desenvolvidos no contexto científico são de fundamental importância para que o campo da educação seja desenvolvido em uma sociedade do conhecimento e da informação.



Ficou alguma dúvida? Construímos uma trilha de aprendizagem pensando em facilitar sua compreensão. Acesse o QR Code, que levará ao AVA, e veja as novidades que preparamos para seu estudo.





- 1 Uma das mais importantes ferramentas de leitura sobre o processo do conhecimento são os estudos de gênero. Sobre estes estudos é CORRETO afirmar que:
- a) () Os estudos de gênero limitam-se às questões relacionadas às disputas entre homens e mulheres.
 - b) () Os estudos de gênero limitam-se às questões relacionadas às questões ideológicas.
 - c) () Os estudos de gênero limitam-se às questões relacionadas às disputas entre a população LGBTQI+ e os heterossexuais.
 - d) () Os estudos de gênero procuram visibilizar as questões relacionadas às dinâmicas da sexualidade.
- 2 O mundo contemporâneo tem sido afetado pelas constantes flexibilizações das relações trabalhistas e pelas transformações provenientes entre o sujeito e o mundo do trabalho. Sobre o neoliberalismo é INCORRETO afirmar que:
- a) () O neoliberalismo é, ao mesmo tempo, uma doutrina econômica e um processo de subjetivação.
 - b) () Somente o marxismo consegue dar conta das demandas do neoliberalismo.
 - c) () O neoliberalismo tem se configurado como uma das mais eficientes estratégias de controle.
 - d) () O neoliberalismo é uma prática de governo.
- 3 A crise da ciência é um fenômeno duramente sentido, desde a emergência da pandemia de COVID-19. Muitos movimentos sociais têm se declarado explicitamente negacionistas sobre o impacto desta pandemia nos horizontes dos acontecimentos vivenciados pela nossa sociedade desde o ano de 2020. Sobre o negacionismo da ciência é CORRETO afirmar que:
- a) () Seus representantes têm procurado se esforçar, no sentido de disseminar falsas informações somente por meio das mídias tradicionais como o rádio, os jornais impressos e a televisão.
 - b) () Muitos governos, ao redor do mundo, têm encontrado dificuldades para lidar com a onda de propagação de fake News.
 - c) () Os representantes do negacionismo possuem uma ampla rede de articulação que está presente na INTERNET.
 - d) () Cientistas de todo o mundo, bem como profissionais da saúde, têm sido alvos de constantes ameaças pelo movimento negacionista.

- 4 A perspectiva dos estudos decoloniais tem sido bastante utilizada para a compreensão dos processos de constituição das sociedades periféricas. Qual o procedimento de análise destes estudos decoloniais e sua contribuição para o pensamento crítico?
- 5 O anarcocapitalismo é um desdobramento recente do neoliberalismo. Seus defensores alegam que o Estado não deve ocupar-se com nada que vá além da defesa da propriedade privada. Saúde, segurança pública e educação, a partir deste ponto de vista deve ser uma responsabilidade individual. Nesse sentido, pode-se perguntar: quais as implicações do anarcocapitalismo para a subjetividade contemporânea?

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010a.

AGAMBEN, G. **O Que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argus, 2010b.

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção: Homo sacer II, I**. São Paulo: Boitempo: 2004.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, L S. Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 280-289, maio/ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2021.

BORGES, G. L. Sobre ética e política em Jacques Derrida. Duas Palavras para o Feminino: hospitalidade e Responsabilidade. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 286-290, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/8836>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

DERRIDA, J. **Torres de Babel**. Trad. Júnia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FANON, F. **Pele negra, máscara brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HAHN, N. B. O pensamento desconstrucionista e descentrado de Jacques Derrida: um desafio epistemológico no combate a fundamentalismos e totalitarismos. **Revista Videre**, Dourados, v. 10 n. 20, p. 76-87, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/7543>. Acesso em: 19 jan. 2021.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Global, 2006.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PARADIS, C. G. A tradução do pensamento de Angela Davis para o Brasil: por uma história das origens interseccionais do feminismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 58, e205818, ago. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332020000100600&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2021.

PASSOS, M. C. A. A Perspectiva negra decolonial brasileira: insurgências e afirmações intelectuais. **Com ciência**, Campinas, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/a-perspectiva-negra-decolonial-brasileira-insurgencias-e-affirmacoes-intelectuais/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PERRONE-MOISÉS, C. A justiça e o perdão em Jacques Derrida. **Cult**, São Paulo, ed. 117, 14 mar. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-justica-e-o-perdao-em-jacques-derrida/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PERRONI, T. C. *et al.* As Representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969): “Stonewall - a luta pelo direito de amar” (1995) e “Stonewall: onde o orgulho começou” (2015). **Epígrafe**. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 97-108, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/154048>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ROUDINESCO, E. **A parte obscura de nós mesmos**: uma história dos perversos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SANTOS, B. F. O. L. Perversão e trauma: impasses da política peruana contemporânea. **Revista de Estudios Latinoamericanos**. Cidade do México, v. 62, p. 195-226, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64046034009>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SANTOS, B. D. S. **Pelas mãos de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SOLER, R. D.V.; SOCHA, C.; CARVALHO, S. M. A condição humana em perversão: uma leitura sobre A Parte Obscura de Nós Mesmos. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 198-205, set. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/54278/36023>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SOUZA, V.S. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **História, Ciências, Saude-Manguinhos**, v. 23 n. 1, p. 93-110, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000900093&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2021.

SOUZA, T. R. Auschwitz é aqui. In: JUNIOR, R. C. (org.). **Criminologia do cotidiano**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2014. p. 293-298.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VICENTE, J. J. N. B. Educação e Totalitarismo. **Saberes**, Natal, v. 1, n. 4, p. 7-17, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/560>. Acesso em: 19 jan. 2021.